

Atlas
**GEOGRAFIA DA
REFORMA
AGRÁRIA NO
RIO GRANDE DO
SUL**



0 70 140 210 260 km



Michele Lindner
Vanessa Christ
Gabriel Gonçalves Berlato da Silva

Atlas
**GEOGRAFIA DA
REFORMA
AGRÁRIA NO
RIO GRANDE DO
SUL**



0 70 140 210 260 km

Michele Lindner
Vanessa Christ
Gabriel Gonçalves Berlatto da Silva

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - UNIDAVI
Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - IFFAR
Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - UFRR
Prof. Dr. Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo - UESPI
Prof. Dra. Andréia Bulaty - UNESPAR
Prof. Dra. Carla da Conceição de Lima - UFVJM
Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - UNISC
Prof. Dra. Clarice Caldeira Leite - UFRGS
Prof. Dra. Cecilia Decarli - UFRGS
Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - UNICID
Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - UFCE
Prof. Dra. Dayse Marinho Martins - UFMA
Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL
Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - UFRGS
Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - FASESP
Prof. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN
Prof. Dra. Elen Gomes Pereira - IFBA
Prof. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - UFN
Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE
Prof. Dr. Francisco Ricardo Miranda Pinto - UFCAT
Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - UCB
Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - UFAL
Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - UFSM
Prof. Dra. Liziany Müller Medeiros - UFSM
Prof. Dra. Marcela Mary José da Silva - UFRB
Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - UFSM
Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - UFMS
Prof. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - UNICENTRO
Prof. Nilton David Vilchez Galarza - UPLA
Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza - UEPB
Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - UFABC
Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo - UNISANTOS
Prof. Dr. Rodrigo Toledo - USCS
Prof. Dr. Rodolfo Rodrigues de Souza - UERJ
Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - UFSM
Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - UFOB
Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - UCLV

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lindner, Michele

Atlas [livro eletrônico] : geografia da reforma
agrária no Rio Grande do Sul / Michele Lindner,
Vanessa Christ, Gabriel Gonçalves Berlato da Silva.
-- 1. ed. -- Santa Maria, RS : Arco Editores, 2025.
PDF

Bibliografia

ISBN 978-65-5417-555-5

1. Atlas 2. Agricultura e Estado - Brasil
3. Geografia - Brasil 4. Reforma agrária - Legislação
- Brasil 5. Reforma agrária - Rio Grande do Sul
I. Christ, Vanessa. II. Silva, Gabriel Gonçalves
Berlato da. III. Título.

25-305247.0

CDD-333.3181

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Reforma agrária 333.3181

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

ISBN: 978-65-5417-555-5

DOI: 10.48209/978-65-5417-555-5

Michele Lindner (Coord.)

Porto Alegre, 2025

Título: A geografia da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul

Autores:

Michele Lindner; Vanessa Christ; Gabriel Berlato da Silva

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), por meio do Edital n.º 14/2022 – Auxílio Recém-Doutor ou Recém-Contratado (ARD/ARC).



SUMÁRIO

GEOGRAFIA DA REFORMA AGRÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	14
NOTA TÉCNICA.....	17
ASSENTAMENTOS RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL.....	20
ACAMPAMENTOS DE LUTA PELA TERRA DO RIO GRANDE DO SUL.....	51
OCUPAÇÕES DE LUTA PELA TERRA DO RIO GRANDE DO SUL	67
MANIFESTAÇÕES DE LUTA PELA TERRA DO RIO GRANDE DO SUL.....	90
REFERÊNCIAS.....	116
AUTORES.....	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Assentamentos criados no estado do Rio Grande do Sul (1986 a 2024).....	20
Quadro 2: Assentamentos por região intermediária no Rio Grande do Sul criados entre 1986 e 2024.....	33
Quadro 3: Famílias assentadas por região intermediária no Rio Grande do Sul (2024).....	35
Quadro 4: Acampamentos instalados no período entre 2001 e 2021 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	56
Quadro 5: Famílias em acampamentos no período entre 2001 e 2021 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	58
Quadro 6: Ocupações de terras no período entre 1999 e 2022 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	72
Quadro 7: Famílias em ocupações de terras no período entre 1999 e 2022 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	74
Quadro 8: Manifestações de luta pela terra no período entre 2000 e 2019 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	95
Quadro 9: Pessoas em manifestações de luta pela terra no período entre 2000 e 2019 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	104

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Assentamento Cerro dos Munhós, Santana do Livramento – RS...	21
Figura 2: Evolução dos assentamentos criados no Rio Grande do Sul na década de 1990.....	23
Figura 3: Projetos de assentamentos criados no Rio Grande do Sul entre 1999 e 1998.....	24
Figura 4: Assentamento Filhos de Sepé, Viamão – RS.....	26
Figura 5: Evolução dos assentamentos criados no Rio Grande do Sul na década de 2000.....	27
Figura 6: Projetos de assentamentos criados no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009.....	28
Figura 7: Evolução dos assentamentos criados no Rio Grande do Sul na década de 2000.....	29
Figura 8: Projetos de assentamentos criados no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2016.....	30
Figura 9: Assentamentos por região intermediária no Rio Grande do Sul criados entre 1986 e 2024.....	33
Figura 10: Famílias em assentamentos por região intermediária no Rio Grande do Sul (2024).....	35
Figura 11: Assentamentos criados no Rio Grande do Sul entre 1980 e 1989...	37
Figura 12: Assentamentos criados entre 1980 e 1989 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	37
Figura 13: Famílias assentadas no Rio Grande do Sul entre 1980 e 1989.....	38
Figura 14: Famílias em assentamentos criados entre 1980 e 1989 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	38
Figura 15: Assentamentos criados no Rio Grande do Sul entre 1990 e 1999...	40
Figura 16: Assentamentos criados entre 1990 e 1999 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	40

Figura 17: Famílias assentadas no Rio Grande do Sul entre 1990 e 1999.....	41
Figura 18: Famílias em assentamentos criados entre 1990 e 1999 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	41
Figura 19: Assentamentos criados no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009...	43
Figura 20: Assentamentos criados entre 2000 e 2009 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	43
Figura 21: Famílias assentadas no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009.....	44
Figura 22: Famílias em assentamentos criados entre 2000 e 2009 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	44
Figura 23: Assentamentos criados no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019...	46
Figura 24: Assentamentos criados entre 2010 e 2019 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	46
Figura 25: Famílias assentadas no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019...	47
Figura 26: Famílias em assentamentos criados entre 2020 e 2019 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	47
Figura 27: Assentamentos criados no Rio Grande do Sul entre 2020 e 2024...	49
Figura 28: Assentamentos criados entre 2020 e 2024 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	49
Figura 29: Famílias assentadas no Rio Grande do Sul entre 2020 e 2024....	50
Figura 30: Famílias em assentamentos entre 2020 e 2024 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	50
Figura 31: Acampamento Che Guevara, Charqueadas – RS.....	52
Figura 32: Movimentos Sociais organizadores de acampamentos de luta pela terra.....	53
Figura 33: Acampamentos instalados no período entre 2001 e 2021 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	56
Figura 33: Famílias em acampamentos no período entre 2001 e 2021 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	58
Figura 34: Acampamentos de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2001 e 2010.....	60

Figura 35: Acampamentos de luta pela terra no período entre 2001 e 2010 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	60
Figura 36: Famílias em acampamentos no Rio Grande do Sul entre 2001 e 2010.....	62
Figura 37: Famílias em acampamentos no período entre 2001 e 2010 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	62
Figura 38: Acampamentos de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2011 e 2021.....	64
Figura 39: Acampamentos de luta pela terra no período entre 2011 e 2021 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	64
Figura 40: Famílias em acampamentos no Rio Grande do Sul entre 2011 e 2021.....	66
Figura 41: Famílias em acampamentos no período entre 2011 e 2021 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	66
Figura 42: Movimentos Sociais organizadores de ocupações de terra.....	69
Figura 43: Ocupações de terras no período entre 1999 e 2022 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	72
Figura 44: Famílias em ocupações de terras no período entre 1999 e 2022 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	74
Figura 45: Ocupações de terras no ano de 1999 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	77
Figura 46: Famílias em ocupações de terras no ano de 1999 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	77
Figura 47: Ocupações de terras no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009.....	79
Figura 48: Ocupações de terras entre 2000 e 2009 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	79
Figura 49: Famílias em ocupações de terras no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009.....	81
Figura 50: Famílias em ocupações de terras entre 2000 e 2009 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	81
Figura 51: Ocupações de terras no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019.....	83
Figura 52: Ocupações de terras entre 2010 e 2019 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	83

Figura 53: Famílias em ocupações de terras no RS entre 2010 e 2019.....	85
Figura 54: Famílias em ocupações de terras entre 2010 e 2019 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	85
Figura 55: Ocupações de terras no Rio Grande do Sul entre 2020 e 2022.....	87
Figura 56: Ocupações de terras entre 2020 e 2022 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	87
Figura 57: Famílias em ocupações de terras no Rio Grande do Sul entre 2020 e 2022.....	89
Figura 58: Famílias em ocupações de terras entre 2020 e 2022 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	89
Figura 59: Manifestação das mulheres do campo, Porto Alegre – RS.....	90
Figura 60: Movimentos Sociais organizadores de manifestações de luta pela terra.....	92
Figura 61: Manifestações de luta pela terra no período entre 2000 e 2019 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	95
Figura 62: Manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019.....	96
Figura 63: Tipos de manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019.....	96
Figura 64: Acampamentos em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019.....	97
Figura 65: Ocupações em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019.....	97
Figura 66: Marchas e caminhadas em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019.....	98
Figura 67: Eventos em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019.....	98
Figura 68: Datas comemorativas em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019.....	99
Figura 69: Protestos em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019.....	99
Figura 70: Manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019.....	100

Figura 71: Mobilizações em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019.....	100
Figura 72: Bloqueios em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019.....	101
Figura 73: Vigílias em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019.....	101
Figura 74: Outras manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019.....	102
Figura 75: Pessoas em manifestações de luta pela terra no período entre 2000 e 2019 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	104
Figura 76: Pessoas em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019.....	105
Figura 77: Manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009.....	107
Figura 78: Manifestações de luta pela terra no período entre 2000 e 2009 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	107
Figura 79: Tipos de manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009.....	108
Figura 80: Pessoas em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009.....	110
Figura 81: Pessoas em manifestações de luta pela terra no período entre 2000 e 2009 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	110
Figura 82: Manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019.....	112
Figura 83: Manifestações de luta pela terra no período entre 2010 e 2019 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	112
Figura 84: Tipos de manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019.....	113
Figura 85: Pessoas em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019.....	115
Figura 86: Pessoas em manifestações de luta pela terra no período entre 2010 e 2019 por região intermediária no Rio Grande do Sul.....	115

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Regiões Geográficas Intermediárias do Rio Grande do Sul.....	17
Mapa 2: Municípios com Assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul criados entre 1986 e 2024.....	31
Mapa 3: Assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul criados entre 1986 e 2024.....	32
Mapa 4: Famílias em Assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul criados entre 1986 e 2024.....	34
Mapa 5: Municípios com Assentamentos de Reforma Agrária criados no Rio Grande do Sul entre 1980 e 1989.....	36
Mapa 6: Municípios com Assentamentos de Reforma Agrária criados no Rio Grande do Sul entre 1990 e 1999.....	39
Mapa 7: Municípios com Assentamentos de Reforma Agrária criados no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009.....	42
Mapa 8: Municípios com Assentamentos de Reforma Agrária criados no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019.....	45
Mapa 9: Municípios com Assentamentos de Reforma Agrária criados no Rio Grande do Sul entre 2020 e 2024.....	48
Mapa 10: Acampamentos de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2001 e 2021.....	55
Mapa 11: Famílias em acampamentos de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2001 e 2021.....	57
Mapa 12: Acampamentos de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2001 e 2010.....	59
Mapa 13: Famílias em acampamentos de Luta pela Terra no Rio Grande do Sul entre 2001 e 2010.....	61
Mapa 14: Acampamentos de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2011 e 2021.....	63
Mapa 15: Famílias em acampamentos de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2011 e 2021.....	65

Mapa 16: Ocupações de terra no Rio Grande do Sul entre 1999 e 2022.....	71
Mapa 17: Famílias em ocupações de terra no Rio Grande do Sul entre 1999 e 2022.....	73
Mapa 18: Ocupações de terra no Rio Grande do Sul em 1999.....	75
Mapa 19: Famílias em ocupações de terra no Rio Grande do Sul em 1999...	76
Mapa 20: Ocupações de terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009.....	78
Mapa 21: Famílias em ocupações de terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009.....	80
Mapa 22: Ocupações de terra no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019.....	82
Mapa 23: Famílias em ocupações de terra no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019.....	84
Mapa 24: Ocupações de terra no Rio Grande do Sul entre 2020 e 2022...	86
Mapa 25: Famílias em ocupações de terra no Rio Grande do Sul entre 2020 e 2022.....	88
Mapa 26: Manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019.....	94
Mapa 27: Pessoas em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019.....	103
Mapa 28: Manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009.....	106
Mapa 29: Pessoas em manifestações de luta pela Terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009.....	109
Mapa 30: Manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019.....	111
Mapa 31: Pessoas em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019.....	114

GEOGRAFIA DA REFORMA AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL

A compreensão da Geografia da Reforma Agrária no estado do Rio Grande do Sul (RS) revisita o entendimento do processo de transformação que vem ocorrendo neste território desde a década de 1980. O RS é um estado de diferentes conformações territoriais, o que se deve, na maioria, à ocupação de seu território. Tradicionalmente, podemos dizer que a Campanha Gaúcha configura o domínio das grandes propriedades, fruto de uma colonização mais antiga, baseada na concessão de sesmarias, responsável pela formação de grandes latifúndios e configurando o território tradicional da pecuária.

Nesta perspectiva, já ao norte do estado, nas áreas de colonização mais recentes, a ocupação se deu por imigrantes de origem europeia, aos quais foram concedidas propriedades de proporções inferiores, que diminuíram ainda mais, devido às partilhas de famílias numerosas. Esses espaços, das pequenas propriedades, de forma geral, estiveram mais ocupados com as atividades agrícolas voltadas à produção de alimentos.

Não por coincidência, o embrião do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Rio Grande do Sul, advém da porção norte do espaço gaúcho. Nesse sentido, ao abordar aspectos referentes às origens do Movimento e da luta pela terra, Medeiros (2004) explica que a abertura em direção à reforma agrária brasileira teve suas origens na região do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul.

Conforme a autora, os colonos que lá chegaram ao final do século XIX e princípio do século XX construíram cidades, desenvolveram regiões e não desistiram quando a modernização da agricultura chegou ao planalto gaúcho. Muitos deles procuraram novas alternativas de sobrevivência, partindo para áreas distantes ou sendo atraídos para os centros urbanos, porém os que permaneceram e lutaram pelo direito de ter acesso à terra, se organizaram e criaram o MST.

Nesse contexto, Fernandes (2000, p. 19) salienta que o “sentido da formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra está na sua espacialização e territorialização, porque traz o significado da resistência por meio da sua recriação”. Portanto, ao problematizarmos sobre a luta pela terra, estamos também refletindo sobre a luta pela territorialização. A territorialização gera marcas no espaço, evidenciando a espacialização dos territórios. O território, por sua vez, configura-se como um espaço organizado de forma política, social e culturalmente.

Ao analisarmos os processos de transformação do espaço nos remetemos a Raffestin (2011). O autor coloca que o espaço e o território são diferentes, o espaço é anterior ao território, o território se forma a partir do espaço, dessa forma, ao “se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (Raffestin, 2011, p.128). Assim, a territorialidade reflete a multidimensionalidade do “vivido” pelas sociedades e esse processo, o processo territorial, se dá por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas, que por se tratarem de relações com a natureza e relações sociais, tratam-se de relações de poder (Raffestin, 2011).

Nesse sentido, entender o processo que envolve a criação de assentamentos e, conseqüentemente, a luta pela terra no estado do RS, implica entender a transformação do espaço e suas relações de poder. A questão da luta pela terra é abordada por estudiosos de diversas áreas, como geografia, história, economia, sociologia, entre outras ciências sociais. Observa-se, ao longo dos anos, que a geografia — em especial a geografia agrária — tem contribuído significativamente para o estudo dessa temática. São inúmeros os trabalhos voltados às análises territoriais, sociais, econômicas e ambientais em assentamentos, ocupações e manifestações relacionadas à luta pela terra nos diferentes estados brasileiros.

Contudo, embora a Geografia produza numerosos dados e referências sobre a questão da luta pela terra no estado, observa-se a escassez de análises geográficas fundamentadas em mapas e cartogramas que representem de maneira abrangente esse tema, de grande relevância para a geografia agrária do Rio Grande do Sul. Dessa forma, tendo como base o “Atlas da Questão

Agrária Brasileira” de Girardi (2008), percebeu-se a importância de se desenvolver um material sobre a Geografia da Reforma Agrária, voltado especificamente para o território gaúcho.

A partir dessas constatações e do acompanhamento dos trabalhos realizados pelo DATALUTA RS, no Núcleo de Estudos Agrários (NEAG), entre os anos de 2012 e 2021, a *Geografia da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul*, busca apresentar uma pesquisa que utiliza mapas, tabelas e gráficos para representar a configuração da luta pela terra neste território. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2025), o RS conta com aproximadamente 13.702¹ famílias assentadas, distribuídas em 345 assentamentos.

Assim, além da distribuição espacial dos assentamentos no estado do RS, o atlas traz informações inerentes à evolução da criação de assentamentos, ou seja, as famílias assentadas ao longo das décadas. Além de dados referentes aos assentamentos, buscou-se trazer também detalhamentos sobre a luta pela terra, abordando categorias como: os acampamentos de luta pela terra; as ocupações de terra e as manifestações de luta pela terra, em suas diferentes tipologias.

Diante desse contexto, este trabalho que enfatiza a dimensão regional apresenta uma contribuição voltada à sistematização cartográfica e organização gráfica de dados secundários da reforma agrária no RS, para a compreensão das dinâmicas territoriais do campo gaúcho. A partir da construção de mapas, tabelas, quadros e gráficos, buscou-se evidenciar a evolução dos assentamentos, a espacialização da luta pela terra e os processos de territorialização que marcam o estado desde a década de 1980.

Por conseguinte, as informações aqui apresentadas representam instrumentos analíticos relevantes, capazes de subsidiar a produção acadêmica em geografia agrária e áreas afins, assim como aprofundar a compreensão sobre as transformações sociais, econômicas e espaciais que configuram a reforma agrária no Rio Grande do Sul.

¹ Capacidade de famílias nos Projetos de Assentamentos Federais (PA), Projetos de Assentamentos Estaduais (PE), Projetos de Assentamentos Municipais (PAM) e Projetos de Reassentamento de Barragem (PRB).

NOTA TÉCNICA

O material apresentado no *Atlas da Geografia da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul* recorreu a fontes secundárias para obtenção de dados e informações, as quais foram analisadas e organizadas no NEAG — UFRGS — Núcleo de Estudos Agrários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Como recorte regional para representação de informações no estado do RS, optou-se por utilizar as Regiões Geográficas Intermediárias do IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Mapa 1).

Mapa 1: Regiões Geográficas Intermediárias do Rio Grande do Sul



As bases de dados secundárias utilizadas foram as disponíveis nos bancos de dados do INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e no Centro de Documentação da CPT — Comissão Pastoral da Terra “CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT”. Essas instituições desempenham papel fundamental no registro e sistematização das informações sobre os assentamentos rurais e os conflitos no campo.

Essas duas fontes de pesquisa apresentam informações por municípios do estado do RS, trazendo diversos dados qualitativos e quantitativos que incluem a datação dos eventos e fenômenos apresentados. A organização dessas informações por Regiões Geográficas Intermediárias, por períodos e por tipologias mais gerais (no caso das manifestações)² são de responsabilidade da equipe de pesquisa do NEAG/UFRGS.

Na base de dados da relação dos Projetos de Reforma Agrária, conforme fases de implementação do INCRA (2025), são apresentadas diversas modalidades de projetos de assentamentos. No entanto, para os objetivos da temática apresentada nas representações, optou-se por considerar somente as informações dos Projetos de Assentamentos Federais (PA), Projetos de Assentamentos Estaduais (PE), Projetos de Assentamentos Municipais (PAM) e Projetos de Reassentamento de Barragem (PRB). Da mesma forma, para a representação das famílias assentadas, preferiu-se considerar não as famílias assentadas na data do documento consultado, mas a capacidade de famílias para cada assentamento, por se tratar de um dado que não apresenta variações.

Para a elaboração do material cartográfico, utilizou-se o software livre de código aberto QGIS versão 3.40.5, o qual permite a edição de dados georreferenciados em bases vetoriais. Para a representação dos dados no recorte das Regiões Geográficas Intermediárias, foi utilizada a base vetorial disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na

2 Para fins de representação, agruparam-se dados de manifestações do “CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT” em 11 tipologias gerais: Acampamentos, Ocupações, Marchas e Caminhadas, Eventos (onde se agrupou ocorrências de Encontros, Jornadas, Grito da Terra, Levante da Terra, Romarias da Terra, Seminários e Festas), Datas Comemorativas (Dias de luta e do agricultor), Protestos, Manifestações, Mobilizações, Bloqueios, Vigílias e Outras (onde se agrupou ocorrências de Atos, Movimentos, Jejum, Tribunal Popular, Greve de fome, Interdição, Paralisação, Culto Ecumênico, Audiência Pública, Celebração, Trancamento, Campeonato, Abraço, Feira e Banqueteço).

elaboração dos desenhos cartográficos, também foi utilizado um mosaico raster como base cartográfica de visualização do projeto Natural Earth. A projeção e o sistema de coordenadas em todos os mapas são geográficas com latitude/longitude em graus, com o sistema de referência SIRGAS 2000.

A apresentação das informações buscou trazer uma padronização, tanto nos elementos cartográficos, quanto nos gráficos. No entanto, houve algumas variações no que concerne ao contexto temporal, devido à disponibilidade de dados e informações. Contudo, observa-se que alguns dados disponibilizados nem sempre se encontram atualizados ou padronizados no acesso público das informações, o que pode gerar lacunas e dificuldades na representação da dinâmica mais recente e atualizada da reforma agrária no estado.

Nesse contexto, é importante destacar que o material apresentado no Atlas da *Geografia da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul* possui algumas limitações no que concerne à atualização de dados, os quais não estão disponíveis até o ano de 2025. Tal aspecto, entretanto, não compromete a consistência metodológica, nem reduz a relevância científica das análises realizadas, podendo as informações sistematizadas serem consideradas uma base para a compreensão das dinâmicas territoriais e sociais da reforma agrária no estado. Conforme outros dados se tornem acessíveis em relação aos assentamentos rurais, acampamentos de luta pela terra, ocupações de terras, manifestações de luta pela terra e outras categorias, os mapas e gráficos podem ser aprimorados, assim como novas temáticas podem ser acrescentadas em edições futuras.

Por fim, é importante destacar que esta publicação faz parte da pesquisa que contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), por meio do Edital n.º 14/2022 — Auxílio Recém-Doutor ou Recém-Contratado (ARD/ARC), cujo apoio foi fundamental para a execução e o desenvolvimento dos resultados aqui apresentados.

ASSENTAMENTOS RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL

A luta pela terra no Rio Grande do Sul, a qual se inicia na década de 1960, tem no ano de 1986 o marco da Reforma Agrária, com a criação do primeiro assentamento no município de Eldorado do Sul, atual Região Geográfica Intermediária de Porto Alegre. O Assentamento Fazenda São Pedro, criado em 14/10/1986, foi um Projeto de Reforma Agrária Federal, fruto de desapropriação, com capacidade para 105 famílias.

Em vista disso, no mês de novembro deste mesmo ano, mais 04 assentamentos foram criados em 07/11/1986 na atual Região Geográfica Intermediária de Passo Fundo, nos municípios de Pontão (Assentamentos: Encruzilhada Natalino 1 / Passo Real; Encruzilhada Natalino 3 / Rio Bonito e Encruzilhada Natalino 4) e Sarandi (Encruzilhada Natalino 2 / Holandês). Também projetos de reforma agrária federal que tiveram como forma de aquisição a desapropriação e possuíam juntos capacidade para 365 famílias (INCRA, 2025).

Os assentamentos do estado do Rio Grande do Sul distribuíram-se em todas as Regiões Geográficas Intermediárias a partir da década de 1980 (Quadro 1).

Quadro 1: Assentamentos criados no estado do Rio Grande do Sul (1986 a 2024)

Regiões Intermediárias do RS	Assentamentos					
	1980-1989	1990-1999	2000-2009	2010-2019	2020-2024	Total
Ijuí	2	14	22	2	-	40
Passo Fundo	6	26	32	2	-	66
Caxias do Sul	-	3	5	1	-	9
Uruguaiana	-	20	21	1	-	42
Santa Maria	3	11	12	3	-	29
Porto Alegre	2	17	6	2	-	27
Santa Cruz — Lajeado	-	6	1	2	-	9
Pelotas	-	71	48	3	1	123
Total	13	168	147	16	1	345

Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Na década de 1980, foram criados 13 assentamentos, com capacidade para 962 famílias. Na área da Região Geográfica Intermediária de Passo Fundo foi criado o maior número de assentamentos, totalizando 06 assentamentos, distribuídos nos municípios de Cruz Alta (1), Boa Vista do Incra (1), Pontão (3) e Sarandi (1). Nesta região, também se localizou o assentamento com maior área e capacidade, o Assentamento Encruzilhada Natalino 4, possui área de cerca de 3.739 hectares e capacidade para assentar 243 famílias. Todos os assentamentos, criados nesta década, entre 1986 e 1989, segundo as informações do INCRA (2025), foram Projetos de Assentamentos Federais (PA).

No período entre 1991 e 1999, o estado do RS teve um aumento expressivo na criação de novos assentamentos, que totalizaram 168 assentamentos, entre Projetos de Assentamentos Federais (PA), Projetos de Assentamentos Estaduais (PE) e Projetos de Reassentamentos de Barragens (PRB).

Na primeira metade da década de 1990, foram criados 15 novos assentamentos, sendo o primeiro em 1991 no município de Jari, com capacidade para 23 famílias. No ano de 1992, entre os meses de maio e junho, foram criados 05 assentamentos, 01 na Região Geográfica Intermediária de Passo Fundo, 01 na Região Geográfica Intermediária de Uruguaiana, 01 na Região Geográfica Intermediária de Santa Maria e 02 na Região Geográfica Intermediária de Pelotas.

O ano de 1992 representa um marco na expansão territorial dos assentamentos no estado do RS, pois, a partir deste período, observa-se a consolidação de assentamentos no sul do estado, no município de Santana do Livramento (RGI Uruguaiana), o Assentamento Cerro dos Munhós, no município de Piratini (RGI Pelotas), o Assentamento Piratini e no município de Candiota (RGI Pelotas), o Assentamento Fazenda São Francisco. Entre os assentamentos criados no ano de 1992, o Assentamento Cerro dos Munhós (Figura 1) possui a maior área e capacidade, com cerca de 1734 hectares e capacidade para 67 famílias (INCRA, 2025).

Figura 1: Assentamento Cerro dos Munhós, Santana do Livramento — RS

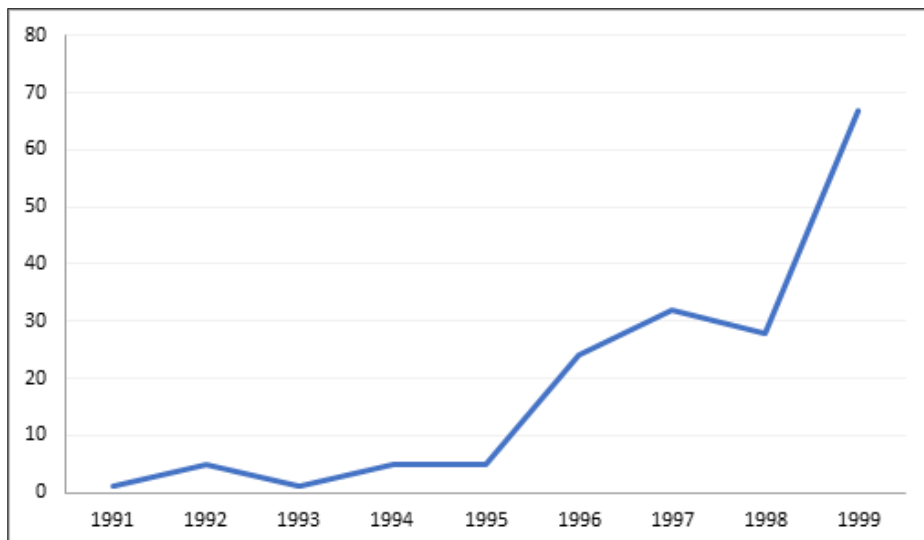


Fonte: Acervo NEAG – UFRGS (2023).

No ano de 1993, houve a criação de 01 assentamento no município de Capão do Cipó, na Região Geográfica Intermediária de Santa Maria e, em 1994, 05 assentamentos nas Regiões Geográficas Intermediárias de Passo Fundo (01), Santa Maria (01), Porto Alegre (02) e Santa Cruz — Lajeado (01). O Assentamento Farroupilha, criado no ano de 1994 no município de Encruzilhada do Sul, com área de cerca de 2.587 hectares e capacidade para 113 famílias, foi o primeiro assentamento criado na Região Geográfica Intermediária Santa Cruz — Lajeado.

A segunda metade da década de 1990 é marcada por um salto no número da criação de assentamentos no RS, sendo criados nesse período 157 assentamentos, ou seja, 93% dos assentamentos criados nessa década. Com um aumento progressivo, o ano de 1999 representou o ano em que foi criado o maior número de assentamentos (67).

Figura 2: Evolução dos assentamentos criados no Rio Grande do Sul na década de 1990



Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

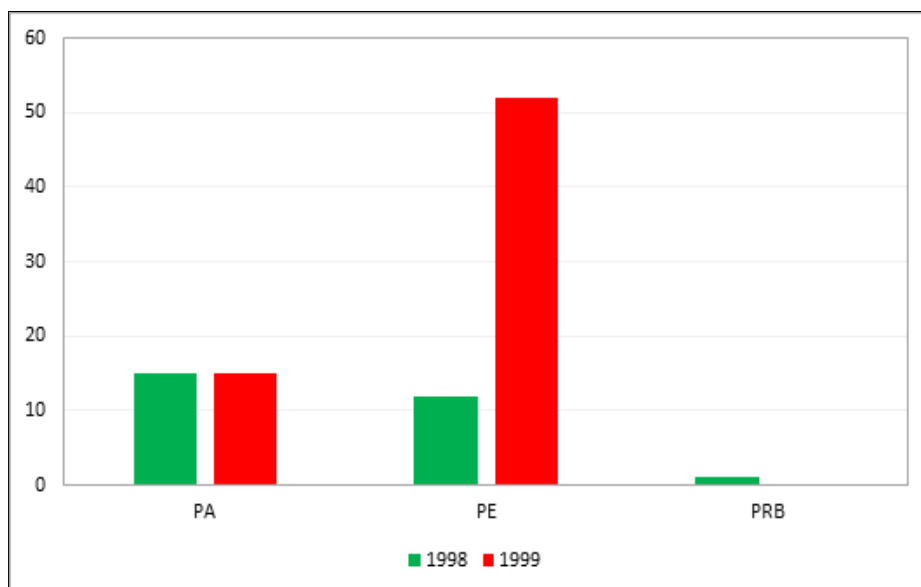
No ano de 1995, 05 assentamentos foram criados em três Regiões Geográficas Intermediárias: 01 na Região Geográfica Intermediária de Ijuí (Assentamento Rondinha, município de Jóia), 02 na Região Geográfica Intermediária de Porto Alegre (Assentamento Santa Marta em Arambaré e Assentamento Lagoa do Junco em Tapes) e 02 na Região Geográfica Intermediária de Pelotas (Assentamento Santa Alice em Herval e Assentamento 24 de novembro em Capão do Leão).

O primeiro aumento significativo na criação de assentamentos é registrado no ano de 1996, quando são criados 24 assentamentos. Aqui, também é possível perceber a concentração da construção de assentamentos ao sul do estado, com 10 assentamentos localizados em municípios da Região Geográfica Intermediária de Pelotas e 06 na Região Geográfica Intermediária de Uruguaiana. Os demais assentamentos localizaram-se em municípios das Regiões Geográficas Intermediárias de Ijuí (01), Passo Fundo (01), Santa Maria (02), Porto Alegre (03) e Santa Cruz – Lajeado (01). Somente a Região Geográfica Intermediária de Caxias do Sul não registrou criação de assentamentos no ano de 1996.

O ano de 1997 manteve a tendência de crescimento, com a criação de 32 assentamentos. Assim como em 1996, houve uma concentração territorial no sul do estado, com mais da metade dos assentamentos criados na Região Geográfica Intermediária de Pelotas (19 assentamentos). A Região Geográfica Intermediária de Uruguaiana, também situada ao sul do estado, registrou nesse período a criação de 06 assentamentos. Os demais foram implantados nas Regiões Geográficas Intermediárias de Ijuí (05), Passo Fundo (01) e Santa Cruz — Lajeado (01). Já as Regiões Geográficas Intermediárias de Caxias do Sul, Santa Maria e Porto Alegre não apresentaram novos assentamentos em 1997.

A partir de 1998, no Rio Grande do Sul, iniciou-se a criação dos Projetos de Assentamentos Estaduais (PE). Na década de 1990, foram implantados 67 assentamentos estaduais, todos entre 1998 e 1999, sendo 15 assentamentos no ano de 1998 e 52 no ano de 1999, período em que, durante o Governo Olívio Dutra, foi instituído o Gabinete de Reforma Agrária no estado.

Figura 3: Projetos de assentamentos criados no Rio Grande do Sul entre 1999 e 1998



Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Em 1998, dos 28 assentamentos instituídos, mais da metade foram Projetos de Assentamento Estadual (PE), 12 foram Projetos de Assentamento Federal (PA) e 01 Projeto de Reassentamento de Barragem (PRB). O Projeto de Reassentamento de Barragem, instalado no município de Chiapeta, na Região Geográfica Intermediária de Ijuí, apresenta uma área de 1.200 hectares, com capacidade para 66 famílias.

No que concerne ao assunto, em 1998 foram criados assentamentos em todas as Regiões Geográficas Intermediárias do Rio Grande do Sul. O maior número de assentamentos foi implantado na Região Geográfica Intermediária de Pelotas, ao totalizar 08 assentamentos, sendo 04 federais e 04 estaduais. Já as Regiões Geográficas Intermediárias que registraram o menor número de assentamentos instituídos neste período foram a RGI Santa Maria, com a criação de 01 assentamento estadual no município de Guabijú (Assentamento Novo Guabijú), e a RGI Santa Cruz — Lajeado, com a criação de 01 assentamento federal no município de Encruzilhada do Sul (Assentamento Padre Réus).

A data de 14/12/1998 marca a organização do maior assentamento do estado do Rio Grande do Sul, o Assentamento Filhos de Sepé (que consta na base do INCRA como Assentamento Viamão), Projeto de Assentamento Federal (PA), com uma área de 9.478,9 hectares e capacidade para 345 famílias (INCRA, 2025). Localizado no município de Viamão, na Região Geográfica Intermediária de Porto Alegre, o Assentamento Filhos de Sepé desenvolve a produção agrícola de forma totalmente orgânica (Figura 04), por estar integralmente inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) do Banhado Grande, criada também em 1998. Além disso, a área do assentamento abriga o Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos.

Figura 4: Assentamento Filhos de Sepé, Viamão – RS

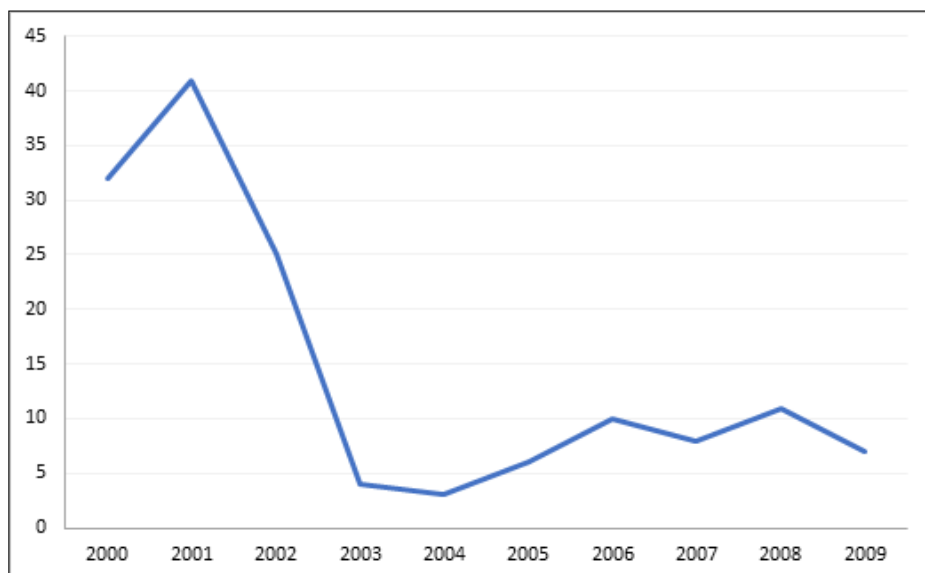


Fonte: Acervo NEAG – UFRGS (2025).

O maior registro de criação de assentamentos ocorreu no final da década, em 1999, com a implantação de 67 projetos. Desse total, cerca de 44% concentraram-se na Região Geográfica Intermediária de Pelotas, somando 30 assentamentos, dos quais 23 foram Projetos de Assentamentos Estaduais e 07 Projetos de Assentamentos Federais. O município dessa região que recebeu o maior número de assentamentos em 1999 foi Hulha Negra, com 10 unidades, que juntas possuem capacidade para 393 famílias (INCRA, 2025). Outra Região Geográfica Intermediária que registrou um número expressivo naquele ano foi a de Passo Fundo, com 15 assentamentos, sendo 02 Projetos de Assentamentos Federais e 13 Estaduais. O município que concentrou o maior número na região foi Ronda Alta, com 04 assentamentos implantados em 1999, todos estaduais.

Os anos 2000, assim como na década anterior, contaram com um número expressivo de novos assentamentos, totalizando 147 ao longo do período. Ao contrário da década anterior, há um decréscimo na criação de assentamentos ao longo dos anos 2000, pois se implantaram 105 novos assentamentos até o ano de 2004 e 42 entre 2005 e 2009.

Figura 5: Evolução dos assentamentos criados no Rio Grande do Sul na década de 2000



Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

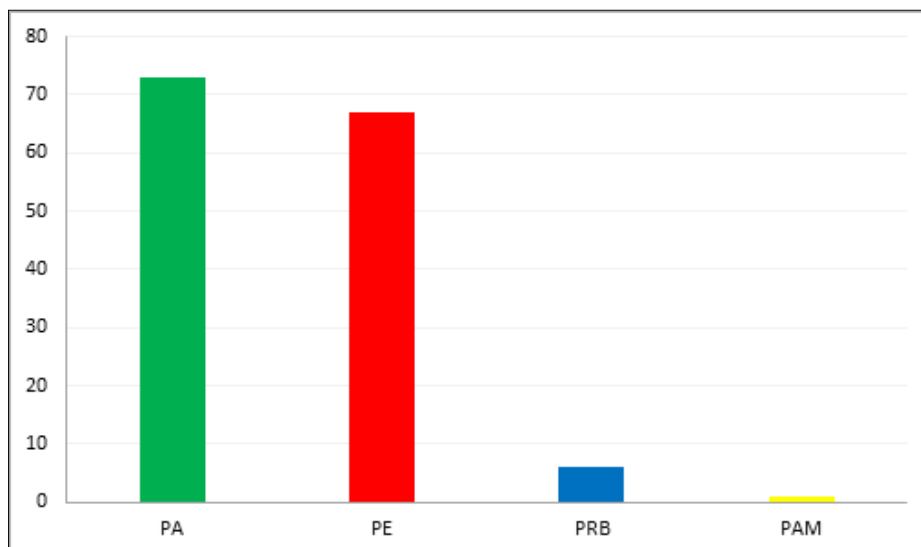
Do total de assentamentos criados nos anos 2000, 48 concentraram-se ao sul do estado, na Região Geográfica Intermediária de Pelotas, sendo 25 Projetos de Assentamentos Federais, 22 Projetos de Assentamentos Estaduais e 1 Projeto de Assentamento Municipal (PAM). Também com número expressivo, a Região Geográfica Intermediária de Passo Fundo totalizou 32 assentamentos, distribuídos em 13 Projetos de Assentamentos Federais, 16 Projetos de Assentamentos Estaduais e 03 Projetos de Reassentamentos de Barragens.

A Região Geográfica Intermediária de Caxias, com 05 assentamentos criados nos anos 2000, também registrou a construção de 03 Projetos de

Reassentamentos de Barragens, sendo essa a década com o maior número desse tipo de iniciativa. Os reassentamentos foram estabelecidos nos municípios de Barracão (01), São José do Ouro (01), Lagoa Vermelha (01) e Esmeralda (03).

Entre os anos 2000 e 2009, foram criados no Rio Grande do Sul 73 assentamentos federais (PA), 67 assentamentos estaduais (PE), 06 reassentamentos (PRB) e 01 assentamento municipal (PAM), (Figura 6).

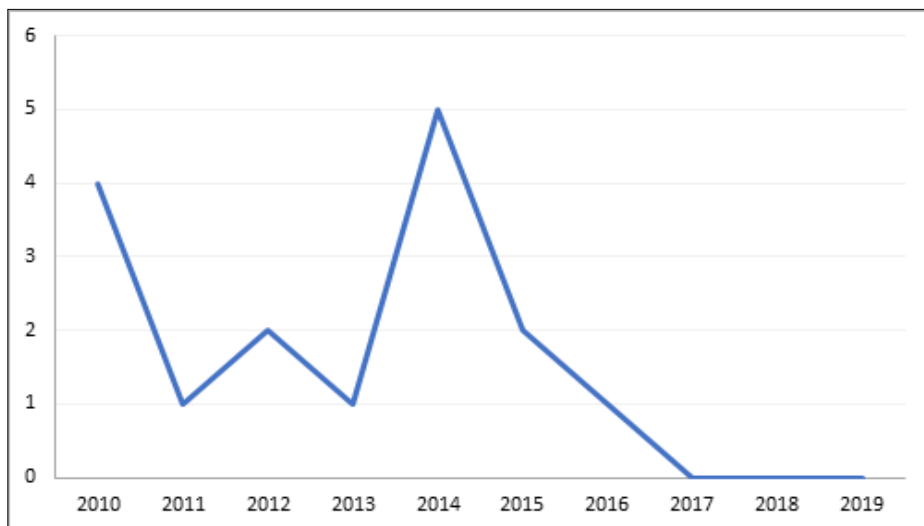
Figura 6: Projetos de assentamentos criados no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009



Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Na década de 2010, foram criados 16 assentamentos no RS, sendo 2016 o ano de implantação do último assentamento da década. Todas as Regiões Geográficas Intermediárias registraram a criação de assentamentos, destacando-se as RGI Santa Maria e Pelotas, que apresentaram o maior número, com 03 assentamentos em cada uma. Os anos de 2010 e 2014 foram os períodos com maiores ocorrências de novos assentamentos na década (Figura 7).

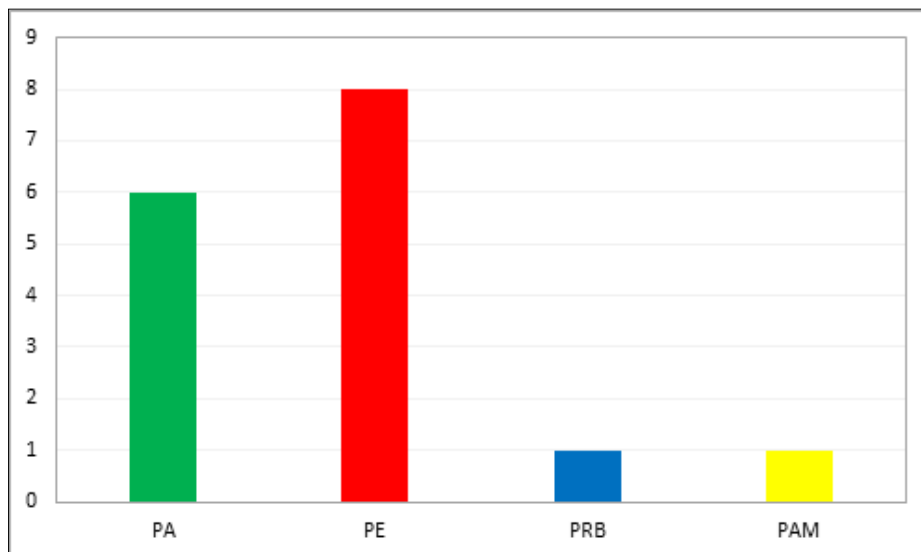
Figura 7: Evolução dos assentamentos criados no Rio Grande do Sul na década de 2000



Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Os assentamentos estaduais (PE) totalizaram, na década, 08 novos assentamentos, seguidos por 06 assentamentos federais (PA) (Figura 8). O ano de 2010 registra a criação do primeiro assentamento municipal (PAM), Assentamento Seis de Março, no município de Bagé, Região Geográfica Intermediária de Pelotas, com capacidade para 10 famílias. A Região Geográfica Intermediária de Ijuí também apresenta a implantação de um reassentamento (PRB), reassentamento Nova Esperança, no município de Catuípe, com capacidade para 40 famílias.

Figura 8: Projetos de assentamentos criados no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2016

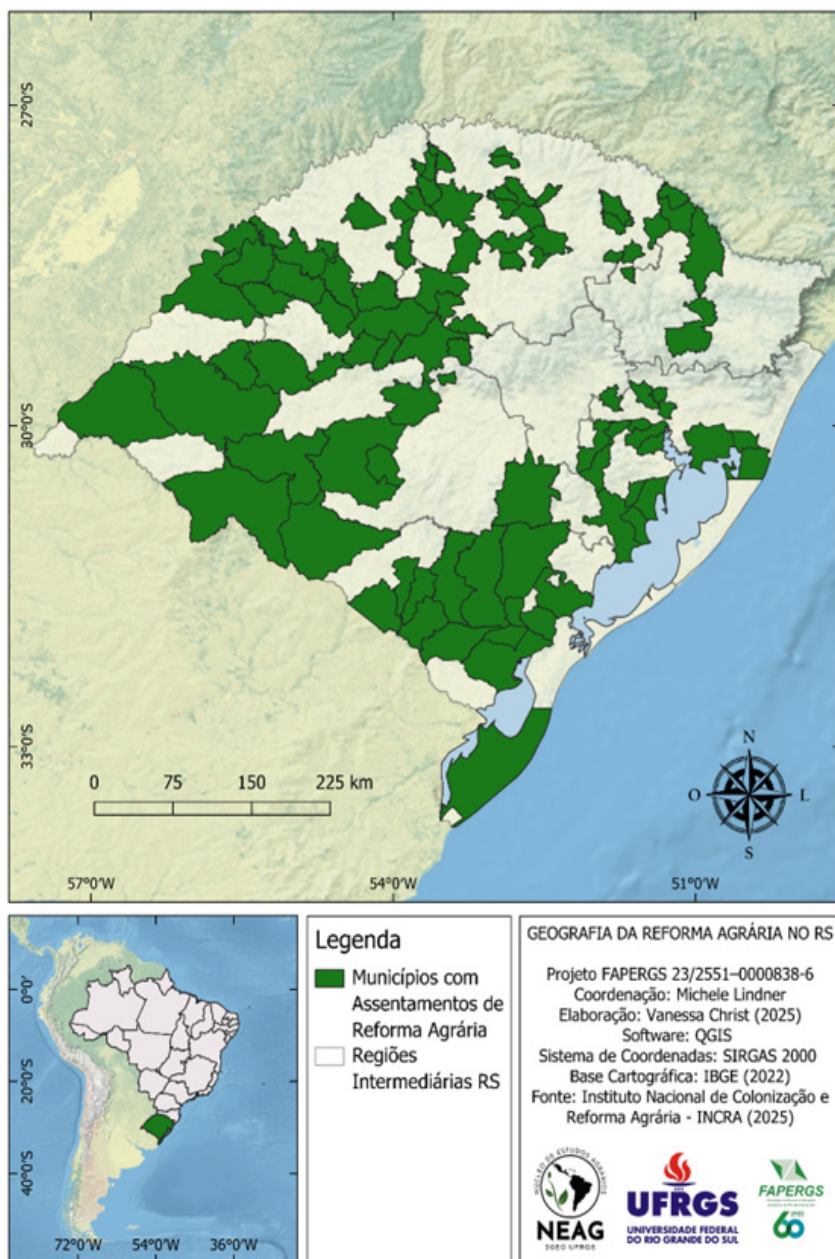


Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

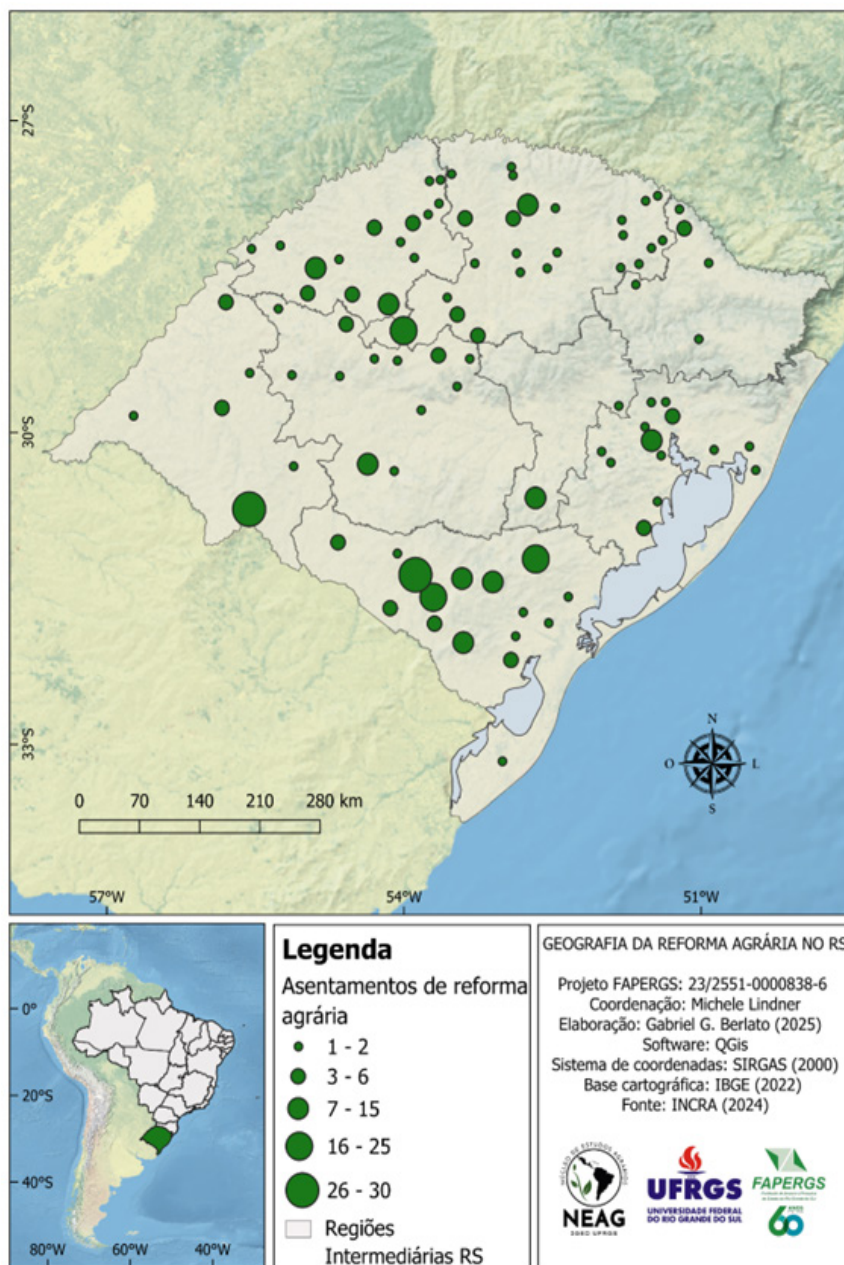
Após oito anos sem criação de novos assentamentos, em 2024 foi implantado um novo projeto na Região Geográfica Intermediária de Pelotas, no município de Hulha Negra: o assentamento federal (PA) Nossa Senhora Aparecida IV, com aproximadamente 443 hectares e capacidade para 22 famílias.

Assim, o processo histórico de criação dos assentamentos, que completa pouco menos que quatro décadas (até o ano de 2025), nos traz a configuração da geografia da reforma agrária no Rio Grande do Sul, com 345 assentamentos para cerca de 13.702 famílias assentadas.

Mapa 2: Municípios com Assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul criados entre 1986 e 2024



Mapa 3: Assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul criados entre 1986 e 2024

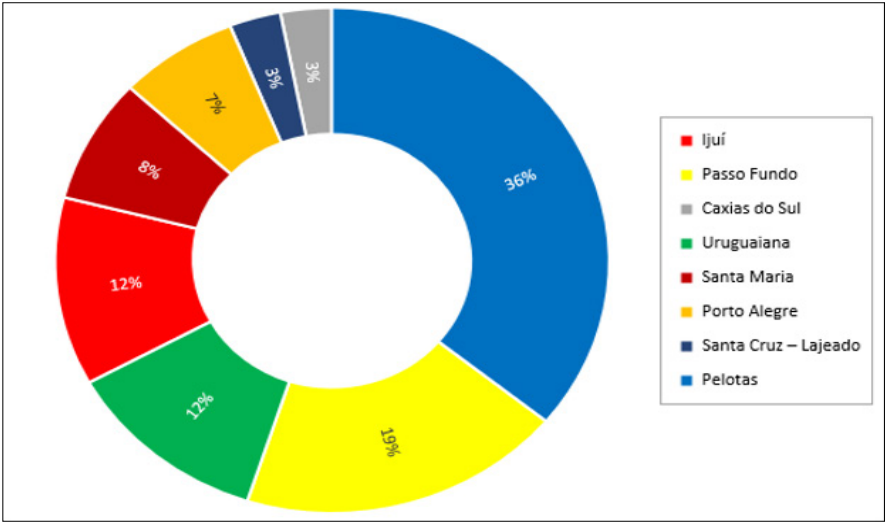


Quadro 2: Assentamentos por região intermediária no Rio Grande do Sul criados entre 1986 e 2024

Regiões Geográficas Intermediárias	Assentamentos	%
Ijuí	40	12
Passo Fundo	66	19
Caxias do Sul	9	3
Uruguiana	42	12
Santa Maria	29	8
Porto Alegre	27	7
Santa Cruz — Lajeado	9	3
Pelotas	123	36
Total	345	100

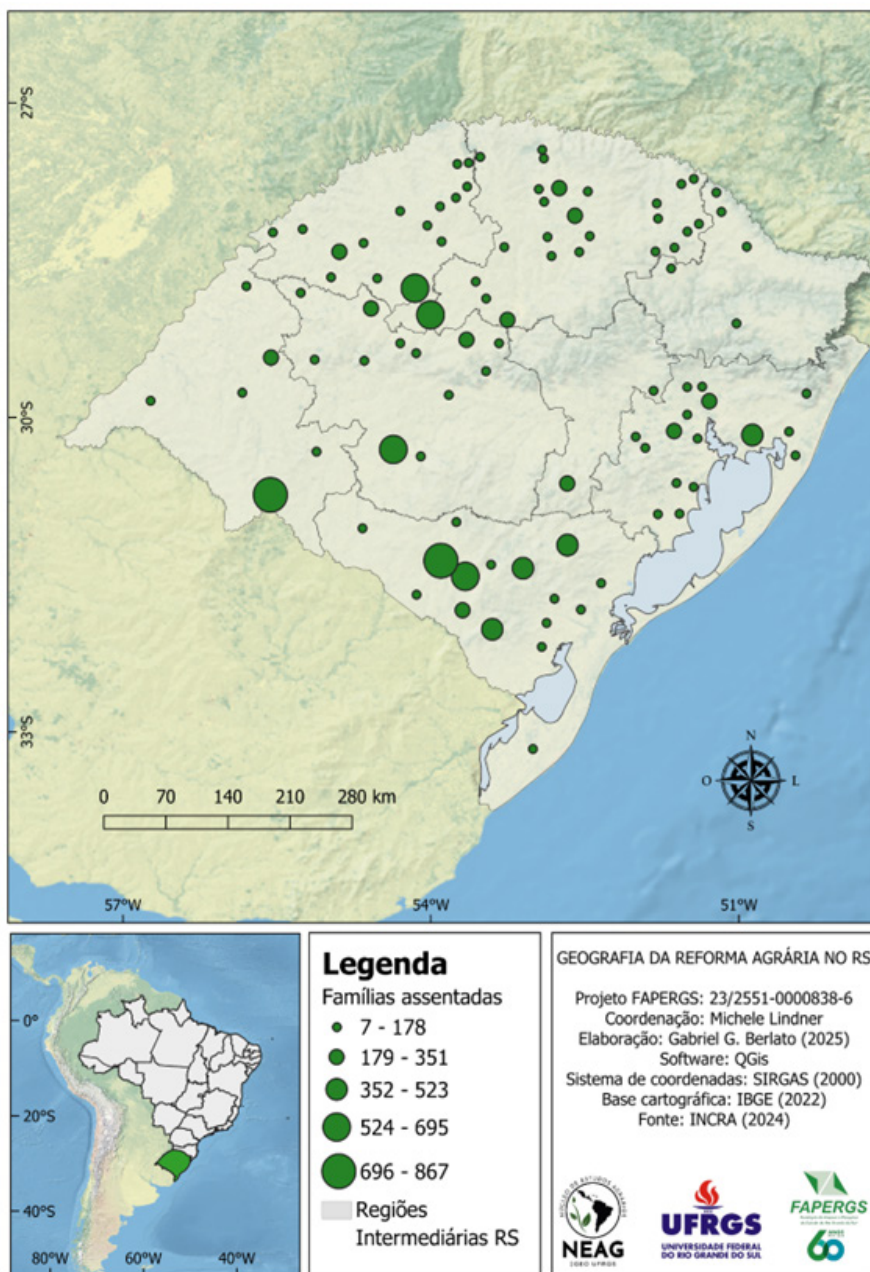
Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 9: Assentamentos por região intermediária no Rio Grande do Sul criados entre 1986 e 2024



Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Mapa 4: Famílias em Assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul criados entre 1986 e 2024

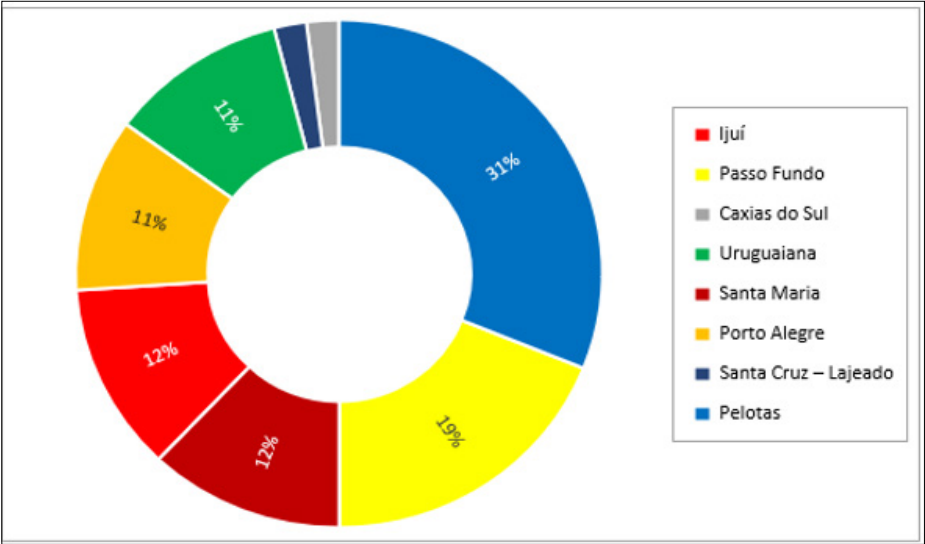


Quadro 3: Famílias assentadas por região intermediária no Rio Grande do Sul (2024)

Regiões Geográficas Intermediárias	Famílias Assentadas (capacidade)	%
Ijuí	1.699	12
Passo Fundo	2.617	19
Caxias do Sul	333	2
Uruguaiana	1.516	11
Santa Maria	1.608	12
Porto Alegre	1.443	11
Santa Cruz — Lajeado	272	2
Pelotas	4.214	31
Total	13.702	100

Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 10: Famílias em assentamentos por região intermediária no Rio Grande do Sul (2024)



Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Mapa 5: Municípios com Assentamentos de Reforma Agrária criados no Rio Grande do Sul entre 1980 e 1989

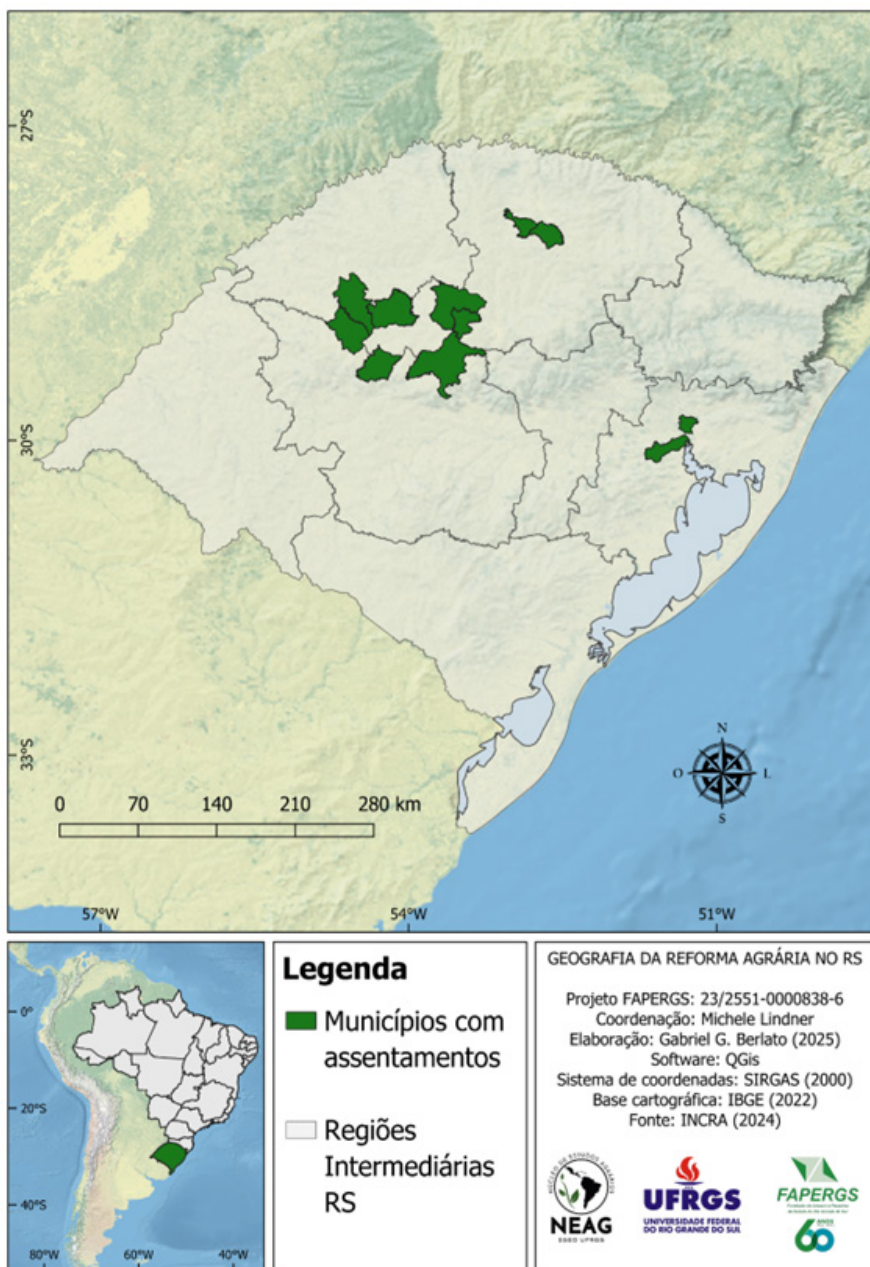
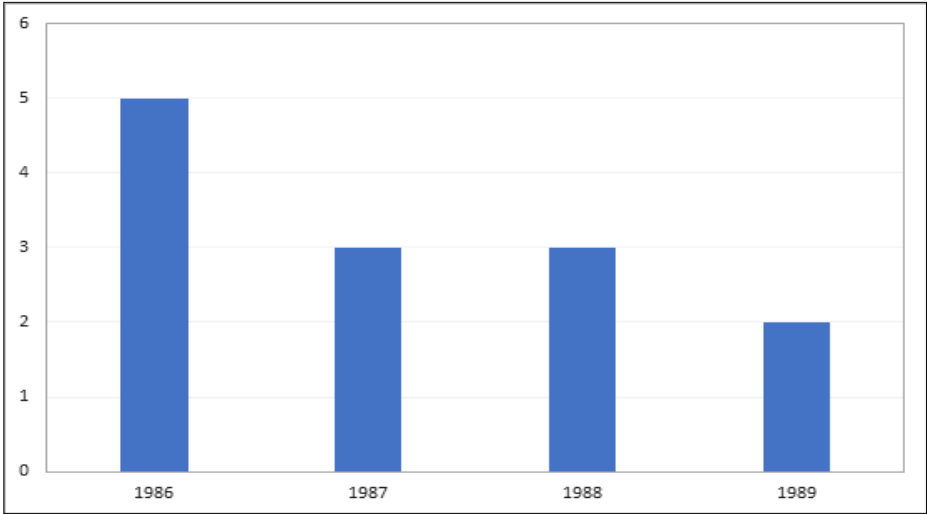
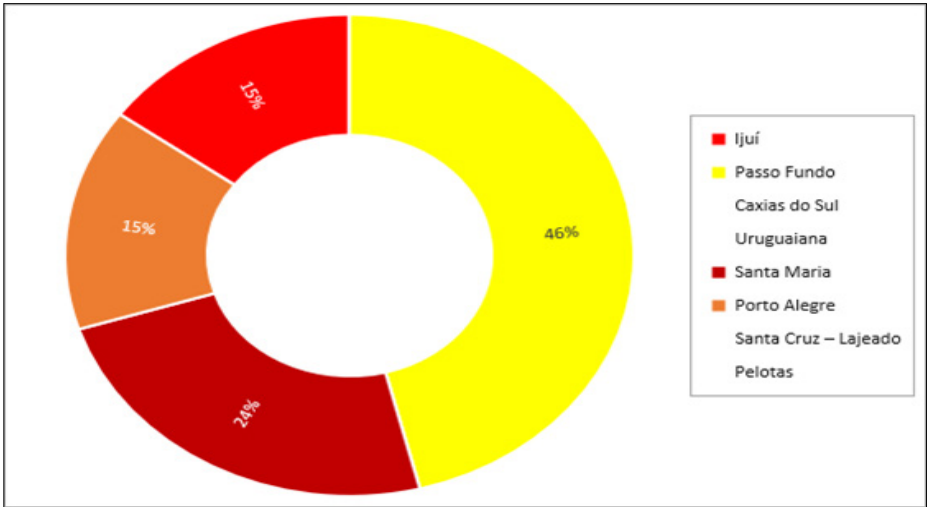


Figura 11: Assentamentos criados no Rio Grande do Sul entre 1980 e 1989



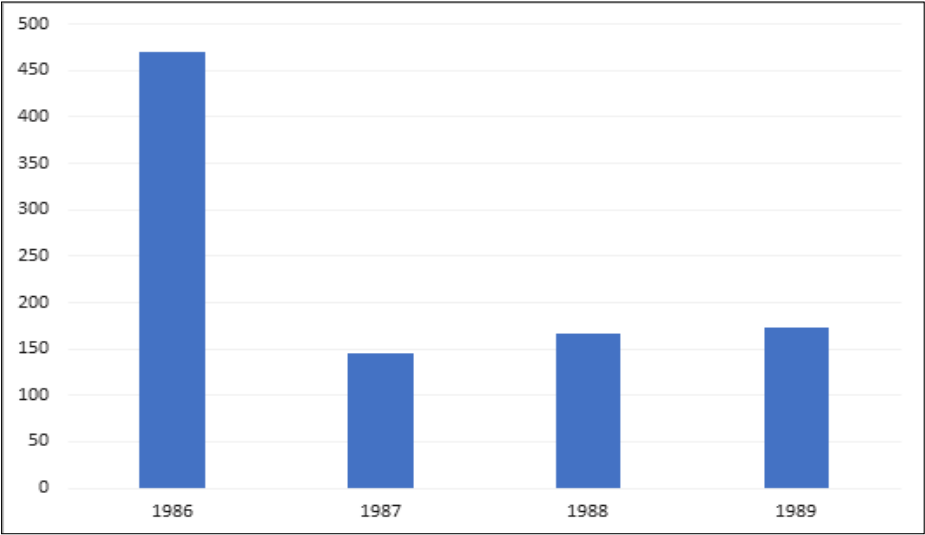
Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 12: Assentamentos criados entre 1980 e 1989 por região intermediária no Rio Grande do Sul



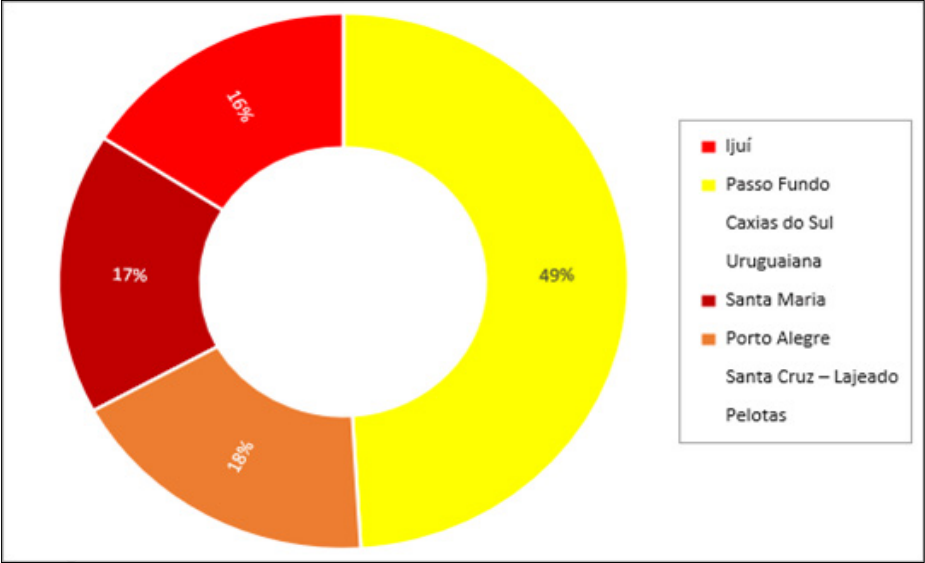
Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 13: Famílias assentadas no Rio Grande do Sul entre 1980 e 1989



Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 14: Famílias em assentamentos criados entre 1980 e 1989 por região intermediária no Rio Grande do Sul



Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Mapa 6: Municípios com Assentamentos de Reforma Agrária criados no Rio Grande do Sul entre 1990 e 1999

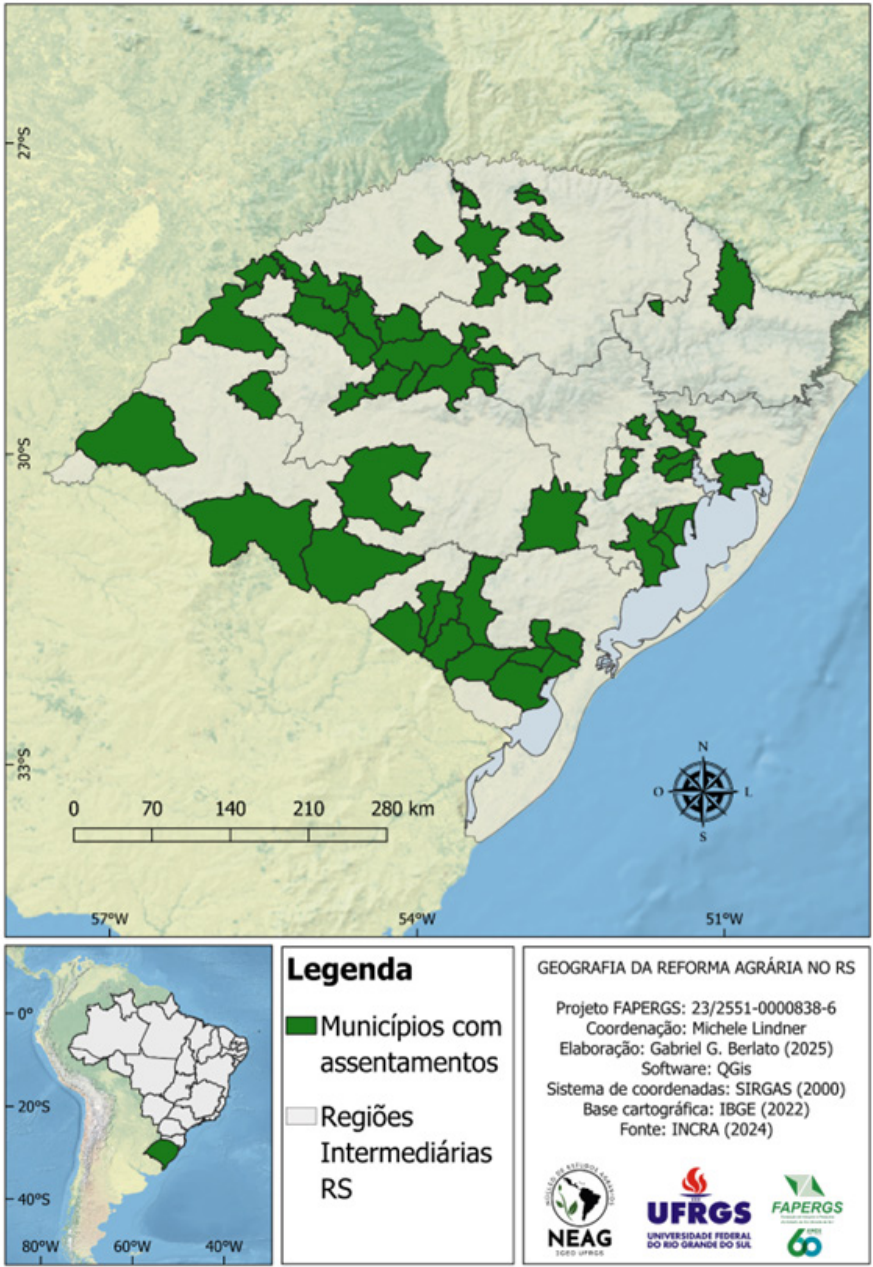
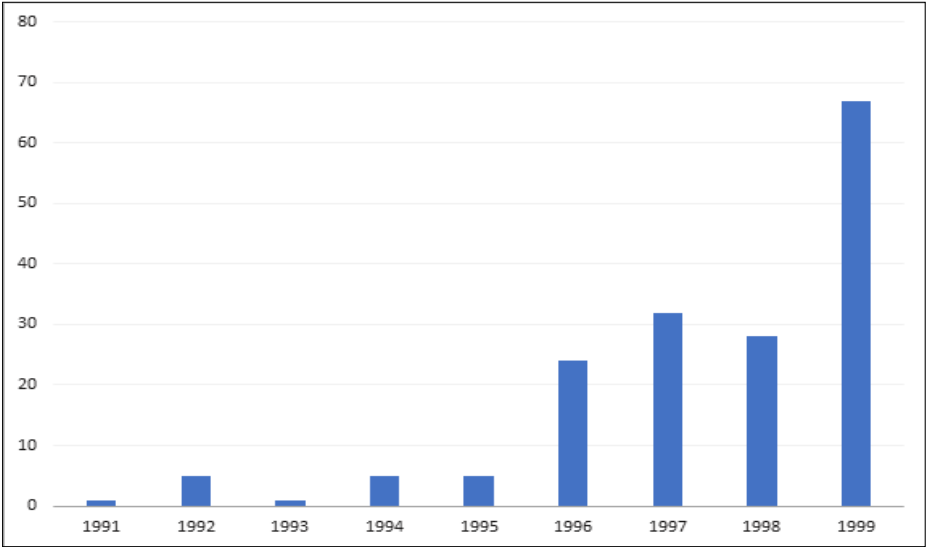
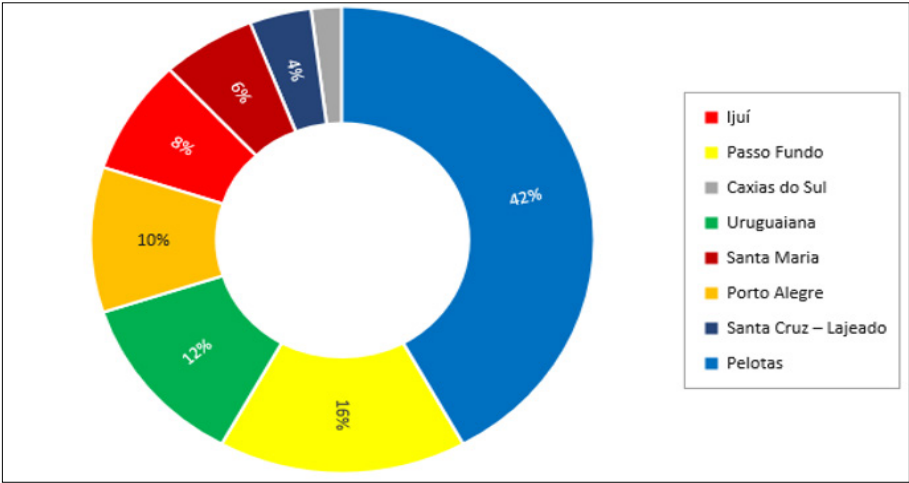


Figura 15: Assentamentos criados no Rio Grande do Sul entre 1990 e 1999



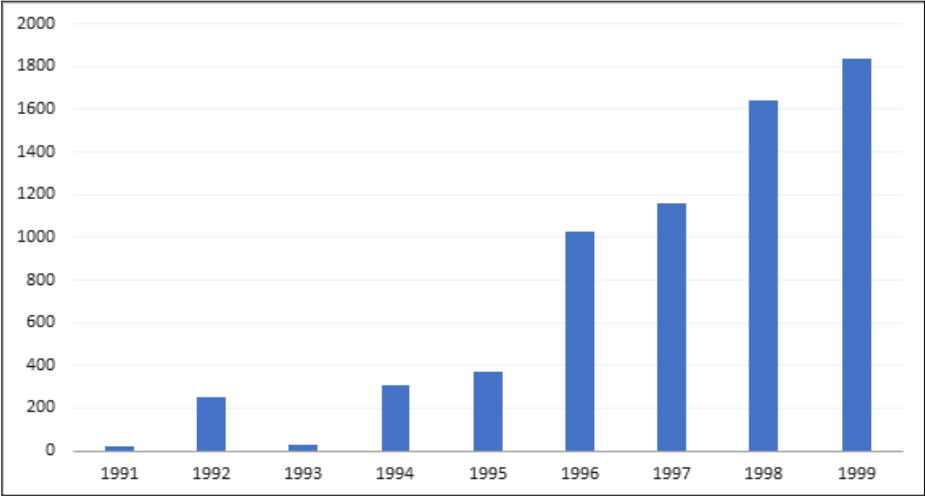
Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 16: Assentamentos criados entre 1990 e 1999 por região intermediária no Rio Grande do Sul



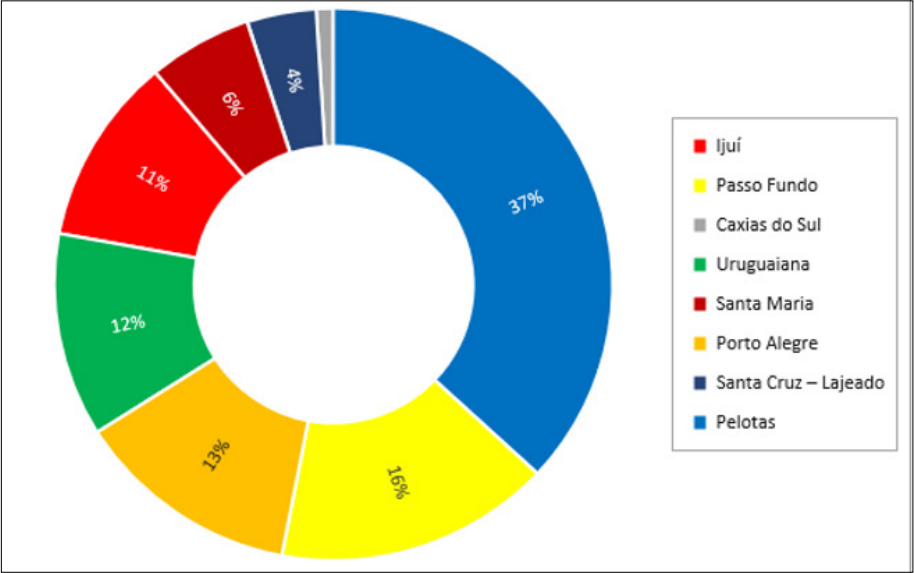
Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 17: Famílias assentadas no Rio Grande do Sul entre 1990 e 1999



Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 18: Famílias em assentamentos criados entre 1990 e 1999 por região intermediária no Rio Grande do Sul



Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Mapa 7: Municípios com Assentamentos de Reforma Agrária criados no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009

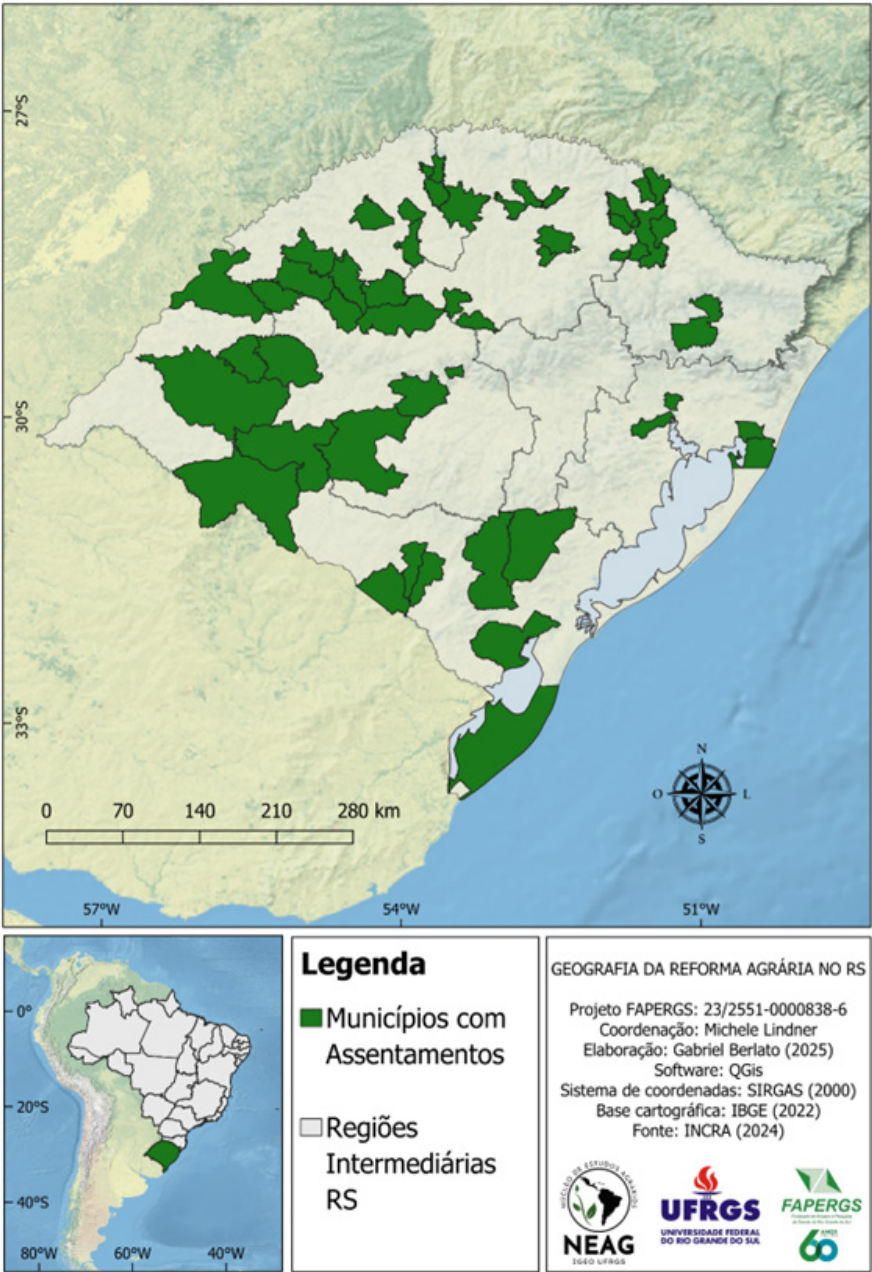
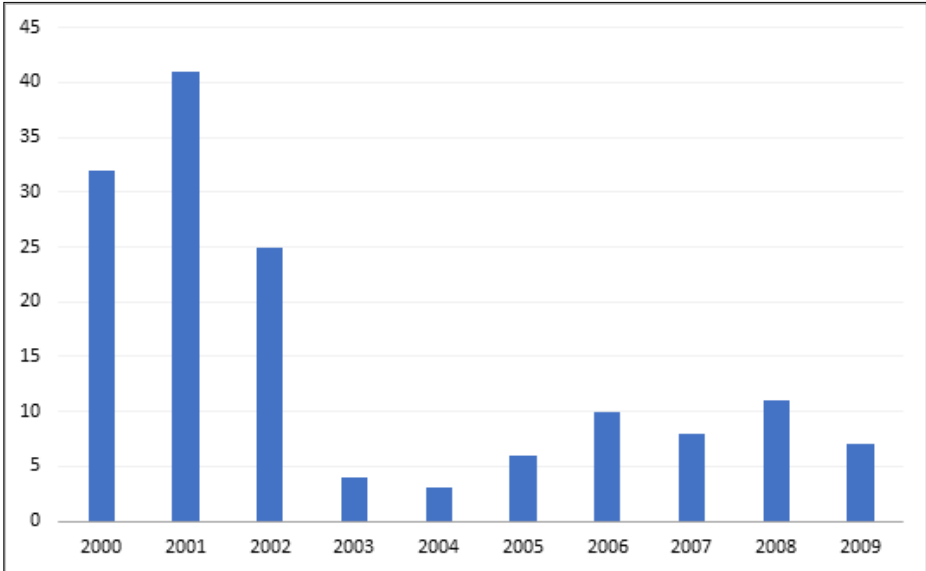
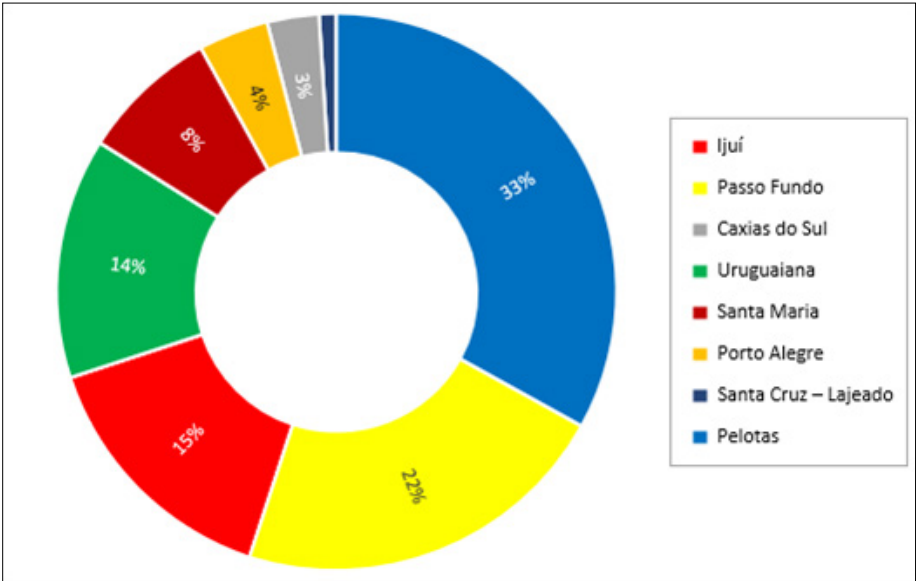


Figura 19: Assentamentos criados no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009



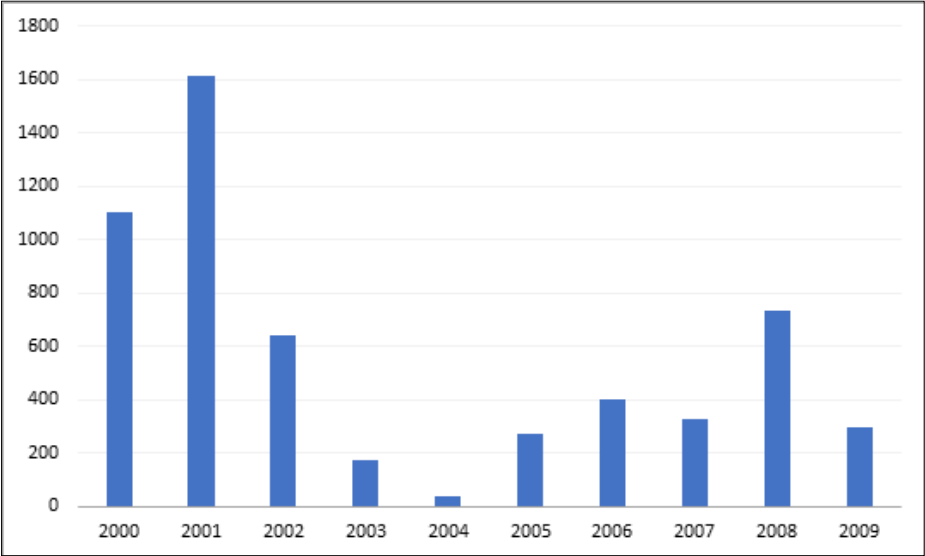
Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 20: Assentamentos criados entre 2000 e 2009 por região intermediária no Rio Grande do Sul



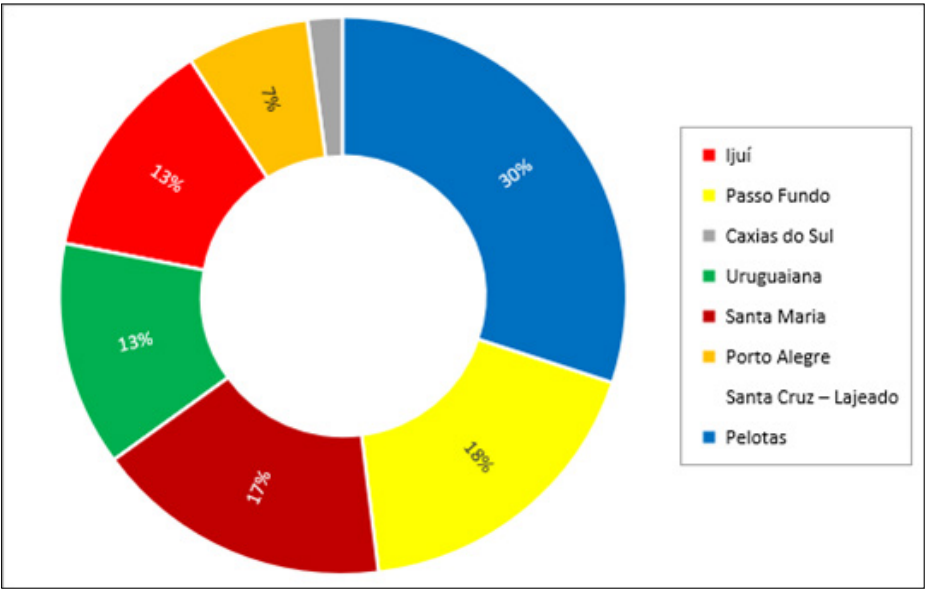
Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 21: Famílias assentadas no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009



Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 22: Famílias em assentamentos criados entre 2000 e 2009 por região intermediária no Rio Grande do Sul



Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Mapa 8: Municípios com Assentamentos de Reforma Agrária criados no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019

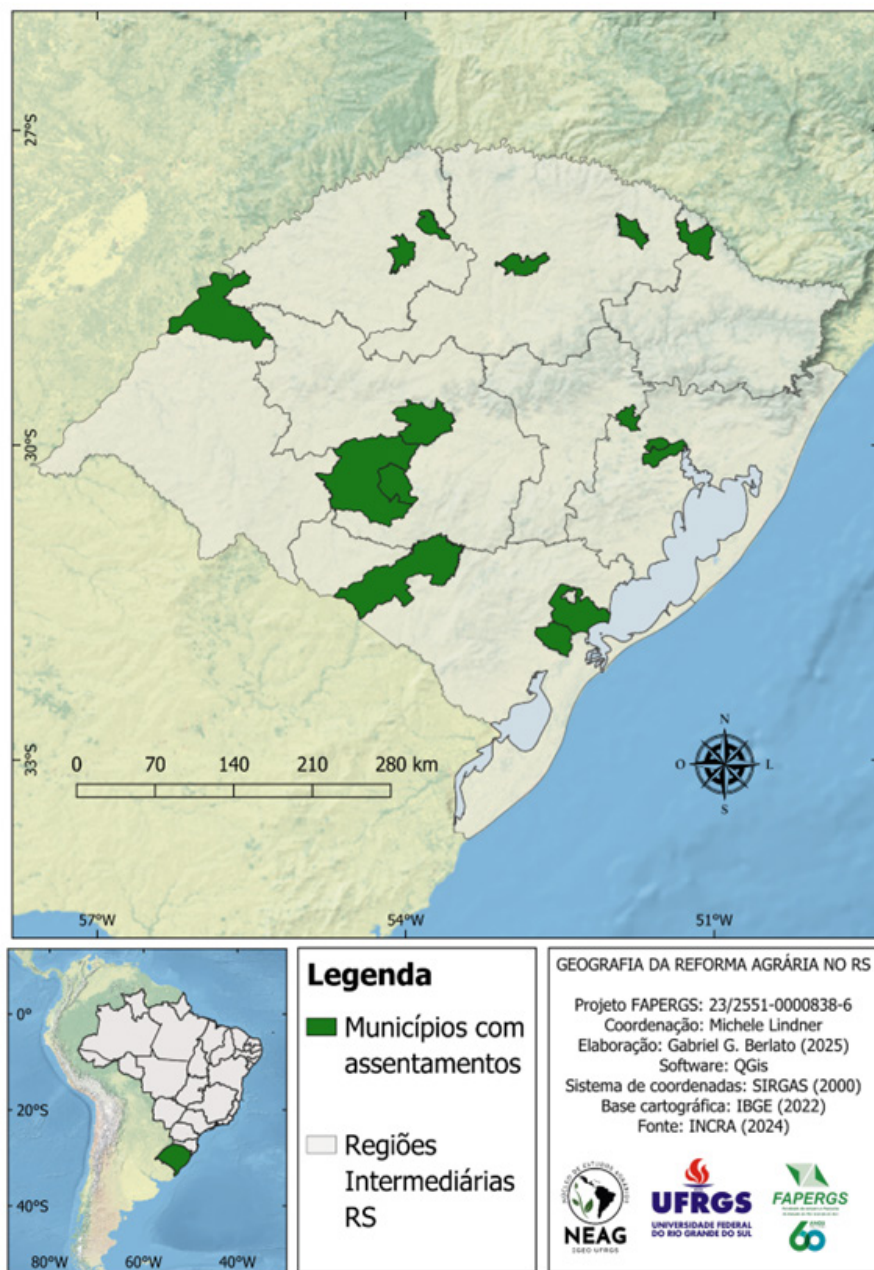
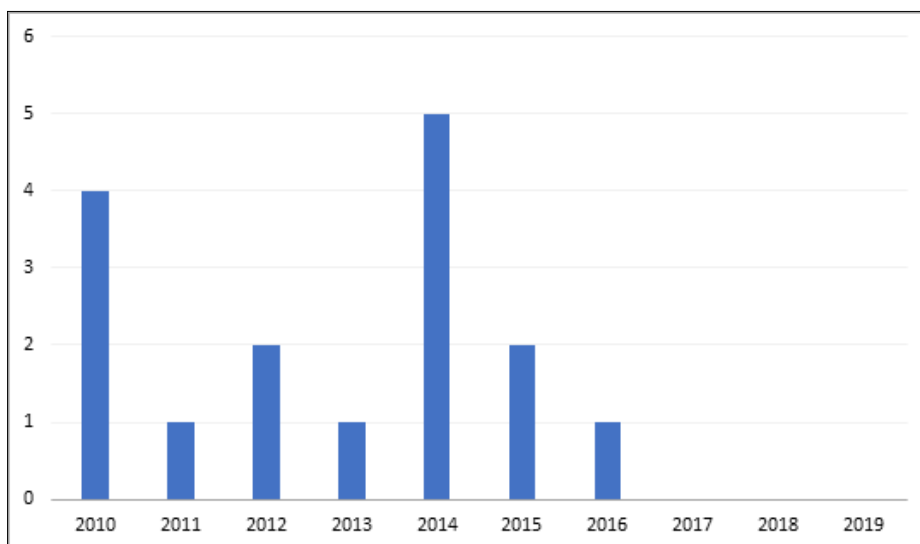
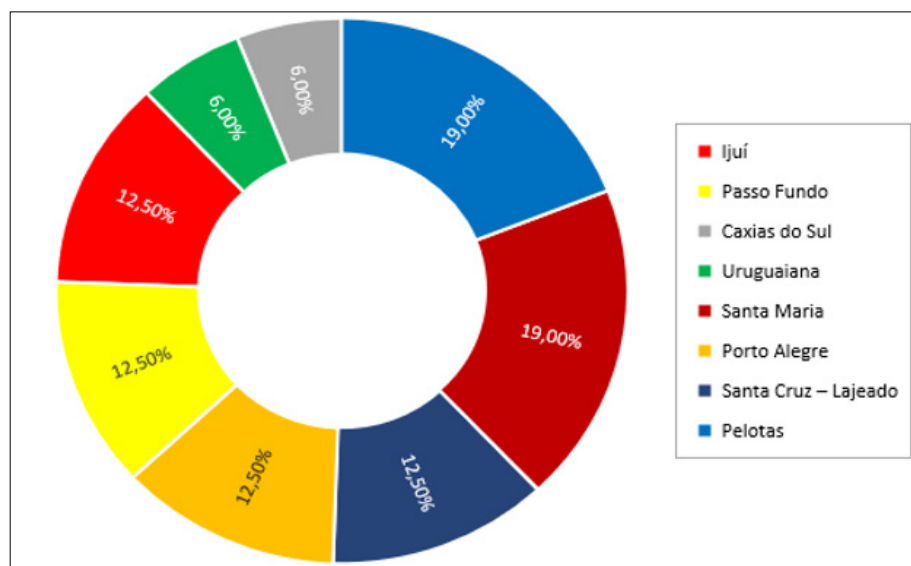


Figura 23: Assentamentos criados no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019



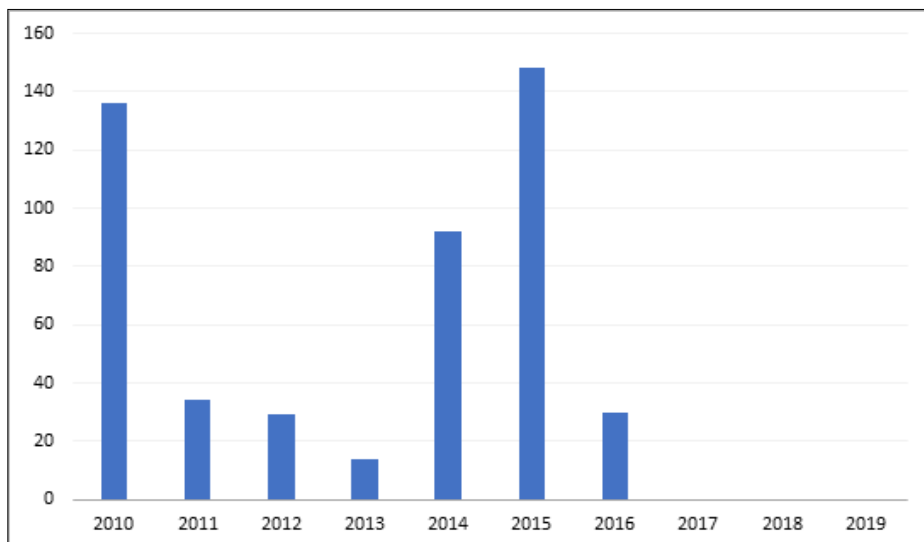
Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 24: Assentamentos criados entre 2010 e 2019 por região intermediária no Rio Grande do Sul



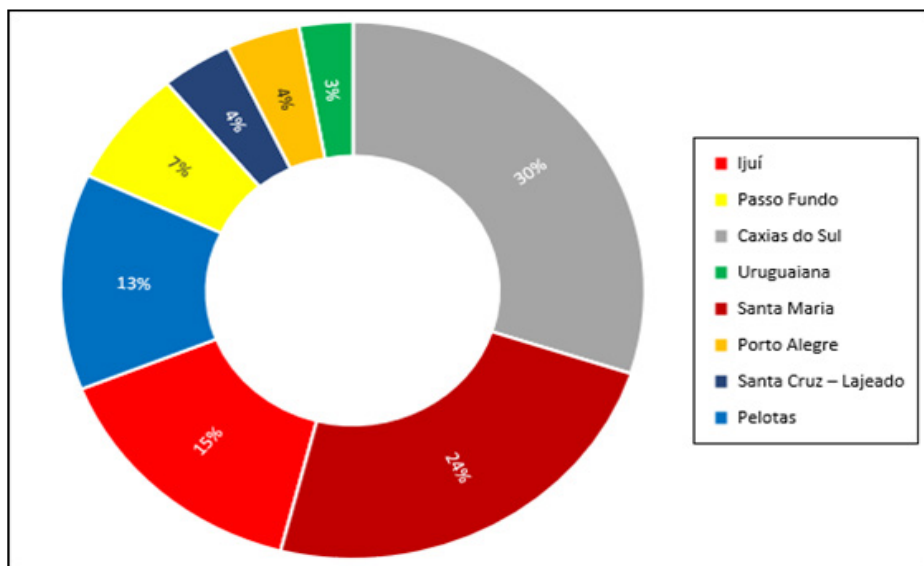
Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 25: Famílias assentadas no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019



Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 26: Famílias em assentamentos criados entre 2020 e 2019 por região intermediária no Rio Grande do Sul

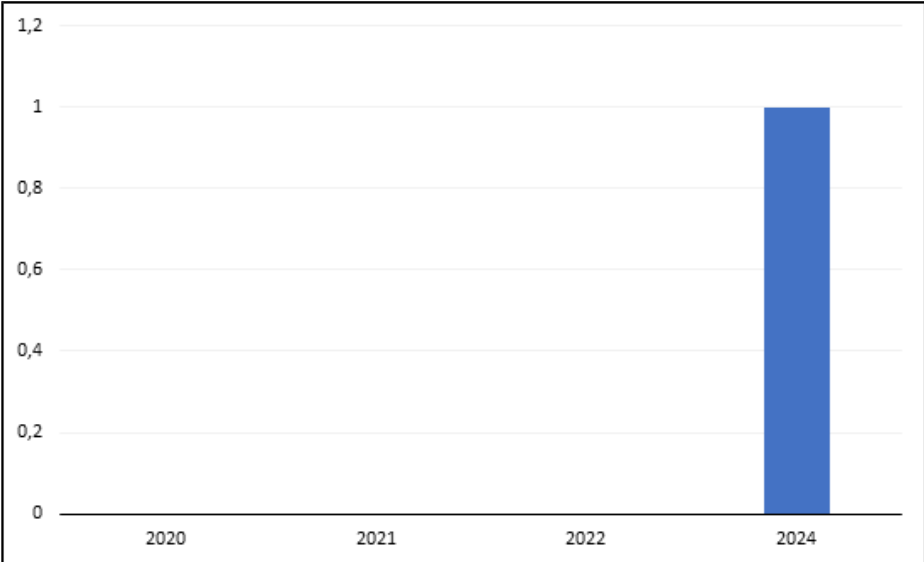


Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Mapa 9: Municípios com Assentamentos de Reforma Agrária criados no Rio Grande do Sul entre 2020 e 2024

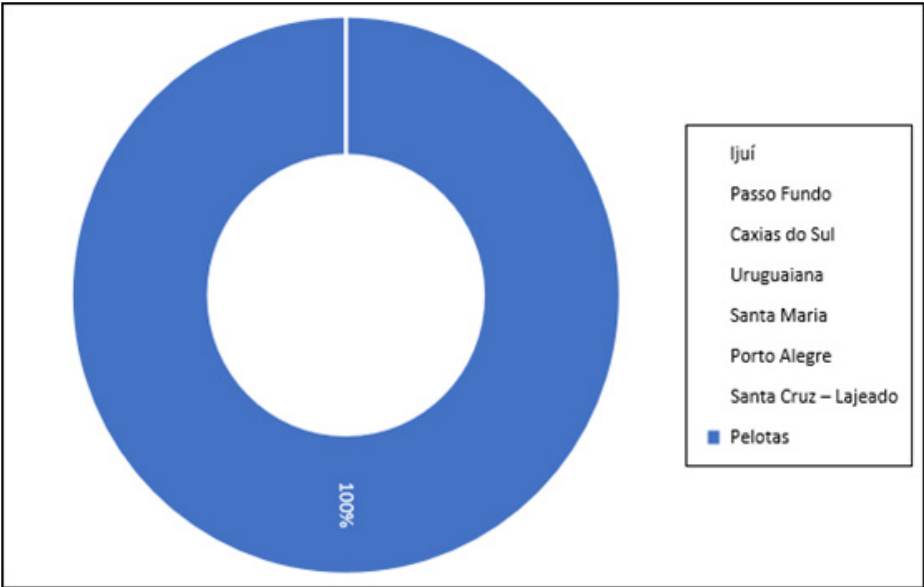


Figura 27: Assentamentos criados no Rio Grande do Sul entre 2020 e 2024



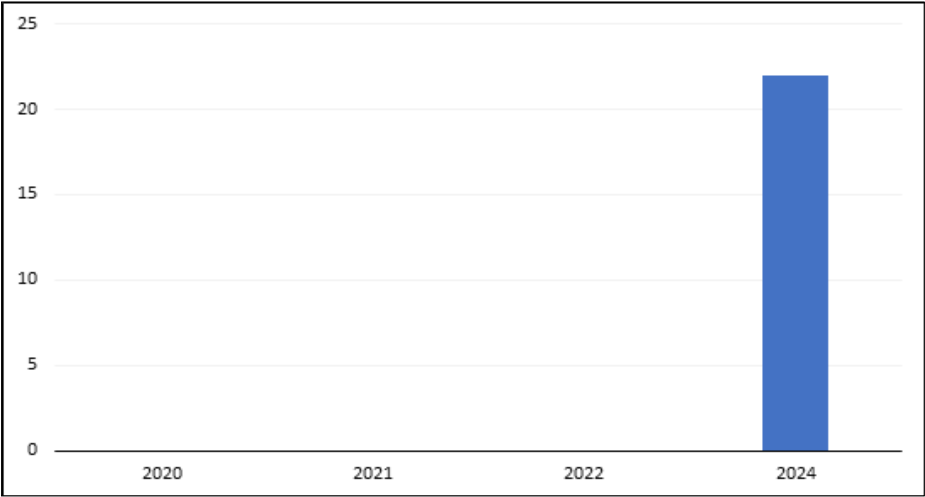
Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 28: Assentamentos criados entre 2020 e 2024 por região intermediária no Rio Grande do Sul



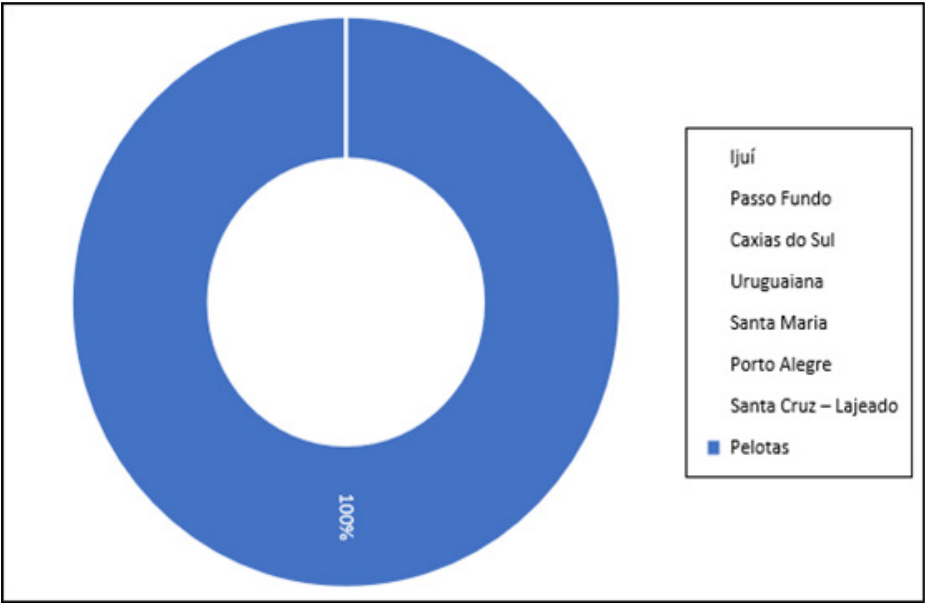
Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 29: Famílias assentadas no Rio Grande do Sul entre 2020 e 2024



Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 30: Famílias em assentamentos entre 2020 e 2024 por região intermediária no Rio Grande do Sul



Fonte: INCRA (2025). Organização: Lindner (2025).

ACAMPAMENTOS DE LUTA PELA TERRA RIO GRANDE DO SUL

Os acampamentos de luta pela terra representam uma das formas mais emblemáticas na luta pela Reforma Agrária no Brasil. Fernandes (2012, p. 23) chama a atenção para que: “A formação do acampamento é fruto do trabalho de base, quando famílias organizadas em movimentos socioterritoriais se manifestam publicamente com a ocupação de um latifúndio”. Assim, o acampamento, mais do que uma simples manifestação de luta pela terra, expressa a intenção de ser assentado nesse ou em outro espaço.

Fernandes (2012) explica também que os acampamentos são espaços e tempos de transição, que trazem os principais elementos da organização do movimento, resultados de ocupações, “os primeiros momentos do processo de *territorialização camponesa*” (Fernandes, 2012, p. 23). O autor explica que, de acordo com Eckert (1984), foi por meio do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), que em 1962, os sem-terra iniciaram a organização de acampamentos no Rio Grande do Sul, prática posteriormente reproduzida por movimentos camponeses nas décadas de 1990 e 2000 (Fernandes, 2012).

Conforme o MST (2024), a primeira forma de luta são as ocupações de terra e, antes ou durante elas, o movimento organiza os acampamentos. Nos acampamentos, as tarefas são organizadas e distribuídas coletivamente, envolvendo a participação de todos na gestão e na vida política. No Rio Grande do Sul, segundo Fernandes (2012), um acampamento teve importância histórica nas lutas das famílias Sem Terra e no “processo de formação e territorialização do MST: o acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta (RS), de 1980 a 1982” (Fernandes, 2012, p.26).

Os acampamentos são espaços organizados, em que os assentados dividem tarefas, tanto no que concerne à organização interna em termos de alimentação, saúde, educação, segurança, eles deliberam sobre ações e seguem regras.

Figura 31: Acampamento Che Guevara, Charqueada — Rio Grande do Sul



Fonte: Acervo NEAG – UFRGS (2018).

Embora os acampamentos de luta pela terra no Rio Grande do Sul remontem a décadas anteriores, as informações aqui apresentadas terão como base temporal o período entre os anos 2001 e 2021, devido à disponibilização de dados do acervo do “CEDOC Dom Tomás Balduino- CPT” (CPT, 2025). As representações apresentadas nos mapas 10 a 15 referem-se a representações por períodos.

O **Mapa 10 — acampamentos de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2001 e 2021** — apresenta as ocorrências de todos os acampamentos registrados nesses anos, independentemente de permanecerem ativos por todo o período. Da mesma forma, o **Mapa 11 — Famílias em acampamentos de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2001 e 2021** traz as informações da totalidade de famílias, que estiveram instaladas nos acampamentos nesse recorte temporal.

Em seguida, nos mapas — **Mapa 12: Acampamentos de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2001 e 2010**; **Mapa 13: Famílias em acampamentos**

de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2001 e 2010; Mapa 14: Acampamentos de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2011 e 2021; e Mapa 15: Famílias em acampamentos de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2011 e 2021 — são apresentadas essas informações em períodos mais curtos organizados por décadas³. As ocorrências de acampamentos e famílias acampadas por ano são mostradas em forma de gráficos e tabelas, organizados por Regiões Geográficas Intermediárias do RS.

No que concerne aos movimentos sociais organizadores dos acampamentos, entre os anos de 2001 e 2021 (Figura 32), das 76 ocorrências de acampamentos registrados no RS, entre os movimentos identificados, 57 dos acampamentos foram organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) individualmente e 03 em associação a outros movimentos sociais, totalizando 60 acampamentos com a participação do MST.

Figura 32: Movimentos sociais organizadores de acampamentos de luta pela terra⁴



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ (2025).

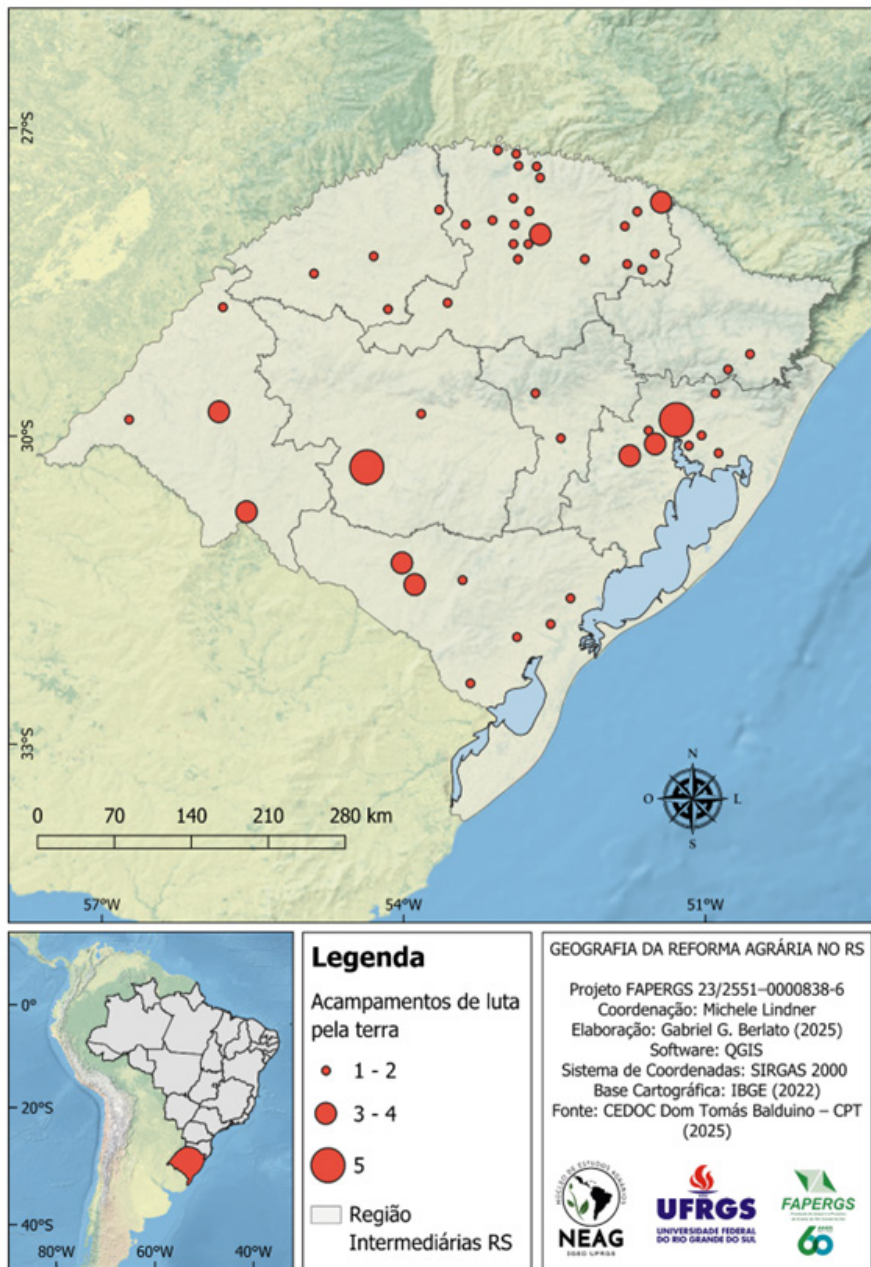
3 Visando agregar as informações disponíveis, optou-se por um período de 11 anos nos mapas: Mapa 14: Acampamentos de Luta pela Terra no Rio Grande do Sul – 2011 – 2021 e Mapa 15: Famílias em Acampamentos de Luta pela Terra no Rio Grande do Sul – 2011 – 2021.

4 MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), Indígenas (Indígenas e Índios), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), CPT (Comissão Pastoral da Terra), OI (Organização Independente), PJR (Pastoral da Juventude Rural), MMTR (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais), SS (Sem Sigla).

Os indígenas, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) também apresentaram participação significativa no total de acampamentos, com 07 ocorrências de acampamentos indígenas⁵, 03 de atingidos por barragens (02 do MAB e 01 em associação a outros movimentos) e 03 de pequenos agricultores (todas associadas a outros movimentos).

⁵ Aqui foram considerados como acampamentos organizados por movimentos indígenas as ocorrências informadas tanto com o termo índios e indígenas.

Mapa 10: Acampamentos de Luta pela Terra no Rio Grande do Sul entre 2001 e 2021

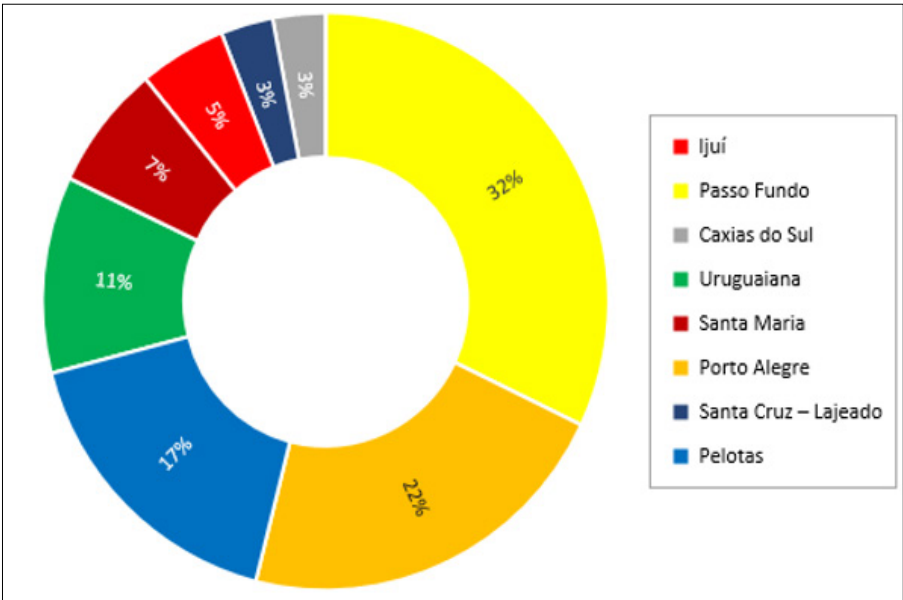


Quadro 4: Acampamentos instalados no período entre 2001 e 2021 por região intermediária no Rio Grande do Sul

Regiões Geográficas Intermediárias	Acampamentos	%
Ijuí	4	5
Passo Fundo	26	32
Caxias do Sul	2	3
Uruguaiana	9	11
Santa Maria	6	7
Porto Alegre	18	22
Santa Cruz – Lajeado	2	3
Pelotas	14	17
Total	81⁶	100

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

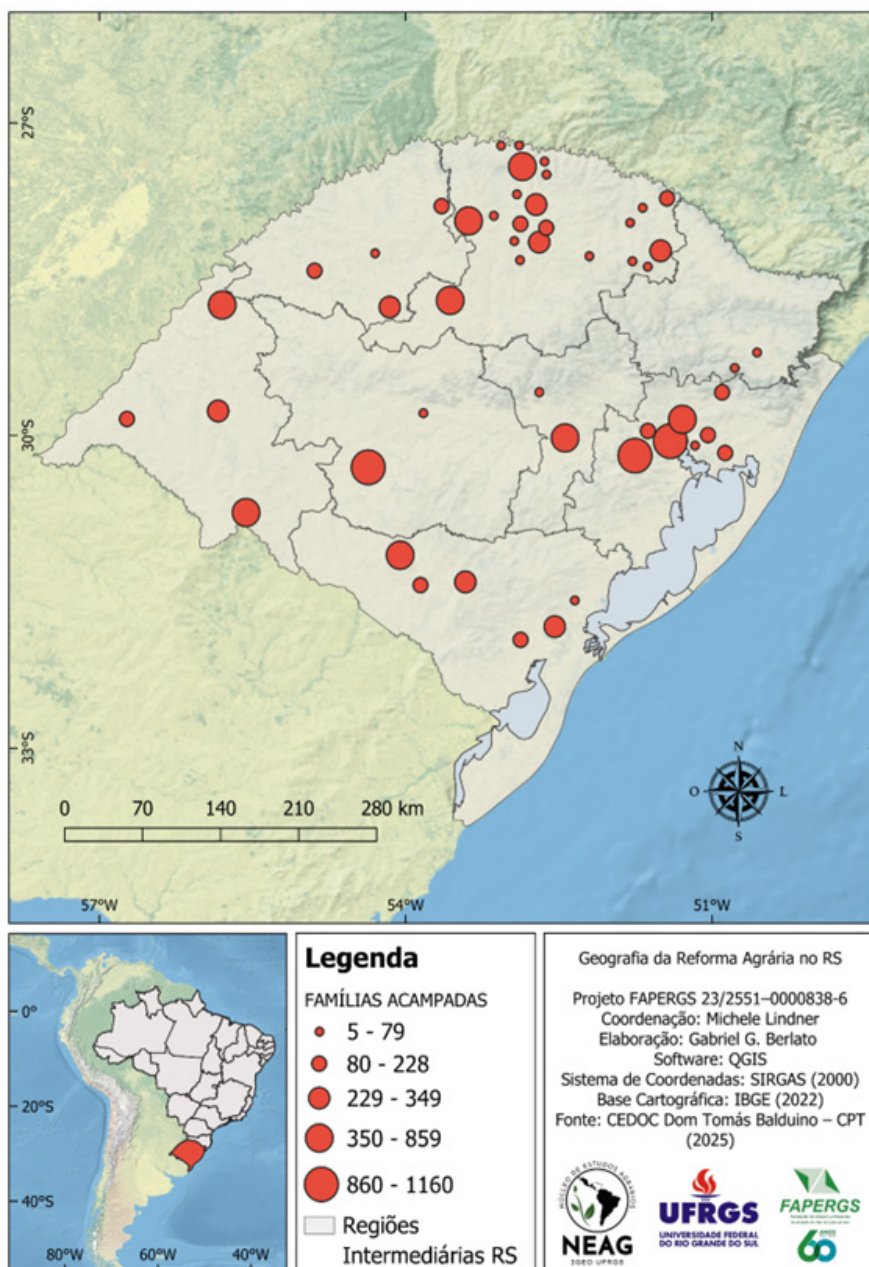
Figura 33: Acampamentos instalados no período entre 2001 e 2021 por região intermediária no Rio Grande do Sul



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

6 Embora existam 76 registros de acampamentos, no ano de 2003 existe um registro de acampamento em 07 municípios (Porto Alegre/Pelotas/Bagé/Santana do Livramento/Santo Ângelo/Santa Maria/Barracão), pertencentes a 06 diferentes Regiões Geográficas Intermediárias. Dessa forma, se considerou nesse registro 06 ocorrências de acampamentos, totalizando, dessa forma, 81 ocorrências.

Mapa 11: Famílias em Acampamentos de Luta pela Terra no Rio Grande do Sul entre 2001 e 2021

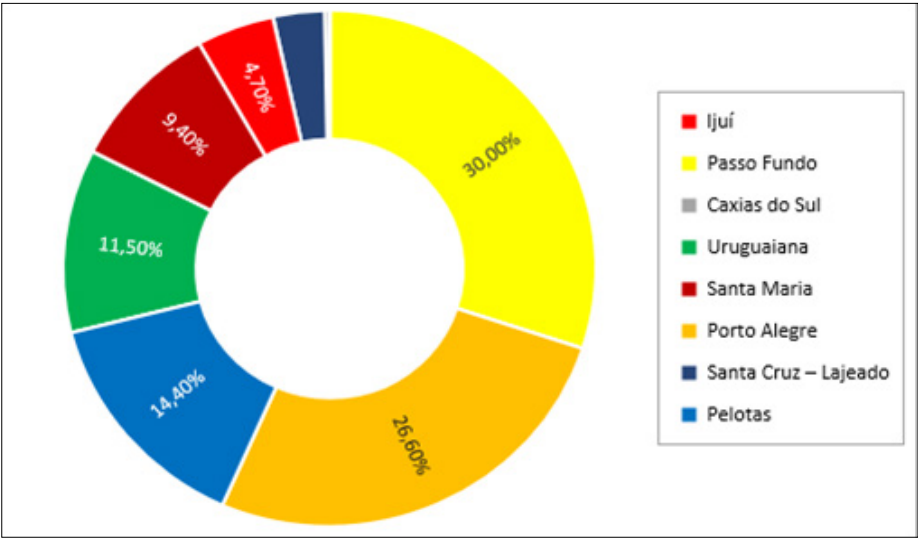


Quadro 5: Famílias em acampamentos no período entre 2001 e 2021 por região intermediária no Rio Grande do Sul

Regiões Geográficas Intermediárias	Famílias em acampamentos	%
Ijuí	590	4,7
Passo Fundo	3.687	30
Caxias do Sul	43	0,3
Uruguiana	1.419	11,5
Santa Maria	1.160	9,4
Porto Alegre	3.283	26,6
Santa Cruz — Lajeado	390	3,1
Pelotas	1.780	14,4
Total	12.352⁷	100

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 33: Famílias em acampamentos no período entre 2001 e 2021 por região intermediária no RS



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

7 Alguns registros de acampamentos não contêm informações de número de famílias em acampamentos, assim se considerou somente os registros que contêm as informações.
No registro de acampamento com múltiplos municípios (citados na Nota de Rodapé 4) do ano de 2003, optou-se por excluir essa informação, pela dificuldade de distribuição do registro total de famílias (80) pelo número de municípios (07) que registraram acampamentos.

Mapa 12: Acampamentos de Luta pela Terra no Rio Grande do Sul entre 2001 e 2010

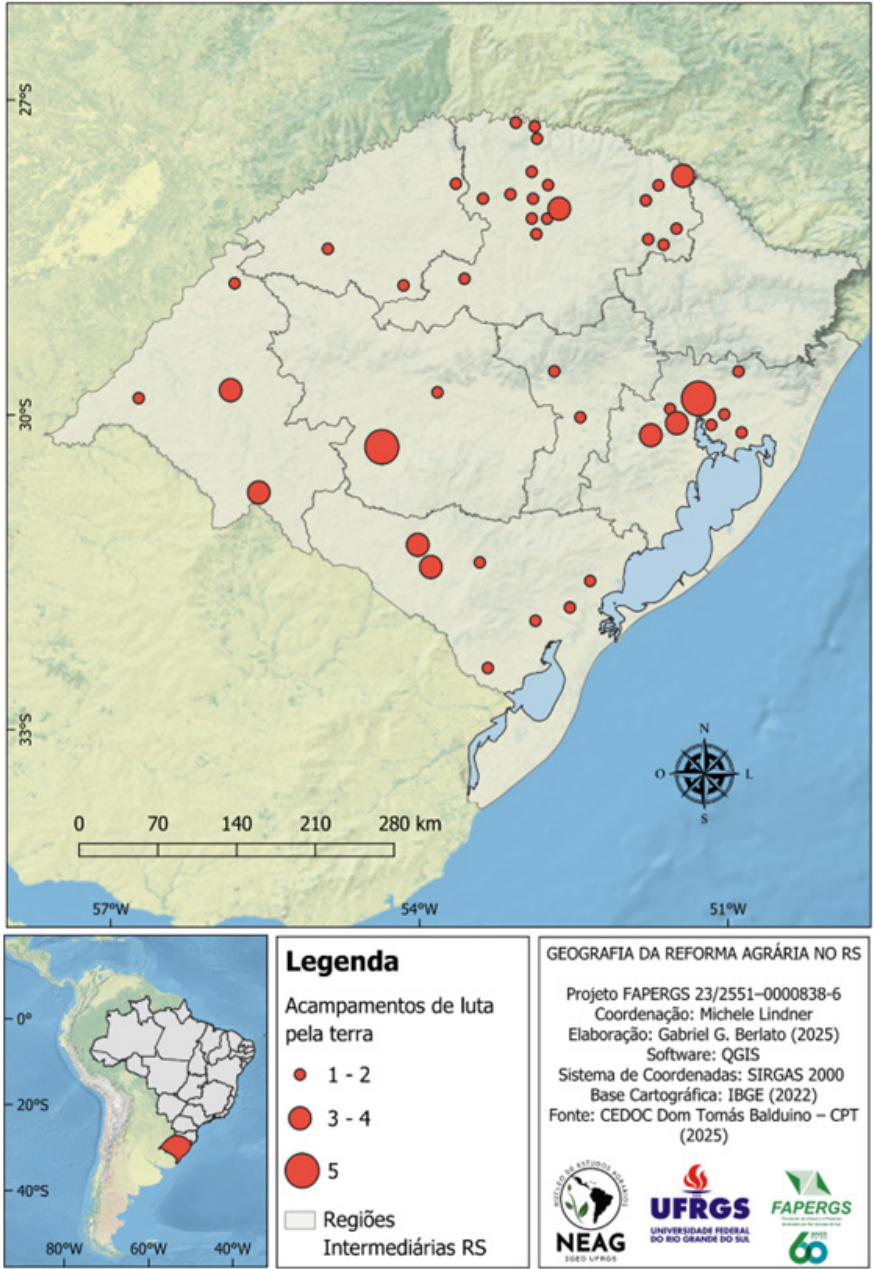
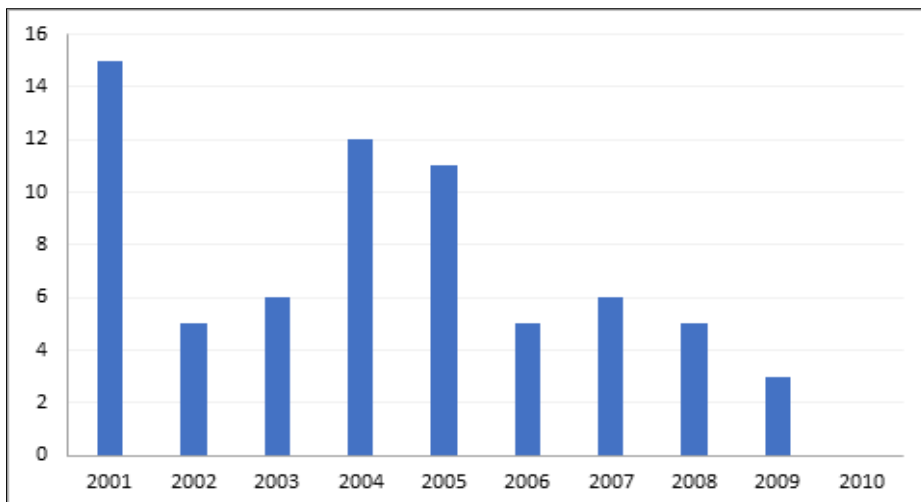
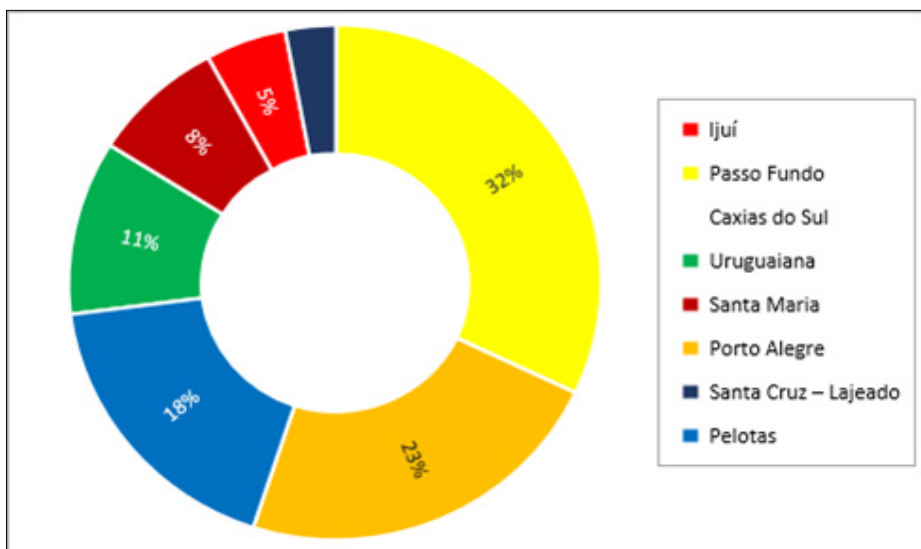


Figura 34: Acampamentos de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2001 e 2010



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 35: Acampamentos de luta pela terra no período entre 2001 e 2010 por região intermediária no Rio Grande do Sul⁸



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

⁸ No ano de 2003, houve registro de um acampamento em 07 municípios (Porto Alegre/Pelotas/Bagé/Santana do Livramento/Santo Ângelo/Santa Maria/Barracão), pertencentes a 06 diferentes Regiões Geográficas Intermediárias. Dessa forma, considerou-se nesse registro uma ocorrência para cada Região Geográfica Intermediária.

Mapa 13: Famílias em Acampamentos de Luta pela Terra no Rio Grande do Sul entre 2001 e 2010

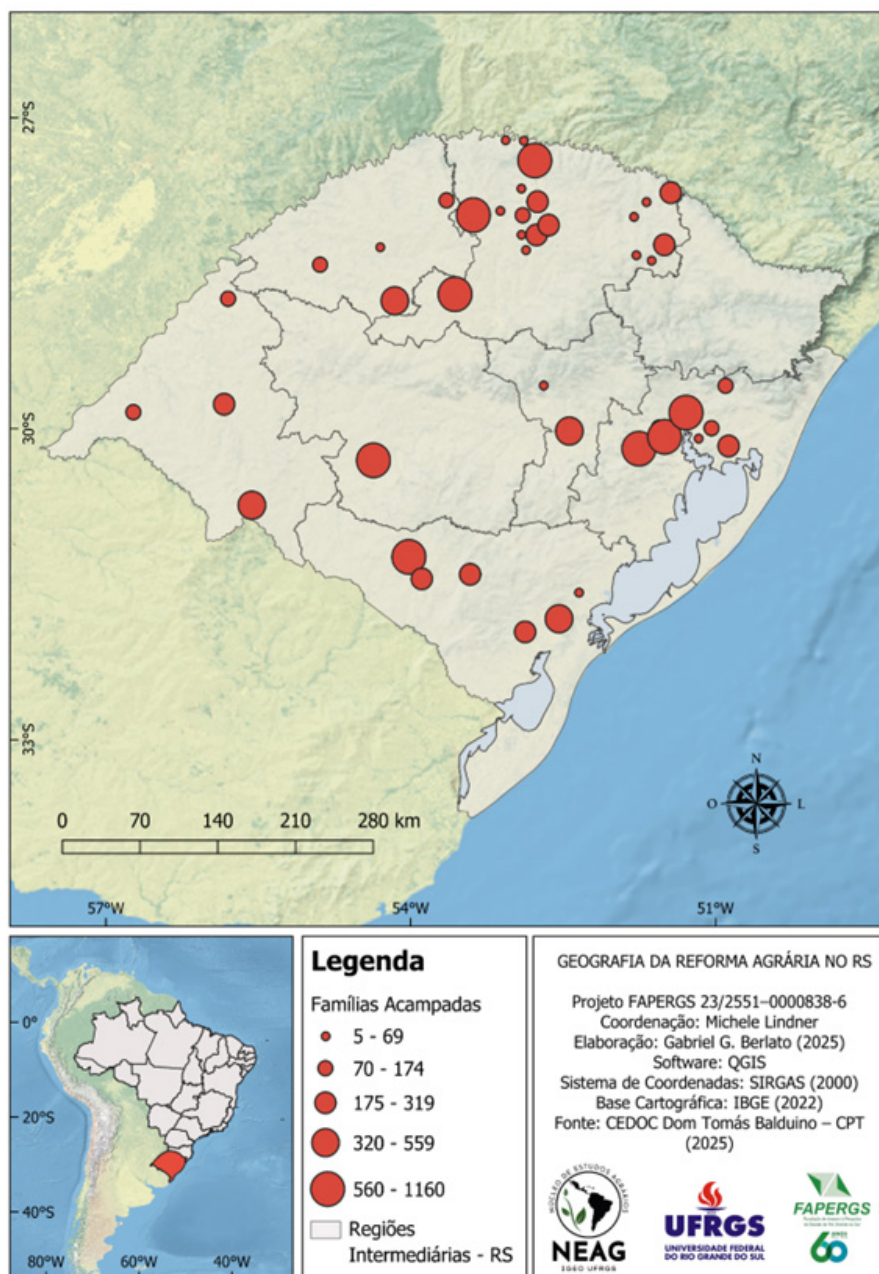
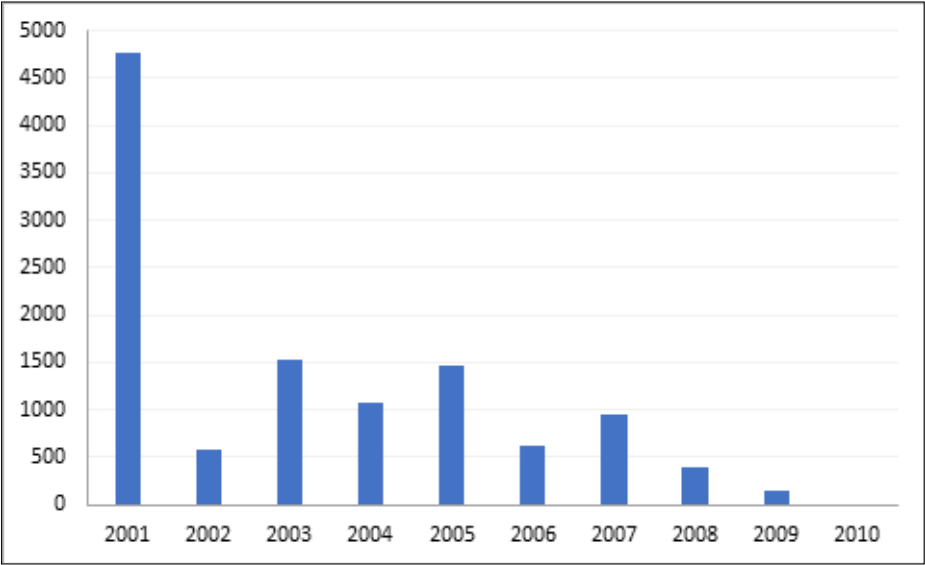
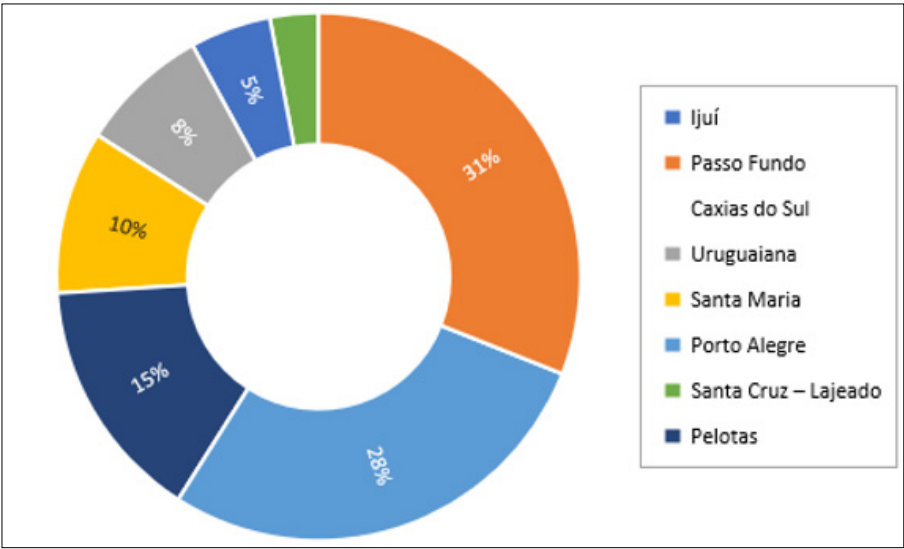


Figura 36: Famílias em acampamentos no Rio Grande do Sul entre 2001 e 2010



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 37: Famílias em acampamentos no período entre 2001 e 2010 por região intermediária no Rio Grande do Sul⁹



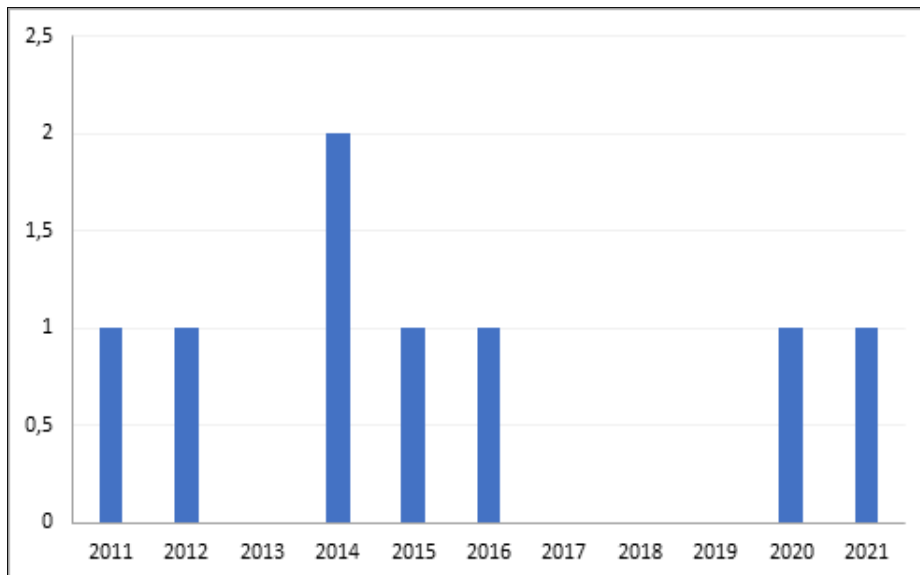
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

⁹ Idem, nota de rodapé 5.

Mapa 14: Acampamentos de Luta pela Terra no Rio Grande do Sul entre 2011 e 2021

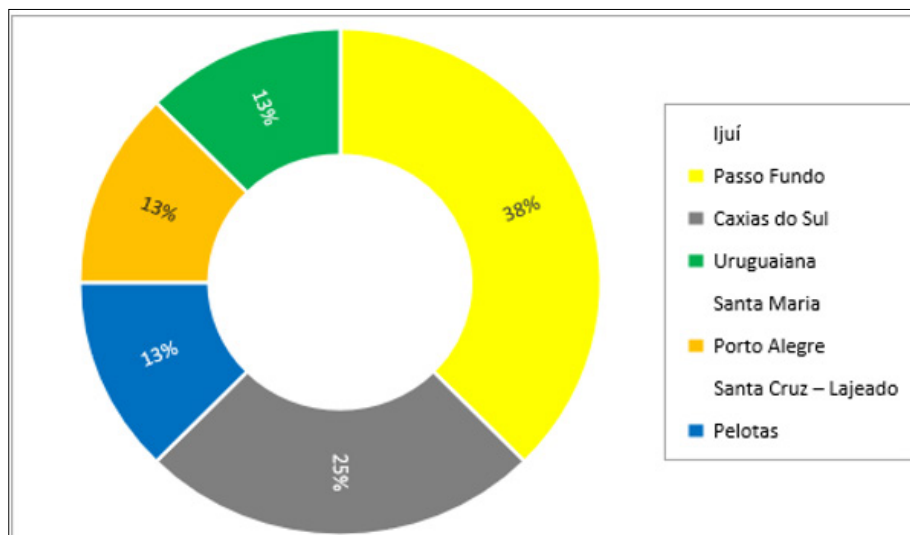


Figura 38: Acampamentos de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2011 e 2021



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 39: Acampamentos de luta pela terra no período entre 2011 e 2021 por região intermediária no Rio Grande do Sul



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

Mapa 15: Famílias em Acampamentos de Luta pela Terra no Rio Grande do Sul entre 2011 e 2021

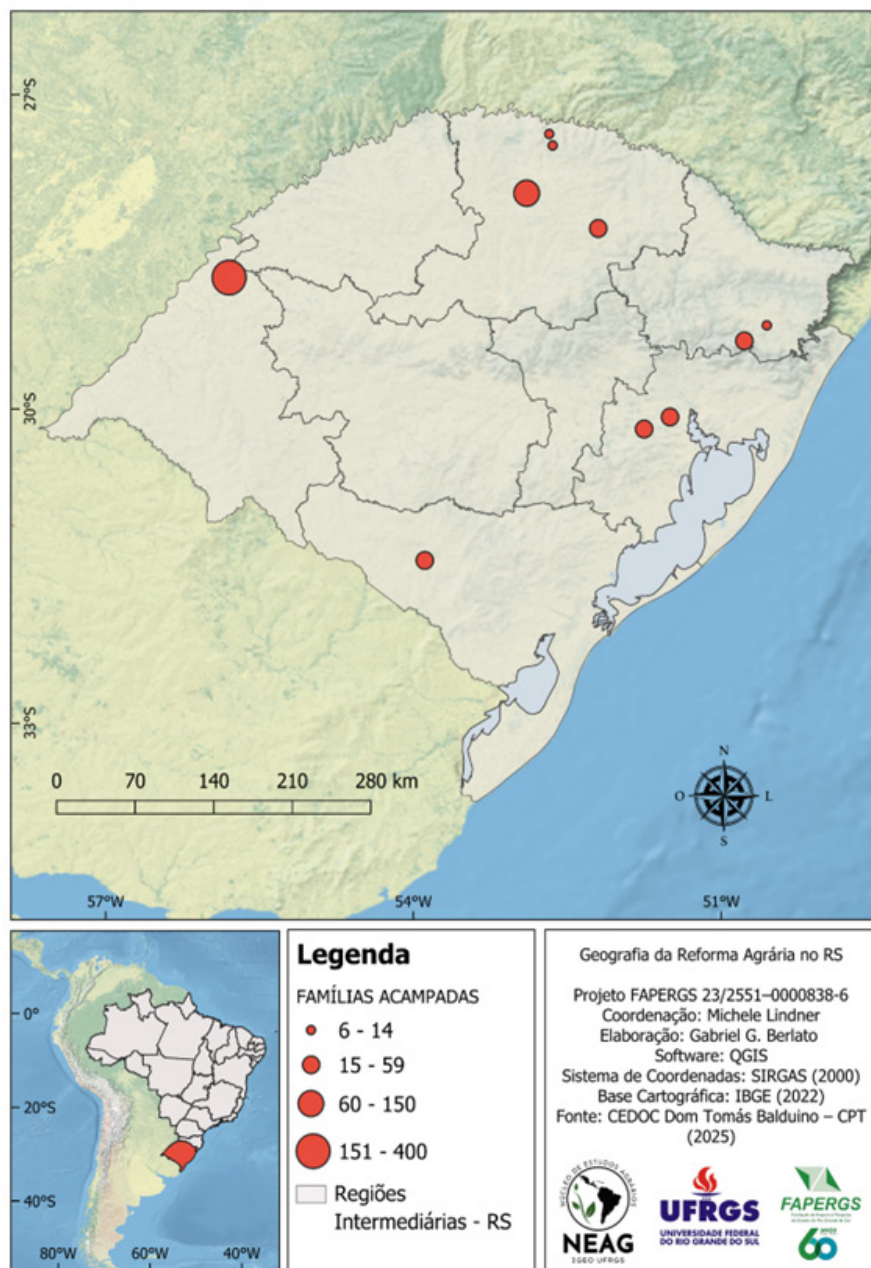
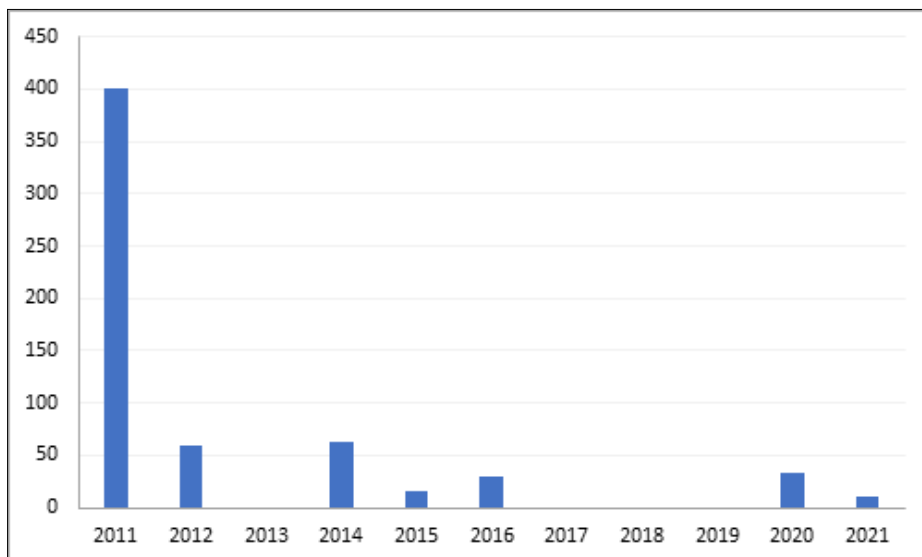
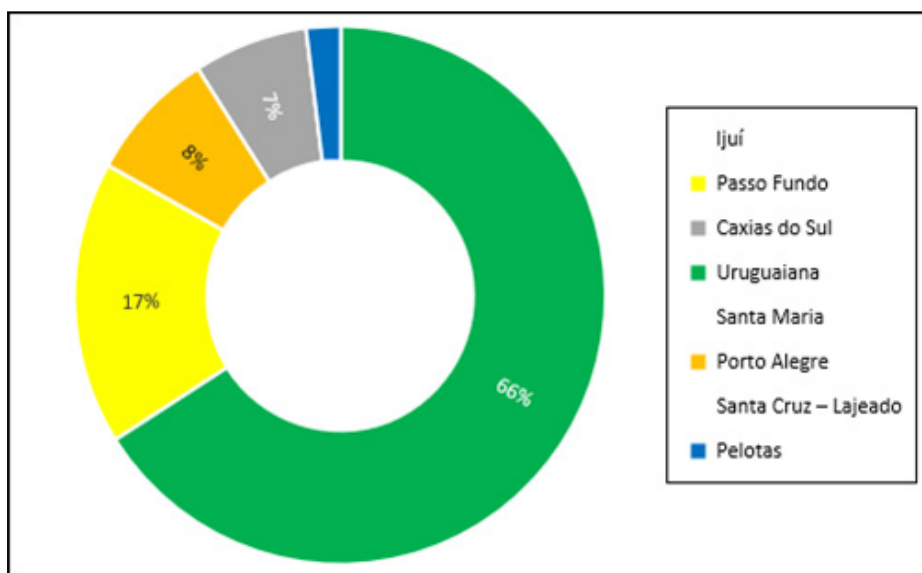


Figura 40: Famílias em acampamentos no Rio Grande do Sul entre 2011 e 2021



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 41: Famílias em acampamentos no período entre 2011 e 2021 por região intermediária no Rio Grande do Sul



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

OCUPAÇÕES DE LUTA PELA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL

As ocupações de terras são estratégias de luta de diversos movimentos sociais. Nos movimentos rurais de luta pela terra, essas estratégias se configuraram ao longo das décadas como uma marca dos movimentos, em especial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

De forma geral, as ocupações de terras acontecem em grandes propriedades improdutivas, sejam elas particulares ou públicas, com intuito de gerar pressão nos governos para a Reforma Agrária. Também é comum o enfrentamento territorial em beiras de estradas, formas de ocupações provisórias que representam a resistência enquanto se aguarda ou se pressiona pela regularização e destinação de terras para assentar as famílias.

As ocupações visam gerar pressões políticas enquanto dão visibilidade para a luta, organização e mobilização dos agricultores sem-terra. Localizam-se nas proximidades das áreas pretendidas como assentamentos e muitas vezes também representam soluções temporárias para a falta de moradia dos acampados nas ocupações.

Rosa (2012) explica que, na década de 1960, as ocupações de terras passaram a “a estar diretamente associadas às reivindicações por Reforma Agrária (Rosa, 2012, p. 511). Conforme o autor:

Na década de 1960, as primeiras ocupações que visavam à redistribuição de áreas rurais para famílias de trabalhadores sem-terra eram chamadas de invasões. Naquele período, os estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro foram palco de movimentos organizados cujo objetivo era não apenas o uso, mas a desapropriação e a redistribuição de áreas privadas por parte do Estado, para a realização de projetos de colonização e de Reforma Agrária (Rosa, 2012, p. 511-512).

Nesse contexto, as ocupações de terra passam a ser seguidas pela montagem dos acampamentos. No Rio Grande do Sul, o marco ocorreu em 1962, com

a ocupação da fazenda Sarandi, latifúndio de 22 mil hectares, que chegou a reunir mais de mil famílias do município de Nonoai e começou a atrair pessoas de municípios vizinhos. Após a ocupação da Fazenda Sarandi, outras 18 áreas foram invadidas por grupos organizados pelo Master (Movimento dos Agricultores Sem Terras), fenômeno que também passou a ocorrer em outras partes do Brasil (Rosa, 2012).

De acordo com Rosa (2012), essas ocupações foram fundamentais para o Estatuto da Terra (1964), onde pela primeira vez se trouxe “a desapropriação de propriedades rurais que não tivessem uso social adequado” (Rosa, 2012, p. 512).

No ano de 1978, as ocupações e territorialização de acampamentos são retomadas no RS, após um longo período de repressão da ditadura militar. Foi quando um grupo de cerca de 700 famílias de agricultores expulsos das terras demarcadas para a Reserva Indígena Kaingang ocupou terras na Fazenda Sarandi. “Após cinco ocupações e acampamentos montados e reprimidos pela polícia, o governo estadual reconheceu o direito dos trabalhadores rurais àquelas terras, formando-se os assentamentos Macali I, Macali II e Brilhante” (Rosa, 2012, p. 512).

Durante as décadas de 1960 e 1970, utilizou-se pejorativamente o termo invasão ao invés de ocupação de terras. Conforme Rosa (2012) explica, o uso contemporâneo do termo ocupação de terras foi cunhado pelo MST: “Ao usar o termo ocupação, o MST se refere ao direito constitucional de todo cidadão brasileiro de ter acesso à terra, conforme o Estatuto da Terra (lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964)” (Rosa, 2012, p. 512).

Assim, a movimentação inicial na década de 1960 no Rio Grande do Sul trouxe importantes contribuições tanto no que concerne às ocupações de terras, quanto aos movimentos de Reforma Agrária no Brasil. Contudo, devido à disponibilização de dados do acervo do Centro de Documentação “Dom Tomás Balduino” da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2025), o período representado aqui para o estado do RS será entre os anos de 1999 e 2022, ou seja, registros de 23 anos sobre as ocupações de terras.

Nesses 23 anos, diversos movimentos sociais estiveram à frente das ocupações de terras, com destaque para o MST e os indígenas (Figura 42). Nesse período, o MST esteve à frente de 104 das 179 ocupações de terras registradas, sendo que 87 dessas ocupações foram organizadas pelo MST, 8 pelo MST em conjunto com o MPA, 8 pelo MST em conjunto com o MBA e 1 pelo MST em conjunto com os pescadores.

Figura 42: Movimentos sociais organizadores de ocupações de terra¹⁰



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ (2025).

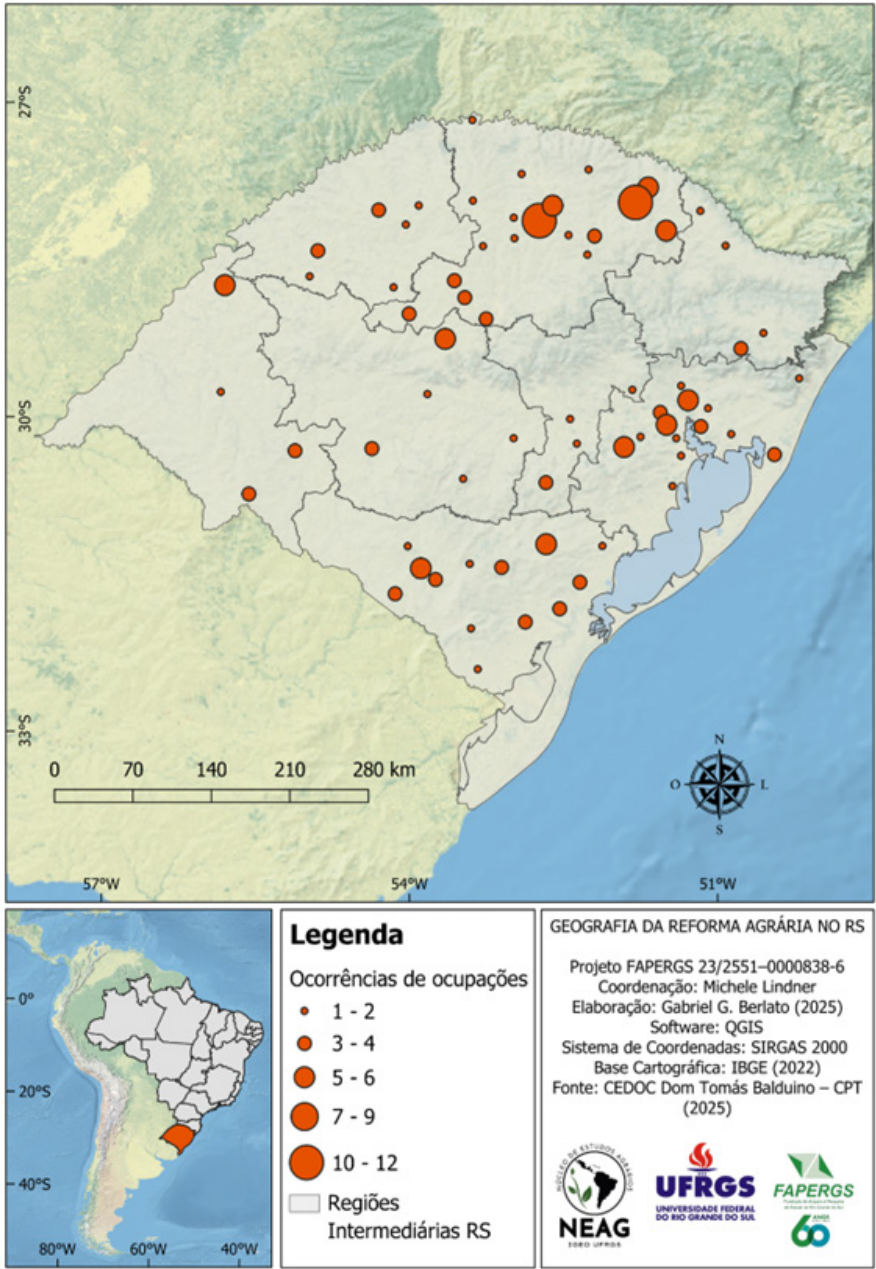
Os mapas 16 a 25 trazem a representação da geografia das ocupações de terras por períodos. O **Mapa 16: Ocupações de Terra no Rio Grande do Sul, entre 1999 e 2022**, e o **Mapa 17: Famílias em Ocupações de Terra no Rio Grande do Sul, entre 1999 e 2022**, detalham as configurações das ocupações e famílias em todo o período apresentado. Para a década de 1990, devido às informações disponíveis retratarem somente o ano de 1999, são apresentados os mapas **Mapa 18: Ocupações de Terra no Rio Grande do Sul em 1999** e o **Mapa 19: Famílias em ocupações de terra no Rio Grande do Sul em 1999**.

10 MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), Indígenas (Indígenas e Índios), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), Quilombolas, Via Campesina, MTEM (Movimento Terra, Educação e Moradia), OTC (sigla não identificada), Tupã 3E, USST (União dos Santanenses Sem Terra).

O **Mapa 20: Ocupações de terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009** e o **Mapa 21: Famílias em ocupações de terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009** trazem as informações da primeira década do século XXI. O período seguinte é representado nos mapas: **Mapa 22: Ocupações de terra no Rio Grande do Sul, entre 2010 e 2019**, e **Mapa 23: Famílias em ocupações de terra no Rio Grande do Sul, entre 2010 e 2019**.

As informações mais recentes de ocupações de terra retratam um recorte temporal de três anos, sendo ilustradas nos mapas, **Mapa 24: Ocupações de terra no Rio Grande do Sul, entre 2020 e 2022**, e **Mapa 25: Famílias em ocupações de Terra no Rio Grande do Sul, entre 2020 e 2022**. Além do mapeamento, as informações mais detalhadas são apresentadas por ano e por Regiões Geográficas Intermediárias por meio de quadros e gráficos.

Mapa 16: Ocupações de Terra no Rio Grande do Sul entre 1999 e 2022

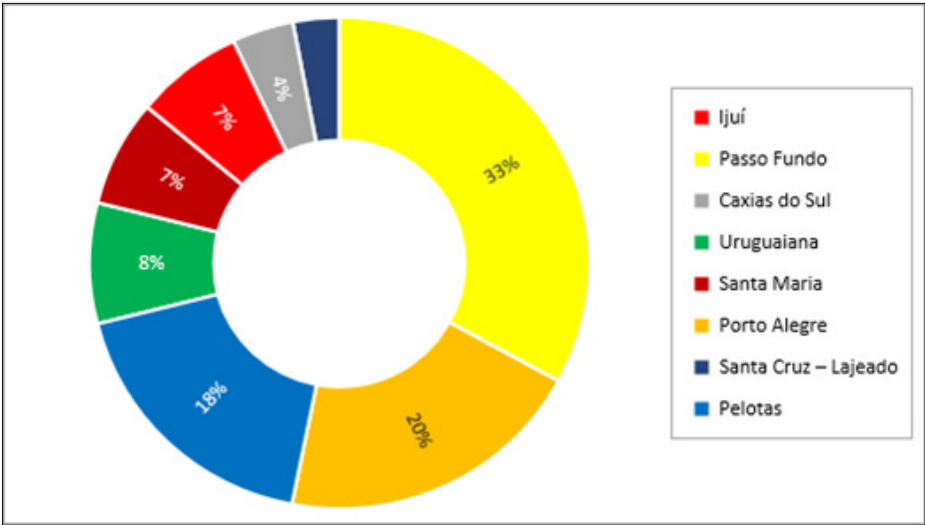


Quadro 6: Ocupações de terras no período entre 1999 e 2022 por região intermediária no Rio Grande do Sul¹¹

Regiões Geográficas Intermediárias	Ocupações	%
Ijuí	12	7
Passo Fundo	60	33
Caxias do Sul	8	4
Uruguaiana	14	8
Santa Maria	12	7
Porto Alegre	37	20
Santa Cruz — Lajeado	6	3
Pelotas	32	18
Total	181	100

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

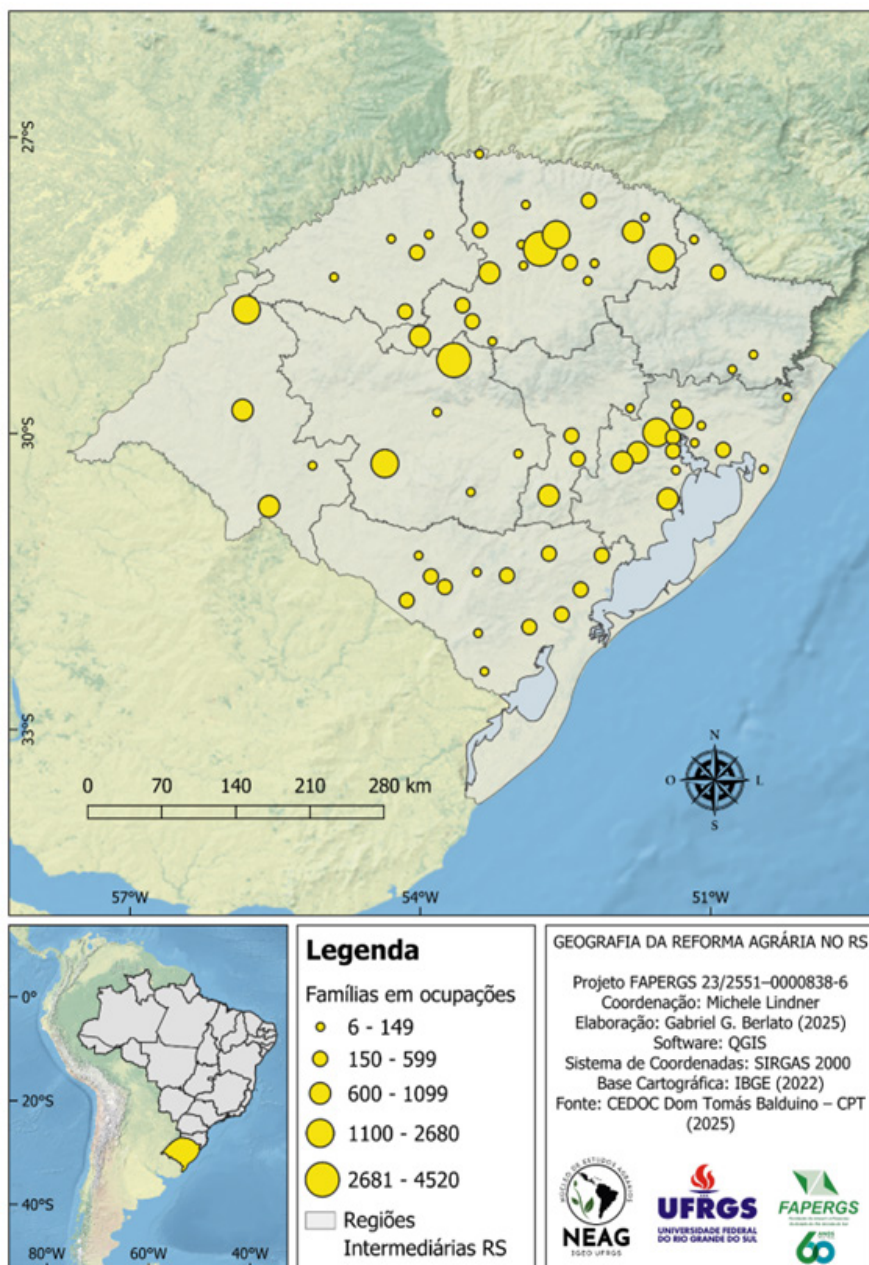
Figura 43: Ocupações de terras no período entre 1999 e 2022 por região intermediária no Rio Grande do Sul



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

¹¹ O total de registros de ocupações corresponde a 178 ocorrências, no entanto, como três delas referiam-se a ocupações que ocorreram em mais de um município de Regiões Geográficas Intermediárias diferentes, optou-se pelo registro de uma ocorrência em cada Região Geográfica Intermediária, aumentando assim 3 casos de ocupações.

Mapa 17: Famílias em Ocupações de Terra no Rio Grande do Sul entre 1999 e 2022

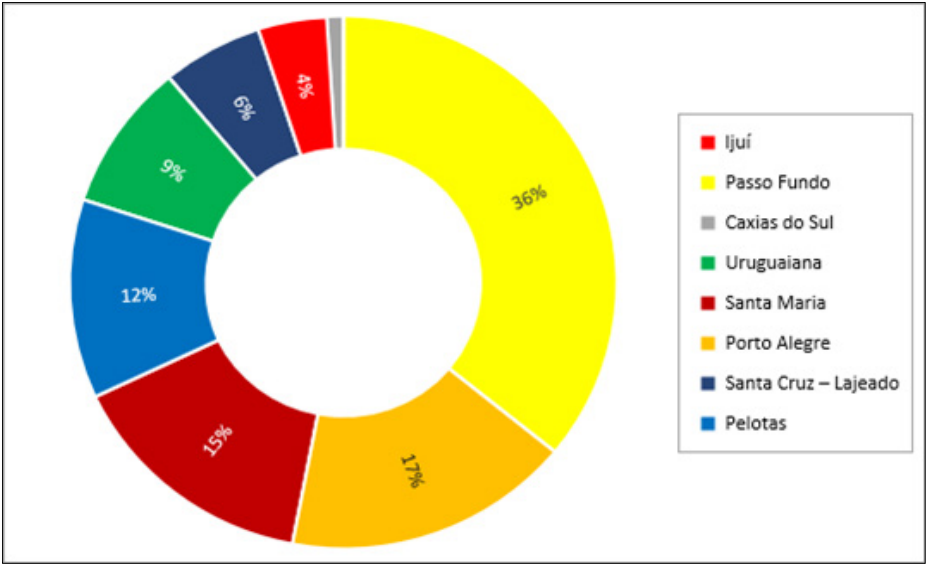


Quadro 7: Famílias em ocupações de terras no período entre 1999 e 2022 por região intermediária no Rio Grande do Sul¹²

Regiões Geográficas Intermediárias	Famílias em ocupações	%
Ijuí	1.250	4
Passo Fundo	12.485	36
Caxias do Sul	376	1
Uruguaiana	3.155	9
Santa Maria	5.108	15
Porto Alegre	5.960	17
Santa Cruz – Lajeado	2.043	6
Pelotas	4.253	12
Total	34.630	100

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

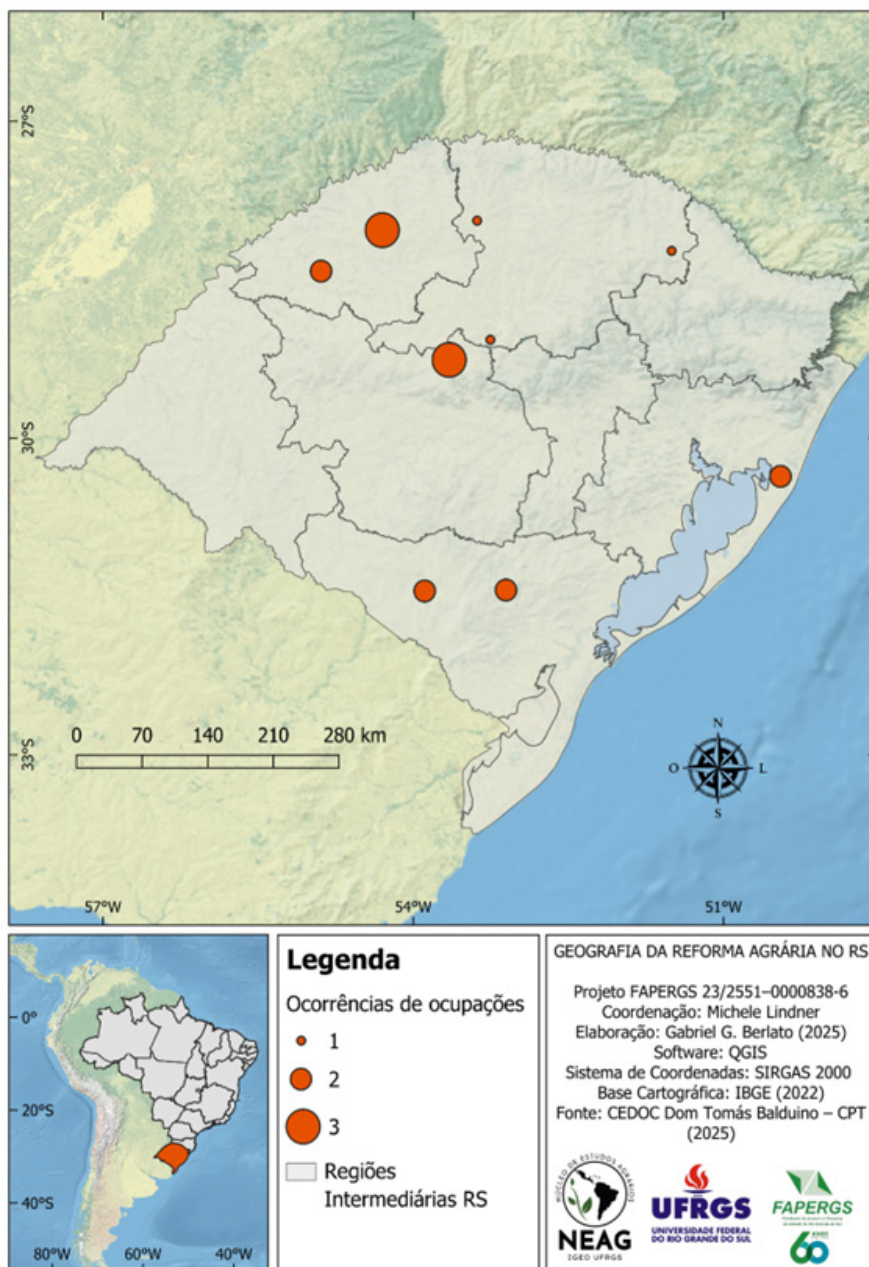
Figura 44: Famílias em ocupações de terras no período entre 1999 e 2022 por região intermediária no Rio Grande do Sul



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

¹² Em três registros, ocorreram ocupações em mais de um município de Regiões Geográficas Intermediárias diferentes. Para estes, optou-se por dividir o número total de famílias de cada registro pelos municípios onde as ocupações ocorreram.

Mapa 18: Ocupações de Terra no Rio Grande do Sul em 1999



Mapa 19: Famílias em Ocupações de Terra no Rio Grande do Sul em 1999

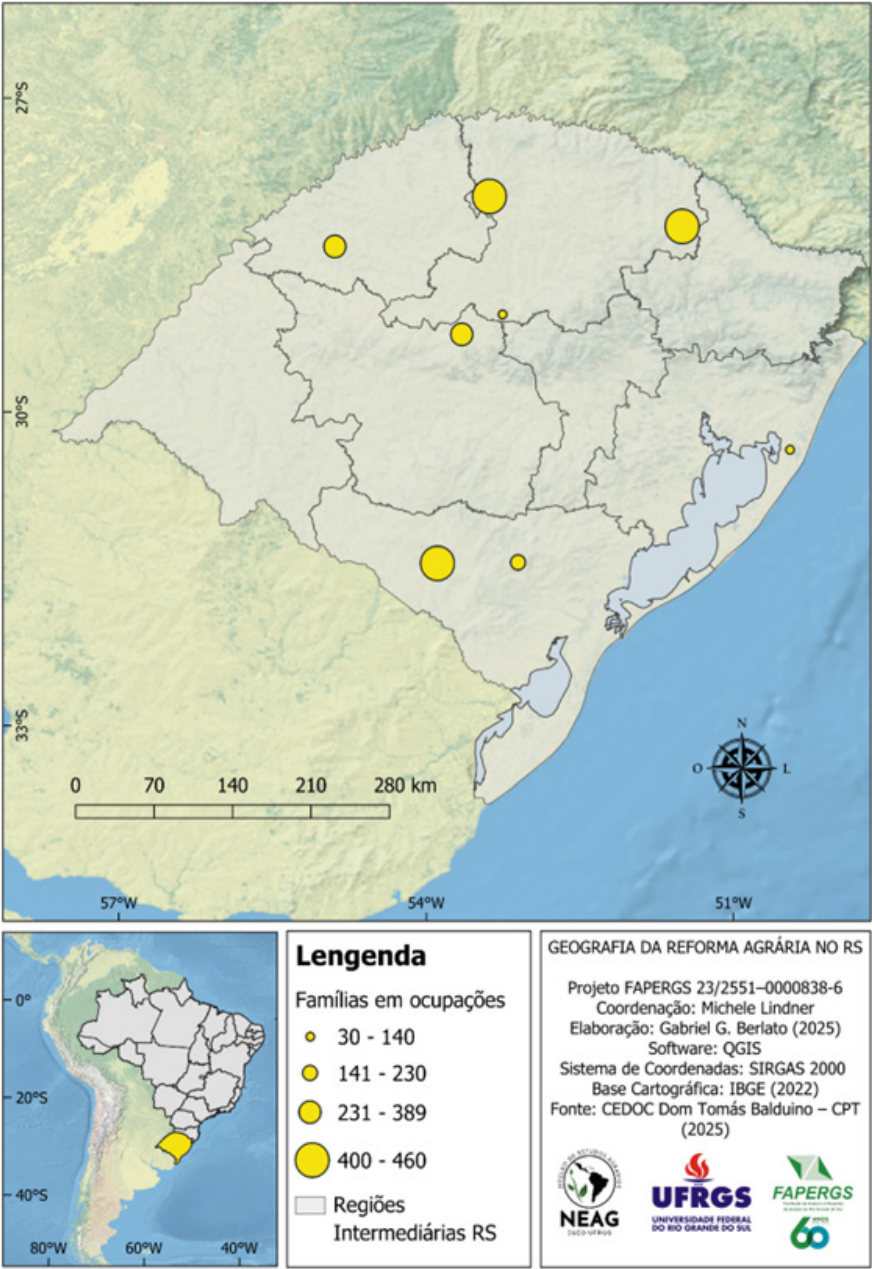
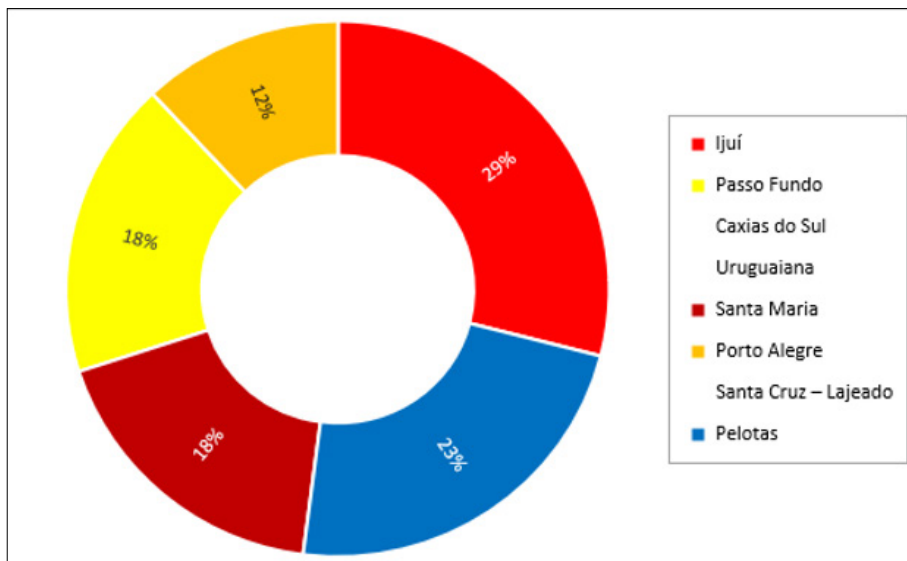
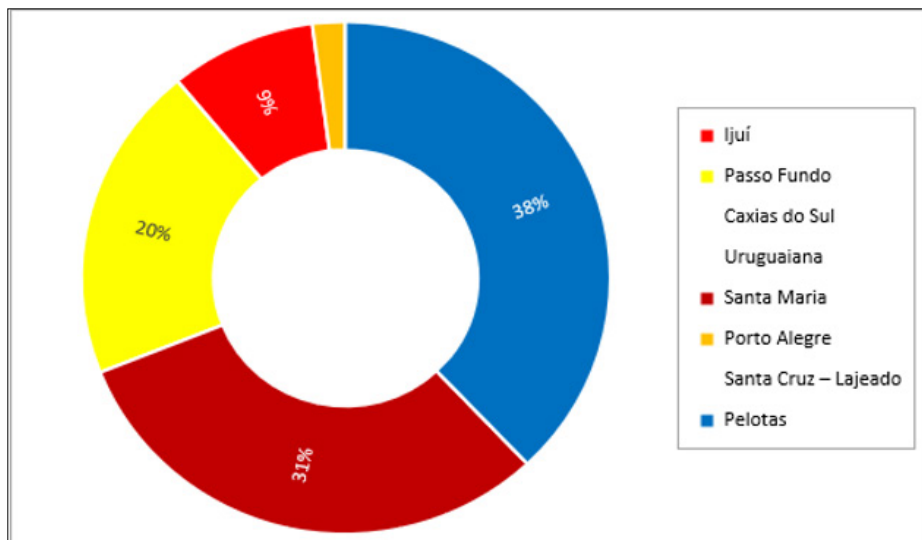


Figura 45: Ocupações de terras no ano de 1999 por região intermediária no Rio Grande do Sul



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 46: Famílias em ocupações de terras no ano de 1999 por região intermediária no Rio Grande do Sul



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

Mapa 20: Ocupações de Terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009

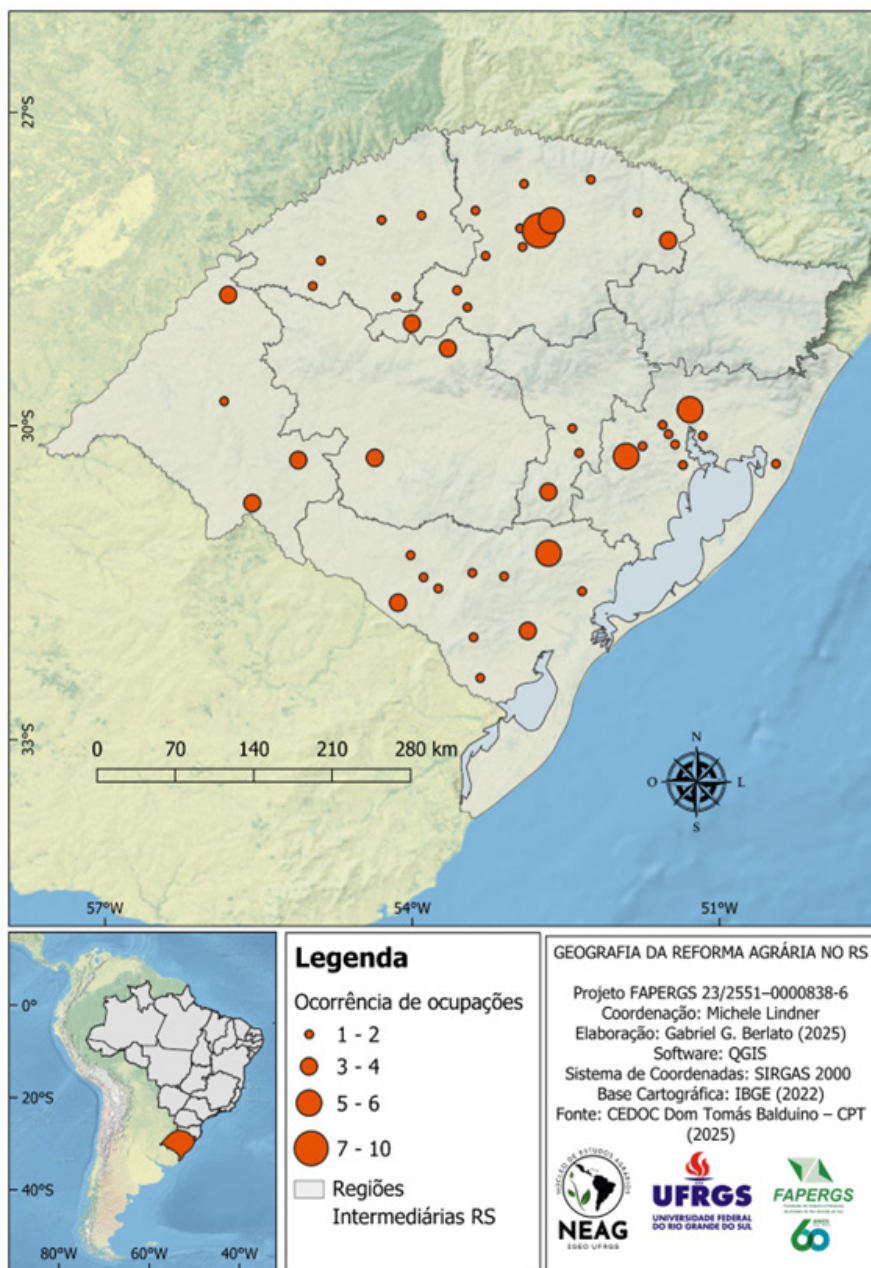
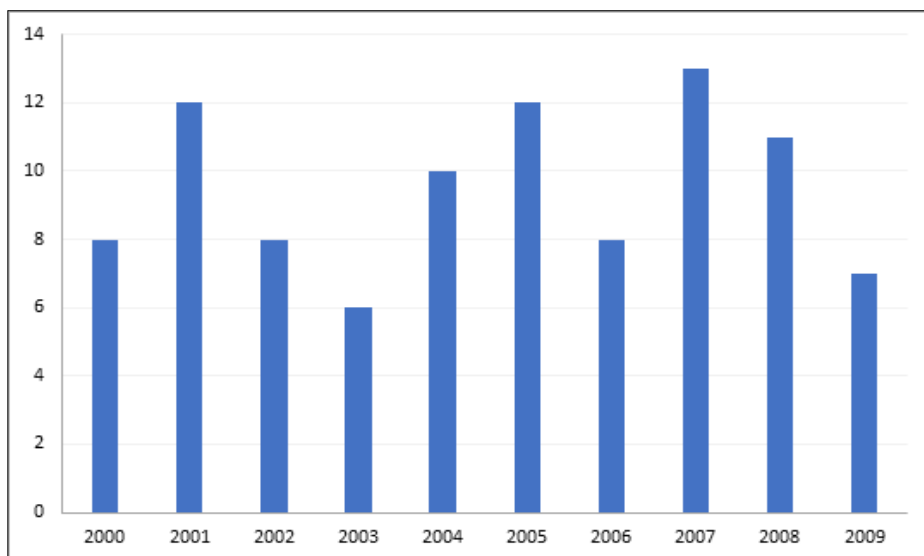
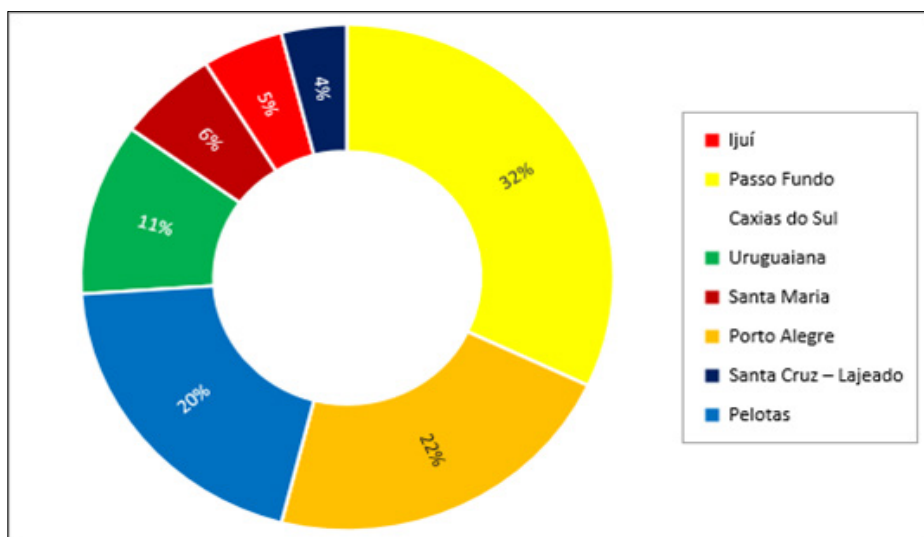


Figura 47: Ocupações de terras no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 48: Ocupações de terras entre 2000 e 2009 por região intermediária no Rio Grande do Sul¹³



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

¹³ Em dois casos, ocorreram ocupações em mais de um município de Regiões Geográficas Intermediárias diferentes. Para estes, optou-se por considerar um registro de ocupação em cada município, somando assim mais 02 registros ao total.

Mapa 21: Famílias em Ocupações de Terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009

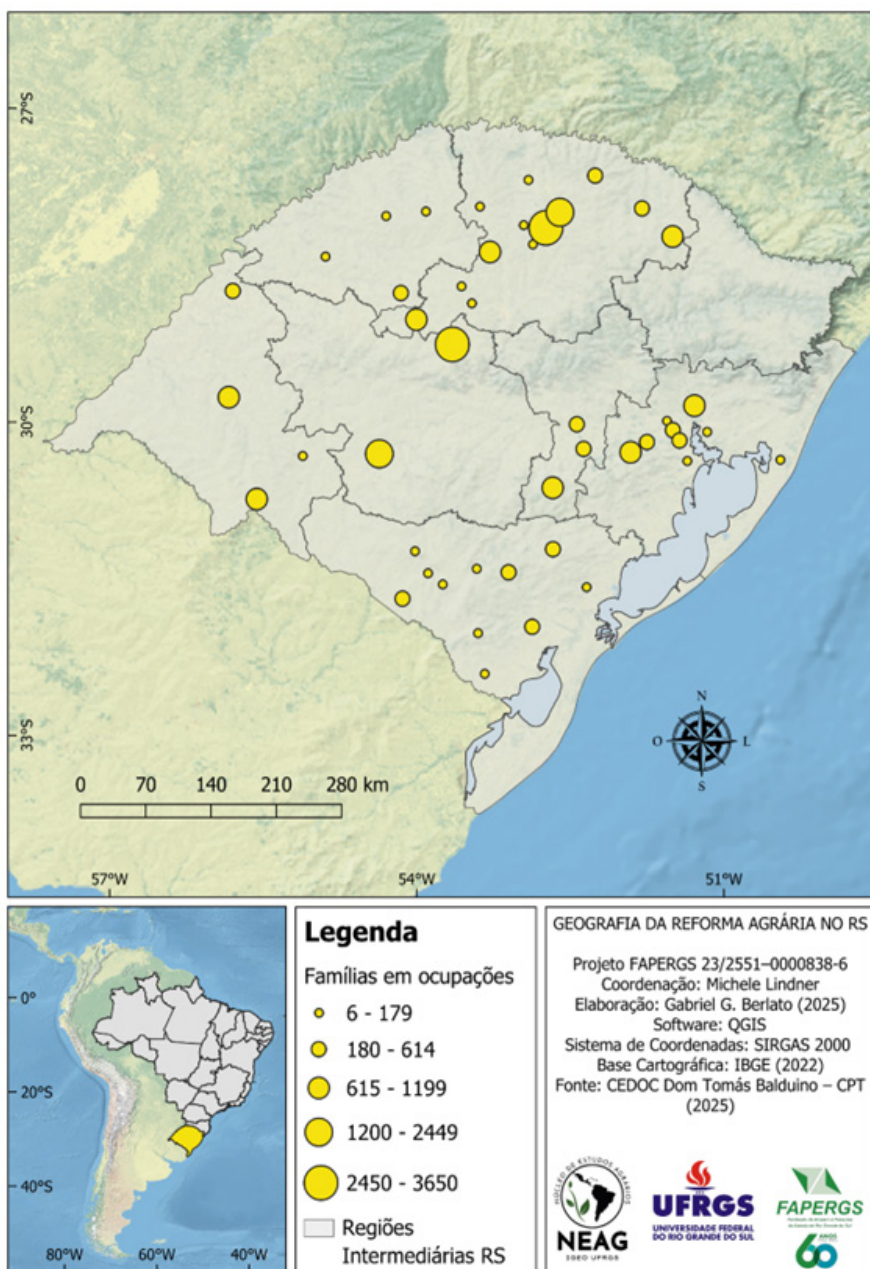
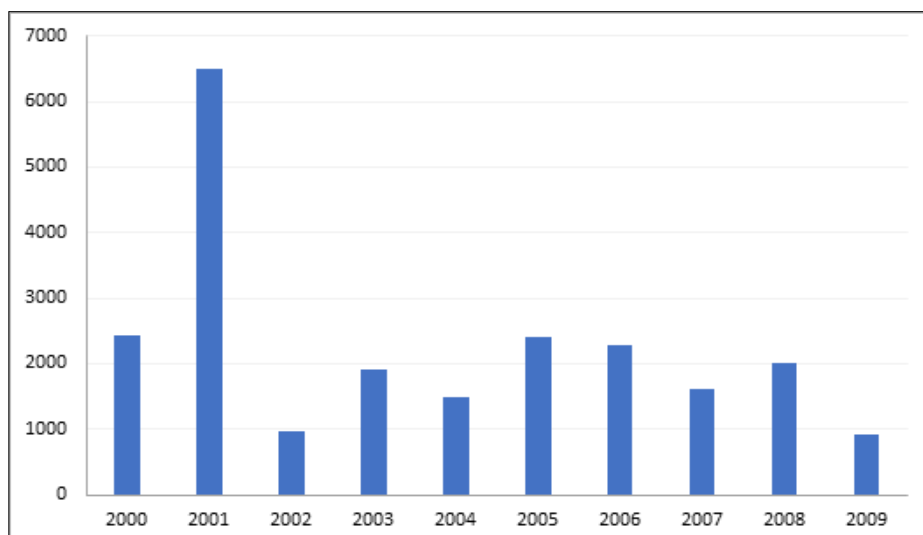
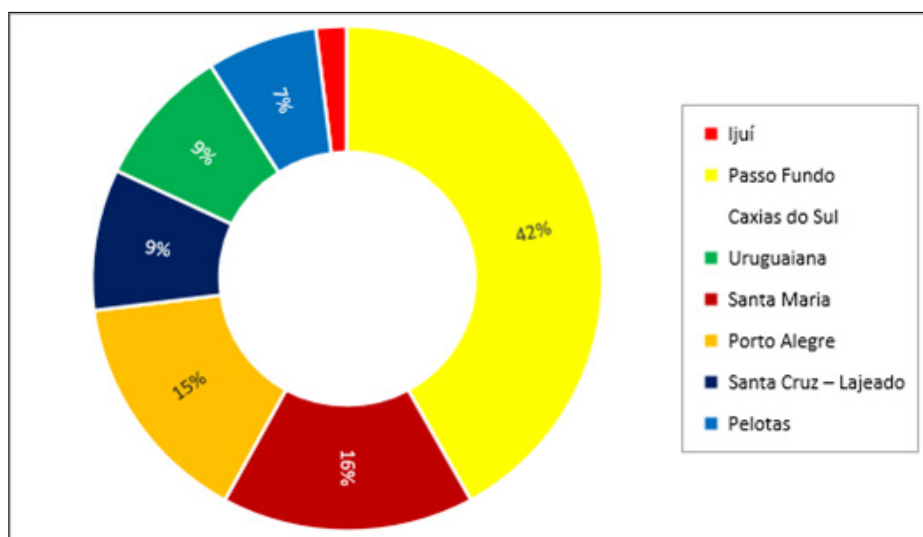


Figura 49: Famílias em ocupações de terras no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 50: Famílias em ocupações de terras entre 2000 e 2009 por região intermediária no Rio Grande do Sul¹⁴



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

¹⁴ Em dois registros, ocorreram ocupações em mais de um município de Regiões Geográficas Intermediárias diferentes. Para estes, optou-se por dividir o número total de famílias de cada registro pelos municípios onde as ocupações ocorreram.

Mapa 22: Ocupações de Terra no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019

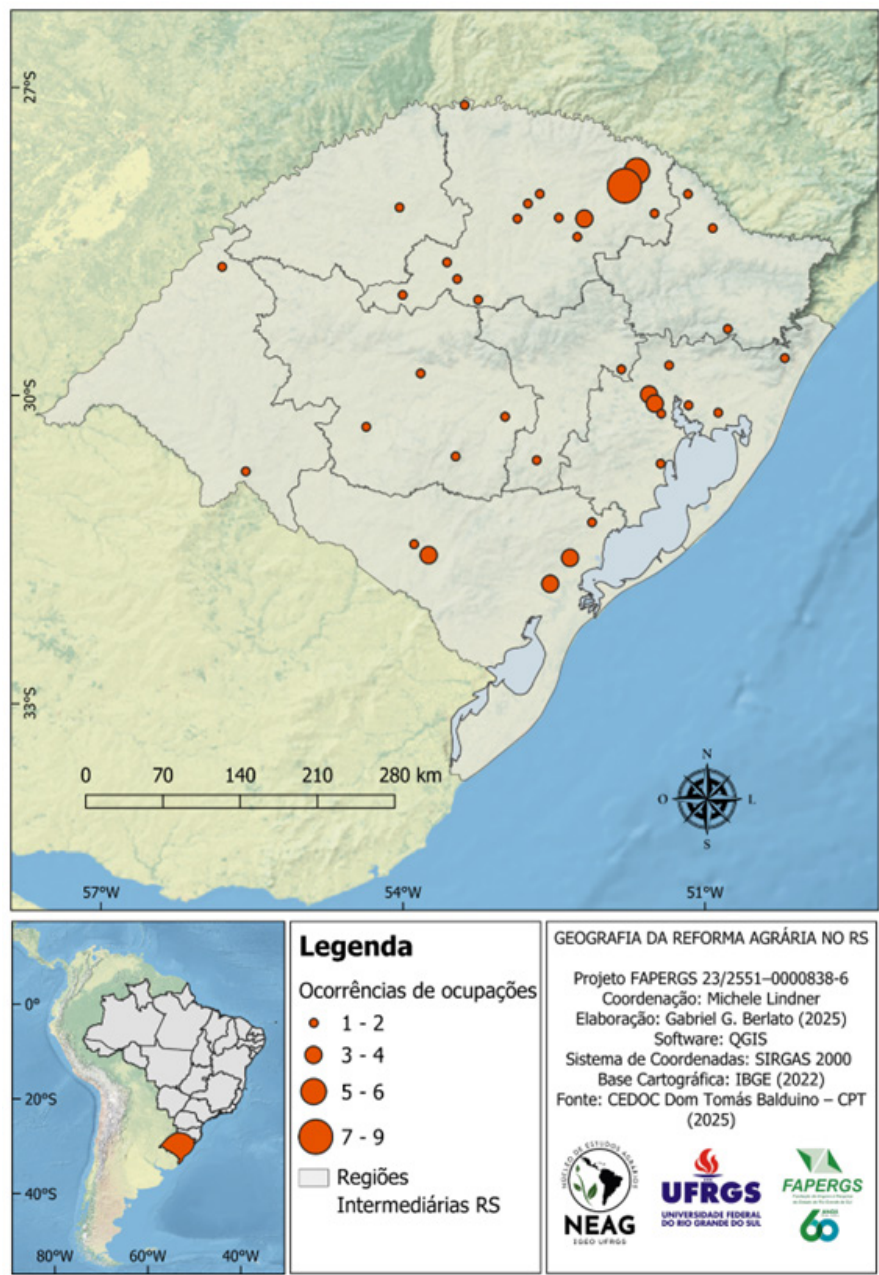
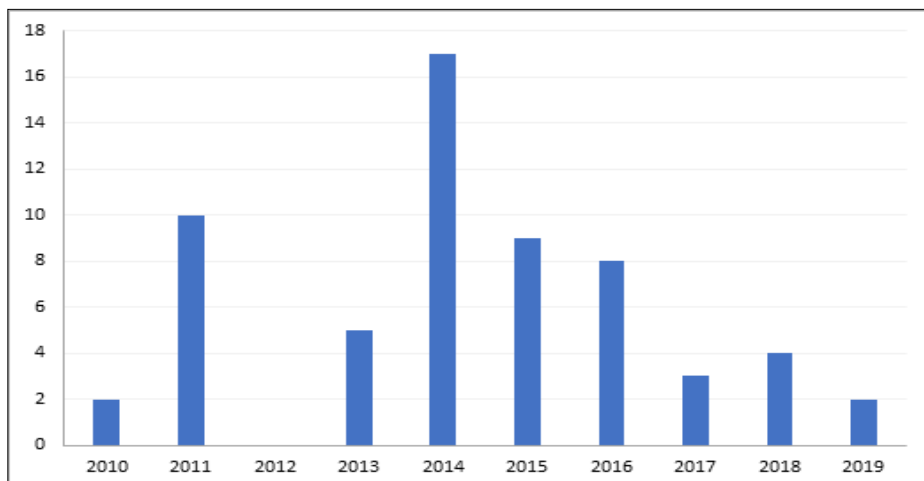
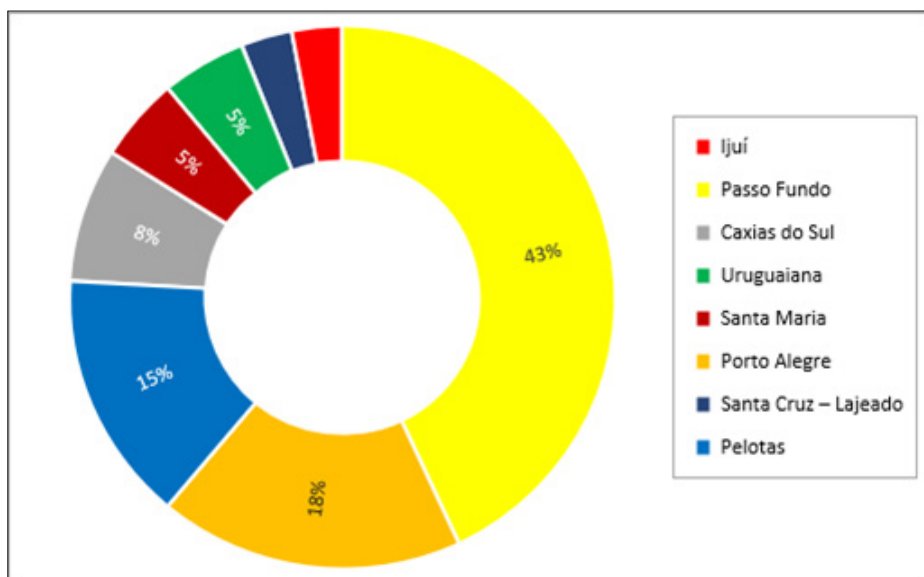


Figura 51: Ocupações de terras no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 52: Ocupações de terras entre 2010 e 2019 por região intermediária no Rio Grande do Sul¹⁵



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

¹⁵ Em um caso, ocorreram ocupações em mais de um município de Regiões Geográficas Intermediárias diferentes. Para estes, optou-se por considerar um registro de ocupação em cada município, somando assim mais 01 registro ao total.

Mapa 23: Famílias em Ocupações de Terra no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019

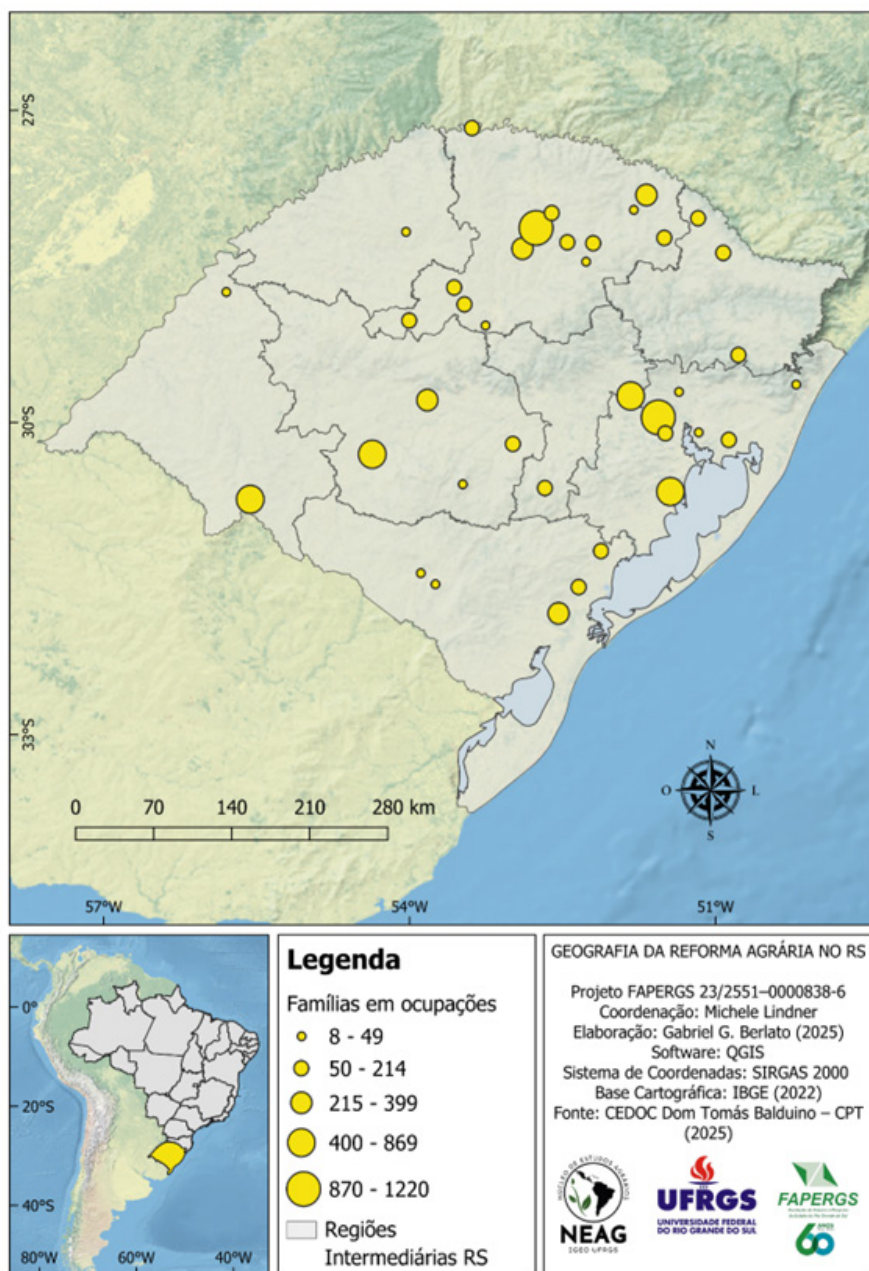
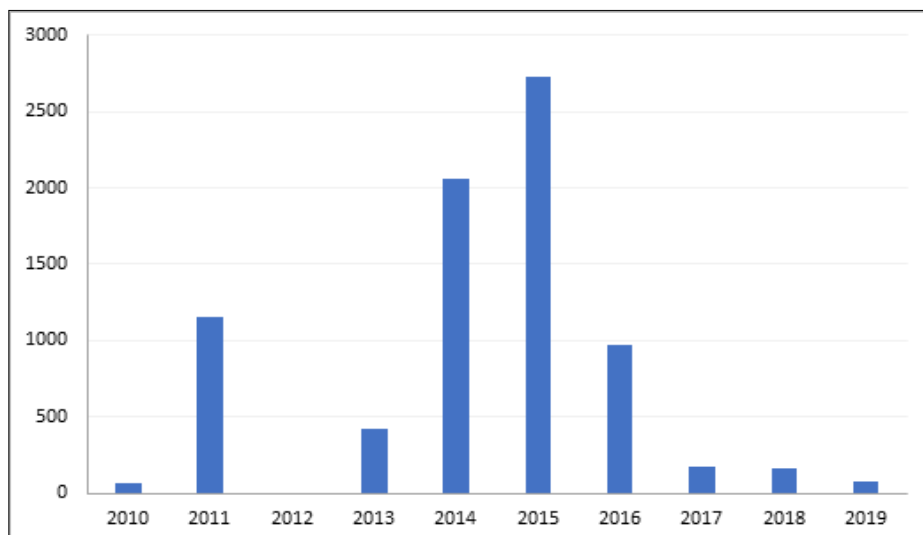
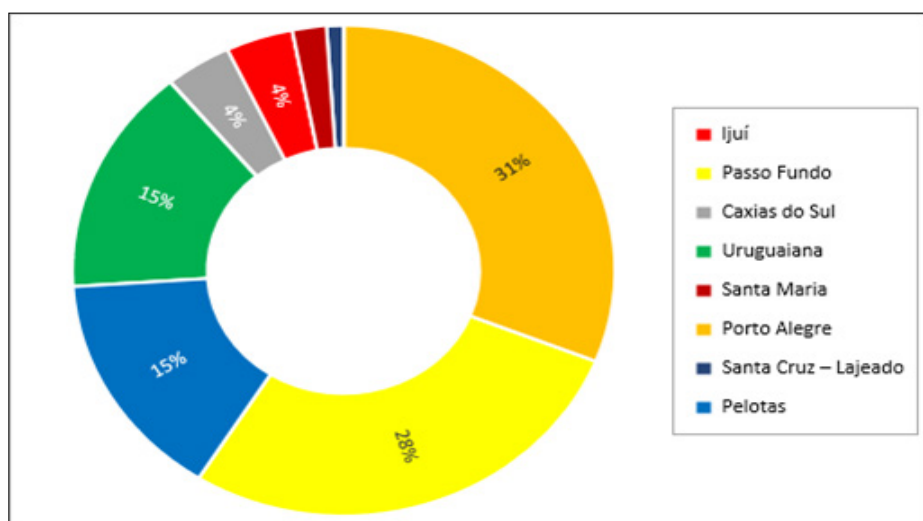


Figura 53: Famílias em ocupações de terras no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 54: Famílias em ocupações de terras entre 2010 e 2019 por região intermediária no Rio Grande do Sul¹⁶



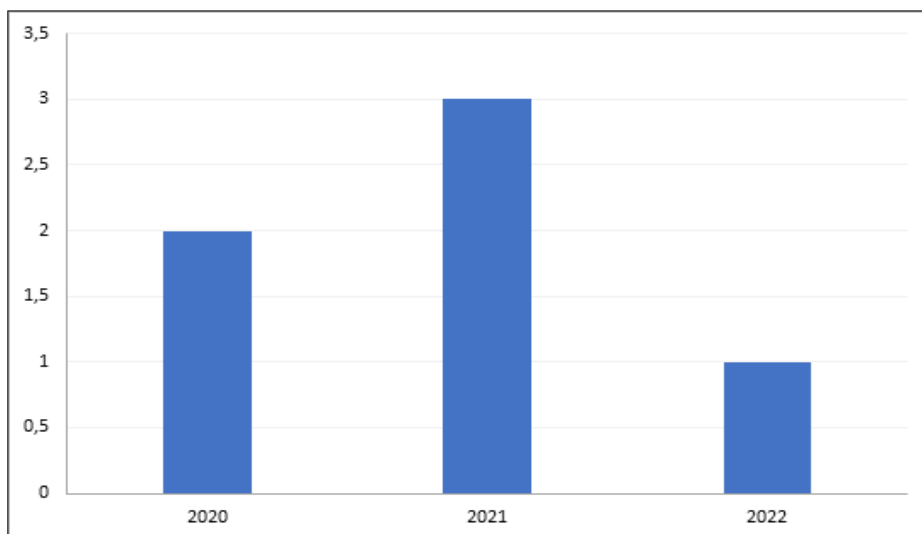
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

¹⁶ Em um caso, ocorreram ocupações em mais de um município de Regiões Geográficas Intermediárias diferentes. Para este, optou-se por dividir o número total de famílias pelos municípios onde as ocupações aconteceram.

Mapa 24: Ocupações de Terra no Rio Grande do Sul entre 2020 e 2022

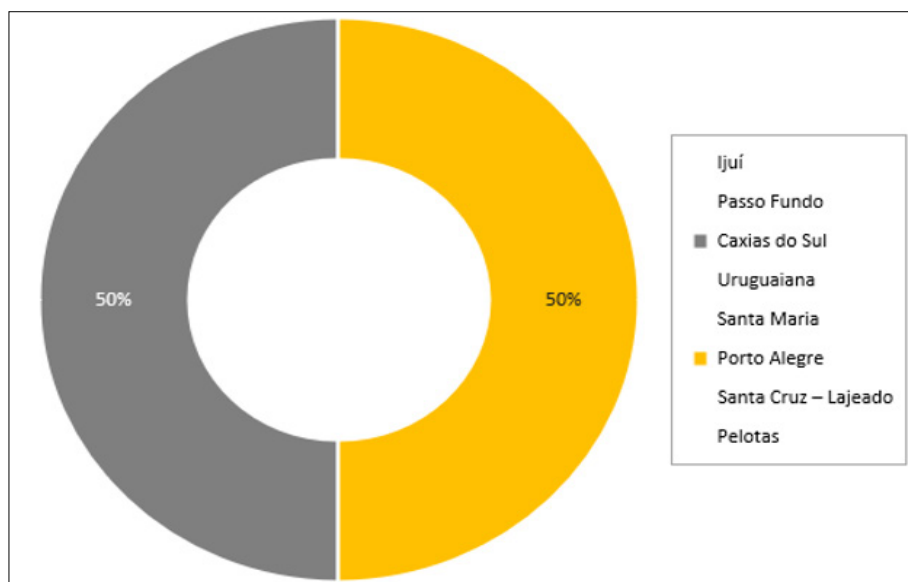


Figura 55: Ocupações de terras no Rio Grande do Sul entre 2020 e 2022



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 56: Ocupações de terras entre 2020 e 2022 por região intermediária no Rio Grande do Sul



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

Mapa 25: Famílias em Ocupações de Terra no Rio Grande do Sul entre 2020 e 2022

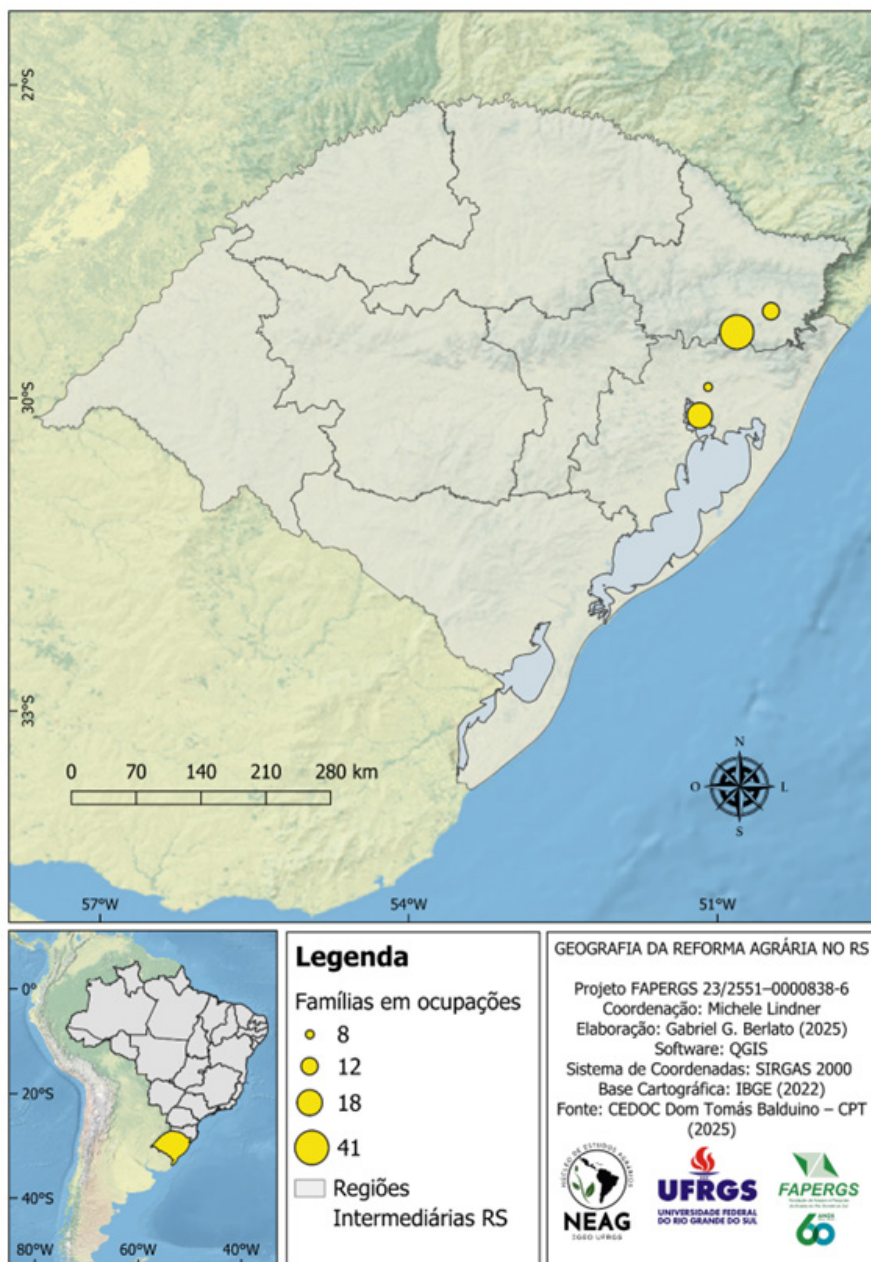
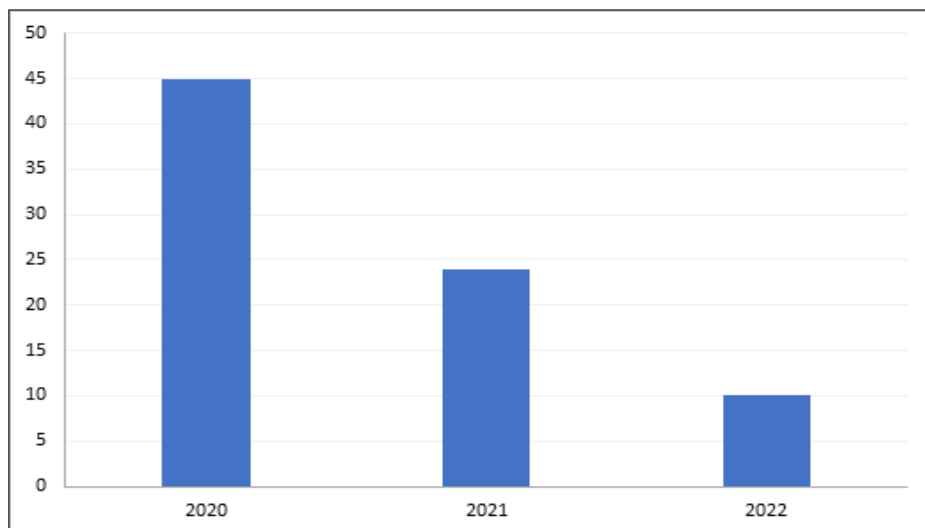
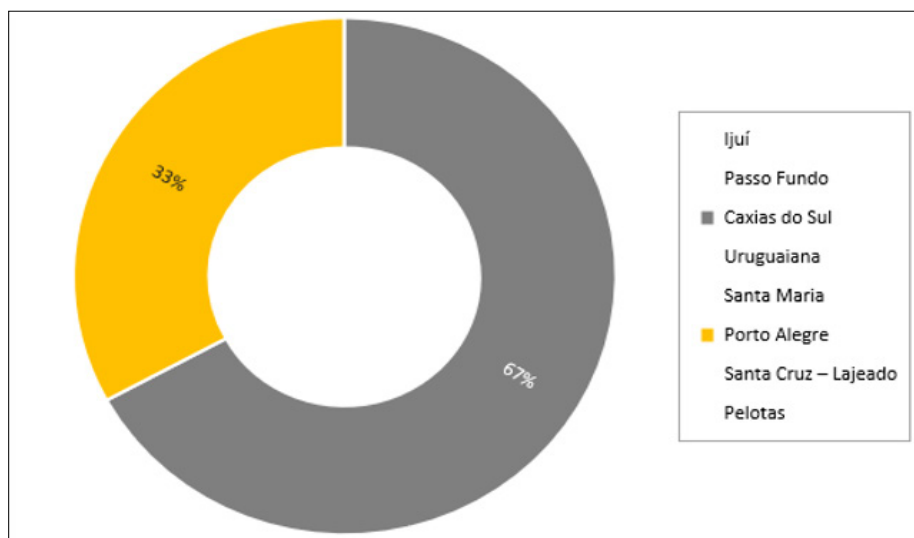


Figura 57: Famílias em ocupações de terras no Rio Grande do Sul entre 2020 e 2022



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

Figura 58: Famílias em ocupações de terras entre 2020 e 2022 por região intermediária no Rio Grande do Sul



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Lindner (2025).

MANIFESTAÇÕES DE LUTA PELA TERRA RIO GRANDE DO SUL

As manifestações de luta pela terra representam a materialização das pressões dos movimentos sociais em busca da redistribuição de terras e democratização do acesso ao território. Assim, elas assumem um papel central no processo da Reforma Agrária no Brasil, constituindo formas de resistência e de reivindicação política frente à concentração fundiária.

No entanto, as manifestações dos movimentos sociais de luta pela terra não se limitam às pautas da reforma agrária, elas englobam questões variadas. Entre as principais reivindicações, além da reforma agrária, estão o acesso à moradia, saúde, educação do campo, combate à violência no campo, questões feministas, crédito agrícola, preservação ambiental, produção de alimentos saudáveis, entre outras (Figura 59).

Figura 59: Manifestação das mulheres do campo, Porto Alegre — RS



Fonte: Acervo NEAG – UFRGS (2015).

Desta forma, as manifestações apresentam diversas reivindicações e tipologias. Entre as mais recorrentes estão as **ocupações de espaços públicos e privados** e os **acampamentos**, que se diferenciam das ocupações e acampamentos de luta pela terra por não terem como finalidade a fixação no local, mas sim a visibilização de determinadas demandas de cunho social. As **marchas e caminhadas** referem-se a protestos organizados, os quais reúnem dezenas ou centenas de pessoas e representam uma forma de resistência e enfrentamento, que podem acontecer tanto em estradas quanto nas cidades. As marchas podem possuir um percurso mais prolongado, de caráter intermunicipal, a partir de uma logística organizada pelos movimentos para dar suporte aos participantes.

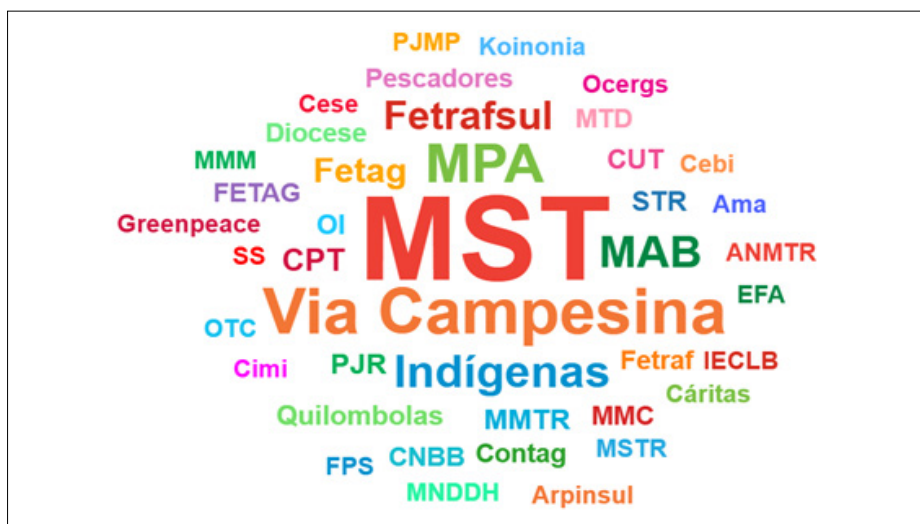
Os **eventos** representam atividades estruturadas, como encontros, jornadas e outros eventos dessa natureza com pautas específicas, as quais possuem caráter de discussão, organização, deliberação e reivindicações sobre questões relacionadas à luta pela terra. Essas mobilizações podem ter caráter regional ou nacional. As **datas comemorativas e de lutas** funcionam como momentos estratégicos de articulação política e mobilização social. Com forte significado simbólico, político e pedagógico, esses momentos reúnem os integrantes dos movimentos sociais, da sociedade civil e representantes políticos em prol de pautas e reivindicações.

Os **bloqueios de estradas e rodovias**, realizados pelos movimentos sociais do campo, tratam-se de interrupções temporárias do tráfego em rodovias ou estradas. Os objetivos dessas ações são chamar a atenção de governos federal, estaduais ou municipais para demandas específicas ligadas à Reforma Agrária e outros direitos. Já as **vigílias** são ações de permanência de grupos organizados em determinados locais para chamar a atenção para pautas específicas.

Também, de caráter geral, mas sempre com discussões específicas relacionadas à luta pela terra e melhores condições socioeconômicas no campo e na cidade, as tipologias de **manifestações, mobilizações, protestos e outros** tipos são registrados nas manifestações no estado do RS.

As ações coletivas apresentadas na Geografia da Reforma Agrária do Rio Grande do Sul referem-se a registros disponibilizados pelo “CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT” (CPT, 2025), do período de 2000 a 2019. Cinco movimentos sociais (MST, Via Campesina, MPA, MAB e Indígenas) foram responsáveis por cerca de 72% das manifestações com ocorrências registradas no período (Figura 60).

Figura 60: Movimentos sociais organizadores de manifestações de luta pela terra¹⁷



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ (2025).

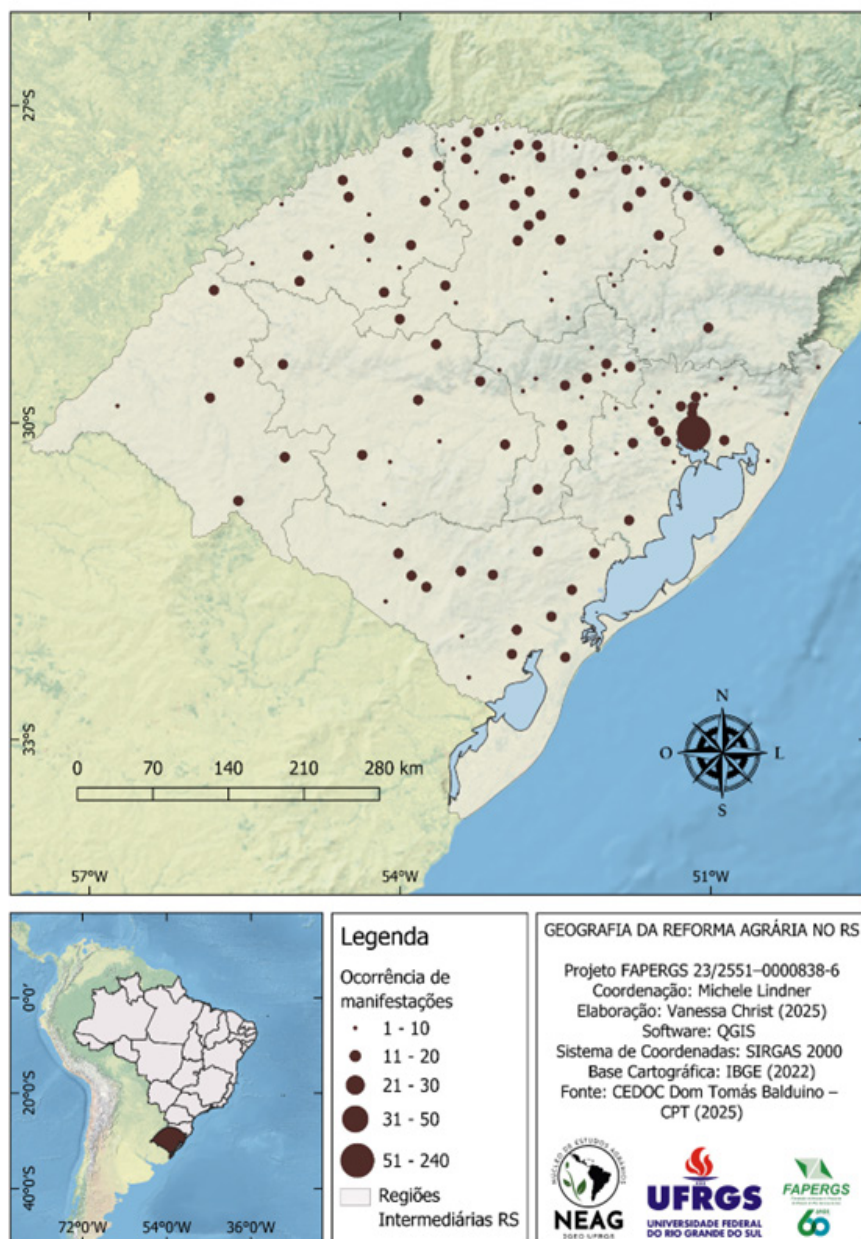
17 MST (Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra), Via Campesina, MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), Indígenas (Indígenas e Índios), Fetrasul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul), Fetaf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), CPT (Comissão Pastoral da Terra), PJR (Pastoral da Juventude Rural), MMTR (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais), Quilombolas, OI (Organização Independente), CUT (Central Única dos Trabalhadores), STR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), Fetrat (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar), MTD (Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos), Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), Pescadores, Diocese, CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Cimi (Conselho Indigenista Missionário), SS (Sem Sigla), Ocergs (Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul), MSTR (Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais), OTC (Sigla não identificada), MNDDH (Movimento Nacional de Direitos Humanos), Cese (Coordenadoria Eclesiástica de Serviços), Cebi (Centro Eclesiástico de Estudos Bíblicos), Koinonia (Koinonia Presença Eclesiástica e Serviço), Ama (Amigos do Meio Ambiente), ANMTR (Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais), Arpinsul (Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul), Cáritas (Cáritas Brasileira), FPS (Fórum das Pastorais Sociais), EFA (Escola Família Agrícola), IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), PJMP (Pastoral da Juventude do Meio Popular), Greenpeace, MMM (Marcha Mundial das Mulheres).

O MST registrou a organização de 361 mobilizações, seguido pela Via Campesina com 156 protestos, o MPA com 117, o MAB com 80 manifestações e os indígenas responsáveis por 77 reivindicações coletivas.

Assim, as informações das manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul do período entre 2000 e 2019 são trazidas em forma de mapas, quadros e gráficos. O **Mapa 26: Manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019** e o **Mapa 27: Pessoas em Manifestações de Luta pela Terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019** trazem as representações de todo o período.

As representações por décadas são apresentadas nos mapas 28, 29, 30 e 31, sendo que as informações referentes às manifestações da primeira década são representadas no **Mapa 28: Manifestações de Luta pela Terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009** e **Mapa 29: Pessoas em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009**. O **Mapa 30: Manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019** e o **Mapa 31: Pessoas em manifestações de luta pela Terra no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019** trazem as informações da segunda década. Os quadros e gráficos evidenciam detalhadamente, por anos e referentes aos tipos de manifestações que ocorrem no período abordado.

Mapa 26: Manifestações de Luta pela Terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019

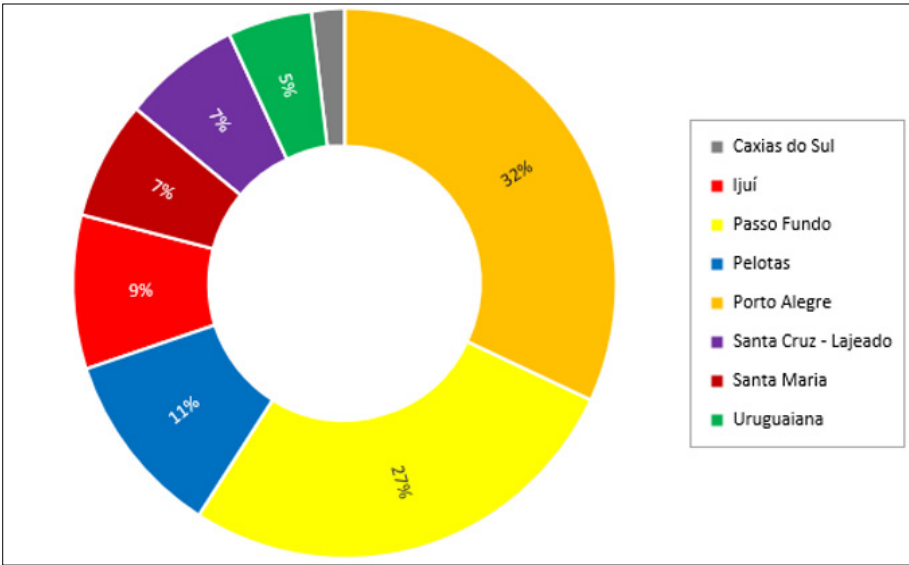


Quadro 8: Manifestações de luta pela terra no período entre 2000 e 2019 por região intermediária no Rio Grande do Sul

Regiões Geográficas Intermediárias	Manifestações	%
Ijuí	95	9
Passo Fundo	294	27
Caxias do Sul	26	2
Uruguiana	55	5
Santa Maria	80	7
Porto Alegre	358	32
Santa Cruz — Lajeado	78	7
Pelotas	119	11
Total	1105	100

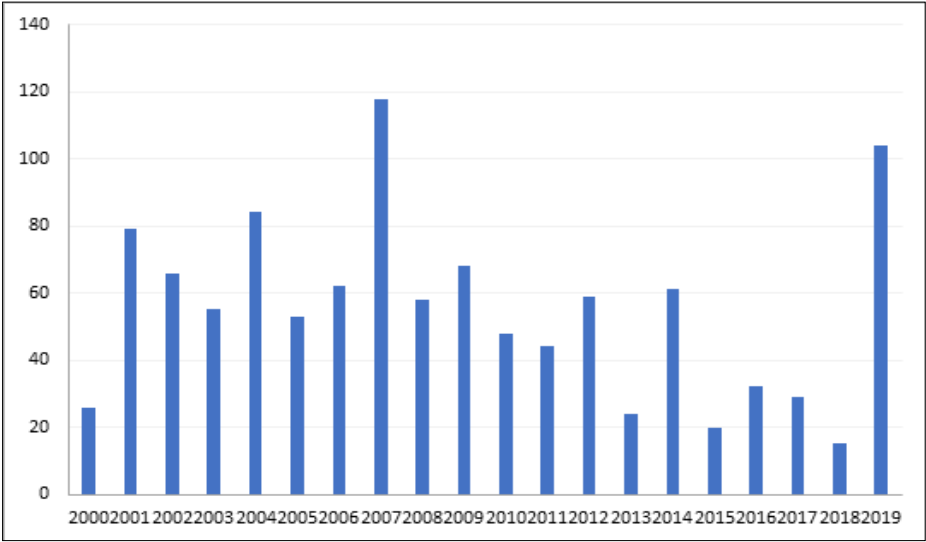
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

Figura 61: Manifestações de luta pela terra no período entre 2000 e 2019 por região intermediária no RS



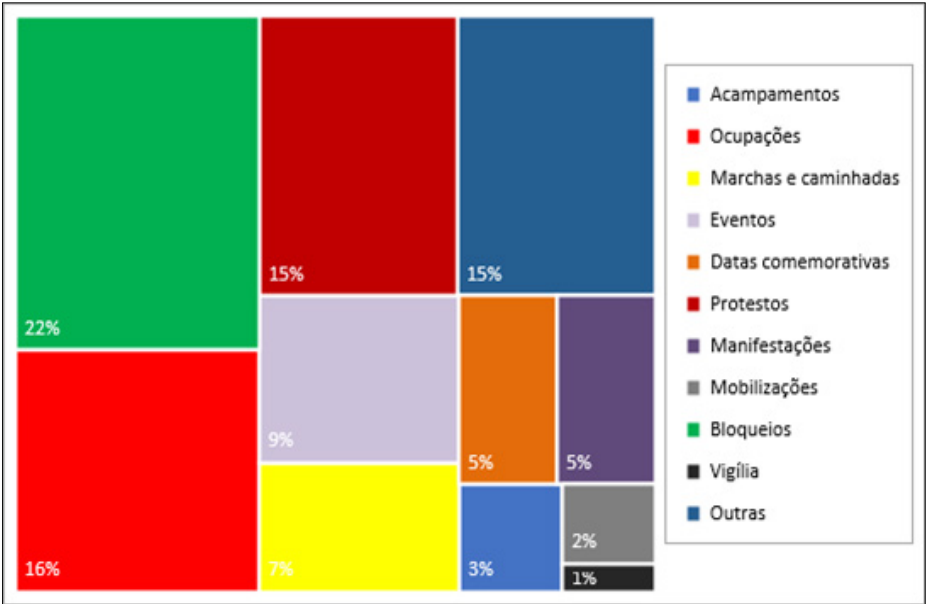
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

Figura 62: Manifestações de luta pela terra no RS entre 2000 e 2019



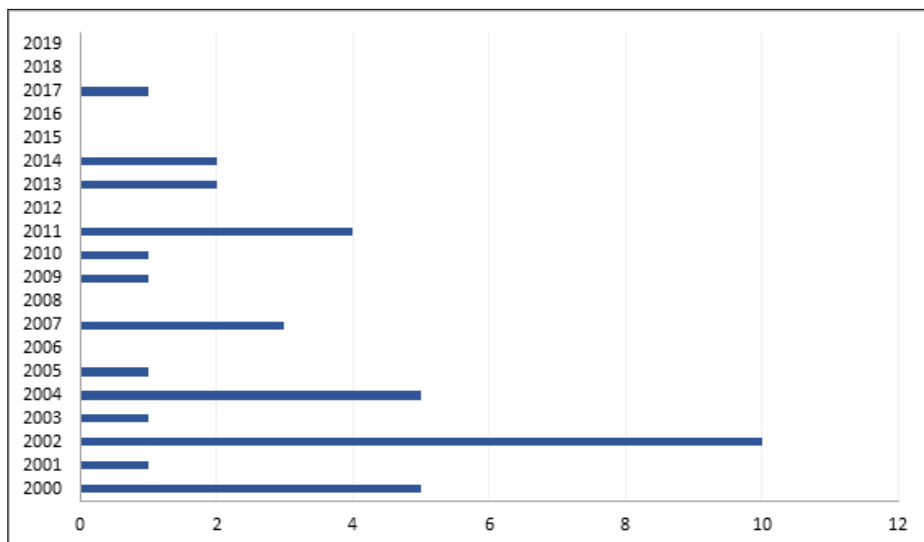
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

Figura 63: Tipos de manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019



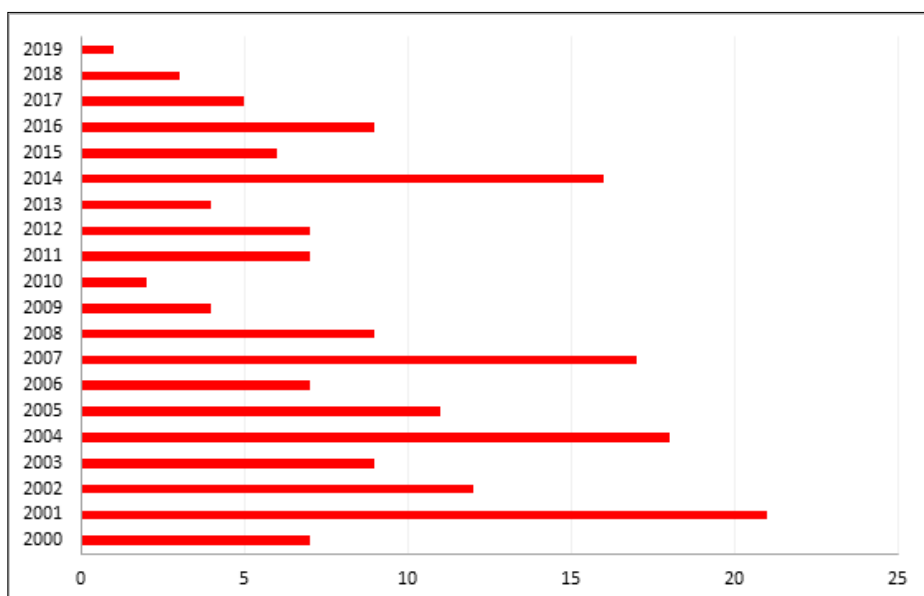
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

Figura 64: Acampamentos em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019



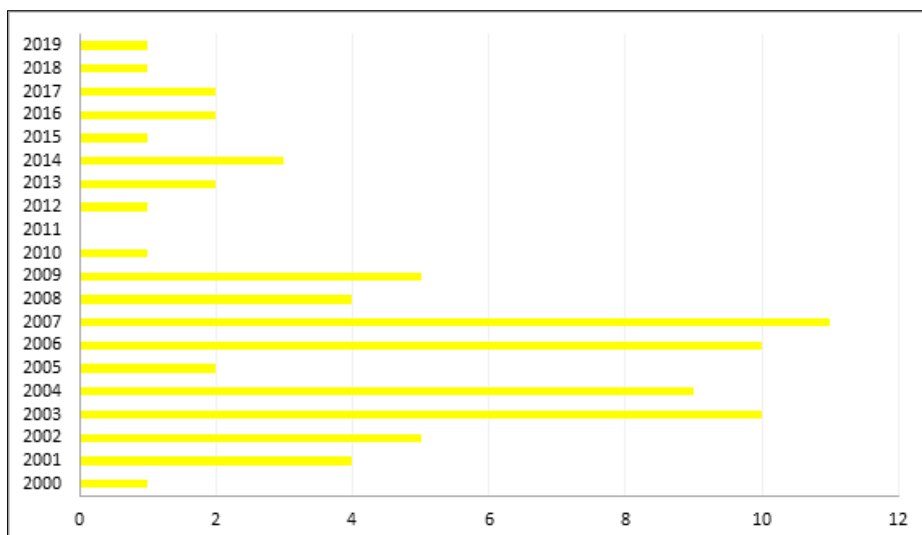
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

Figura 65: Ocupações em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019



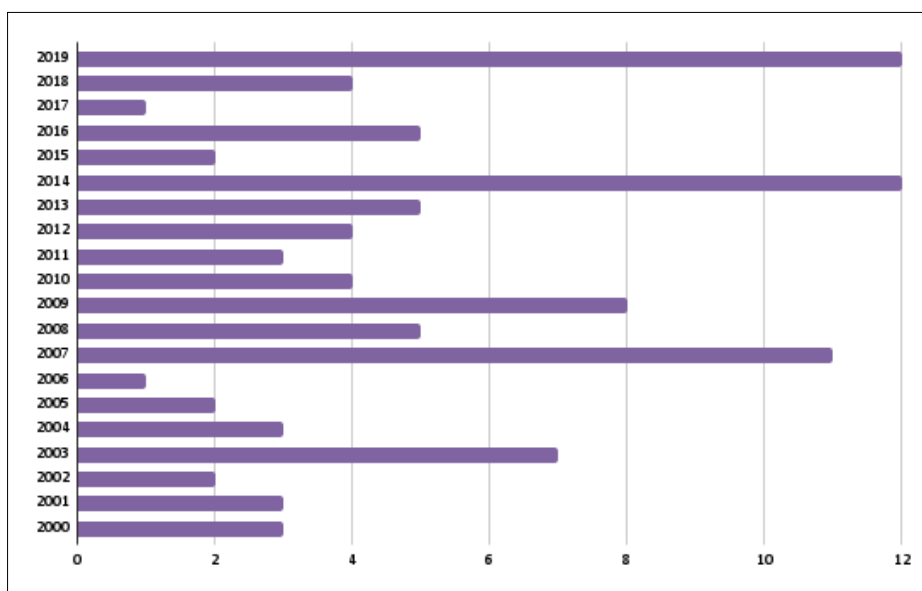
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

Figura 66: Marchas e caminhadas em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019



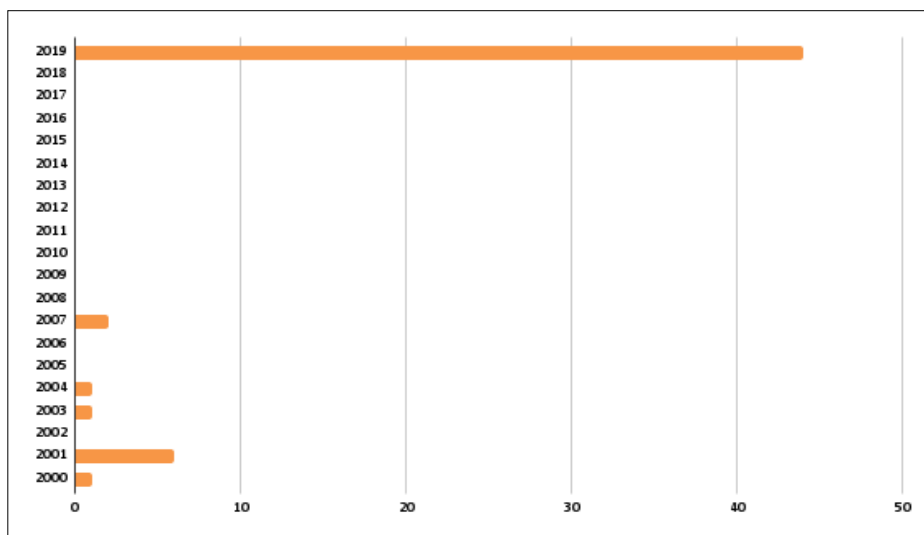
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

Figura 67: Eventos em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019



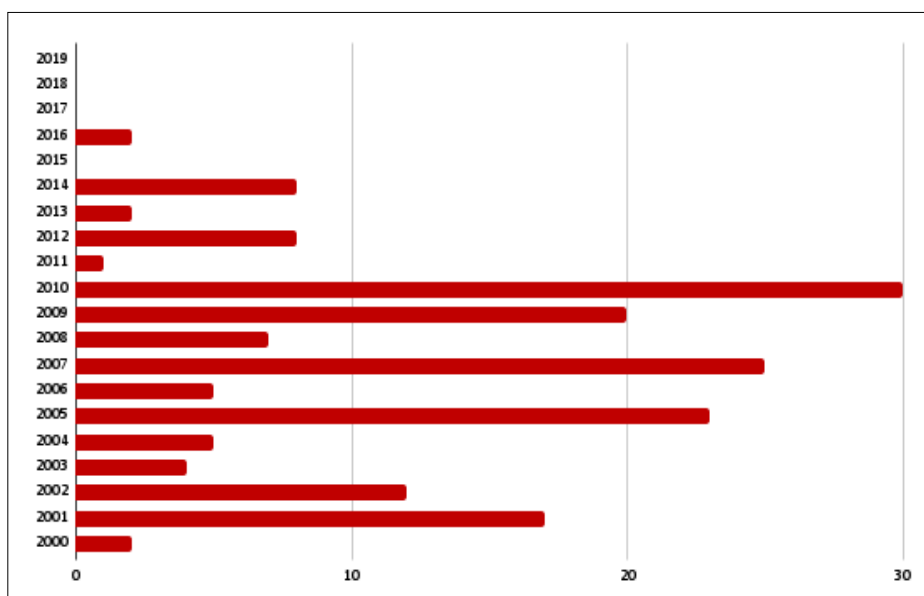
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

Figura 68: Datas comemorativas em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019



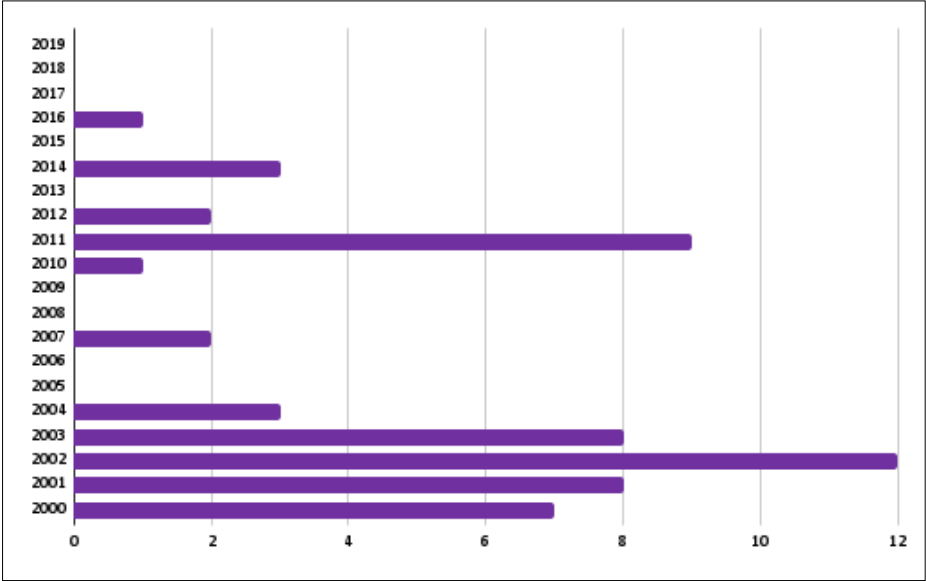
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

Figura 69: Protestos em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019



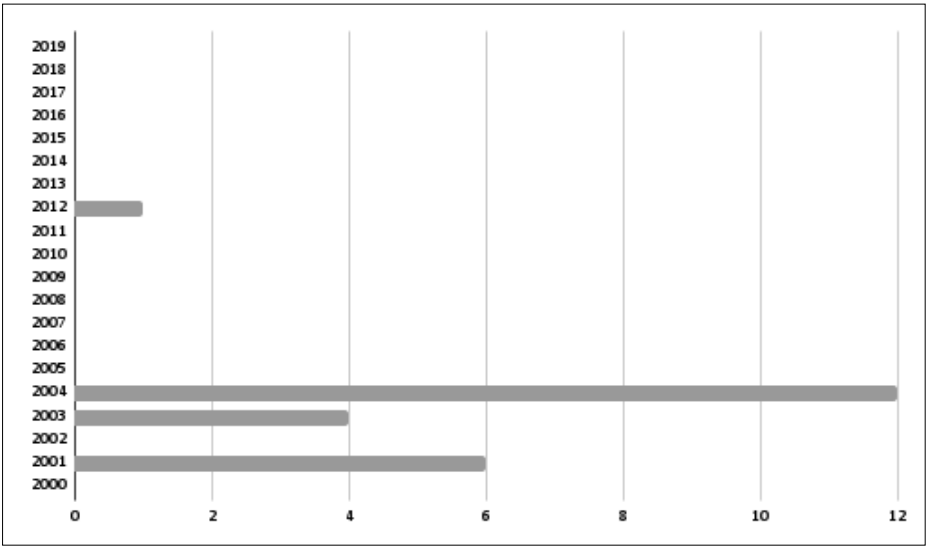
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

Figura 70: Manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019



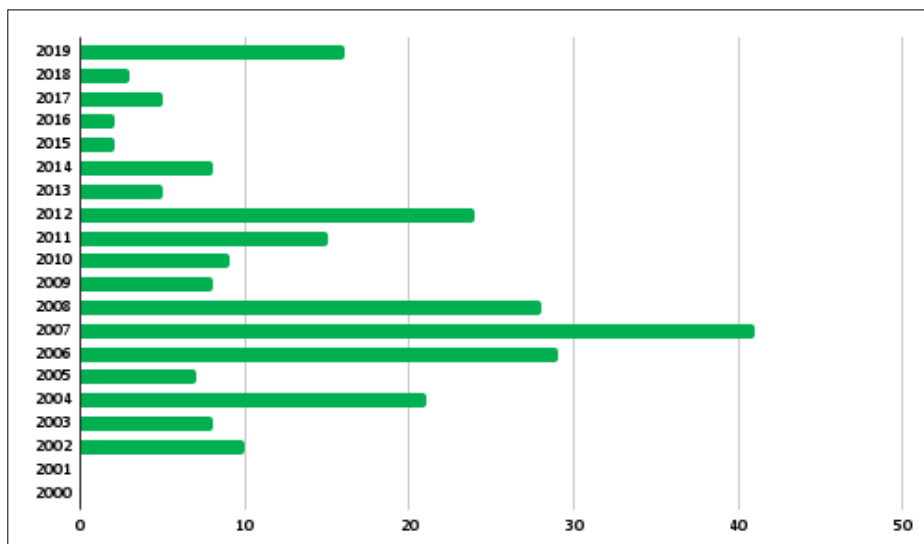
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

Figura 71: Mobilizações em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019



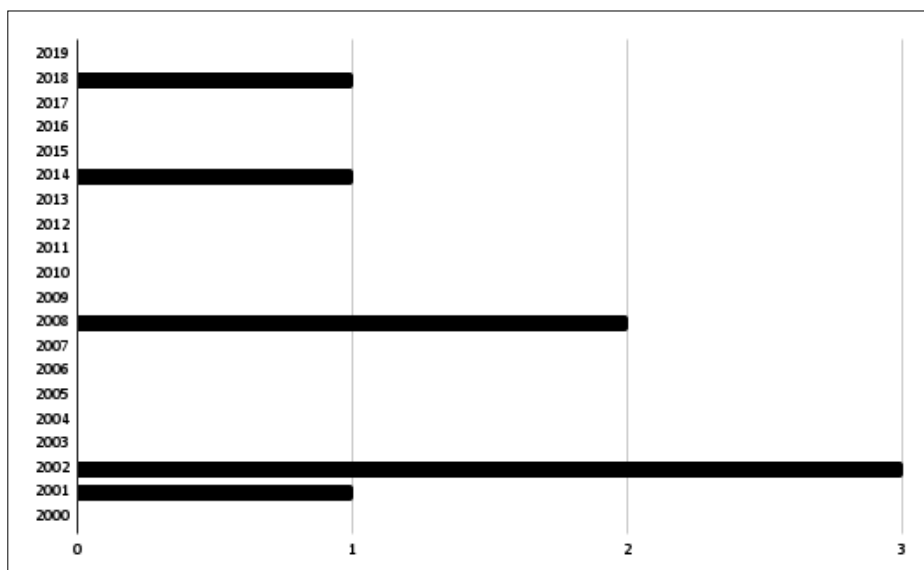
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

Figura 72: Bloqueios em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019



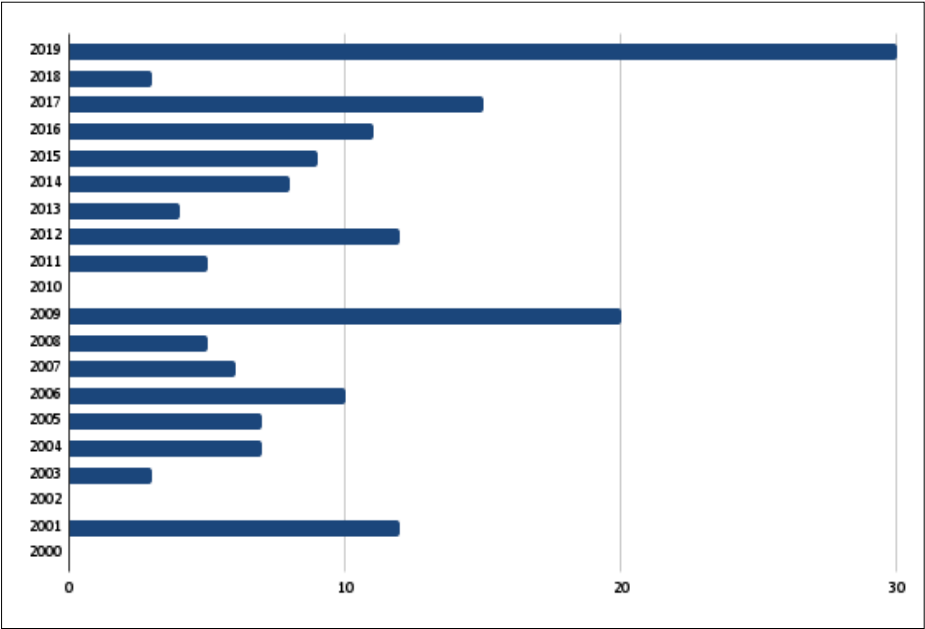
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

Figura 73: Vigílias em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019



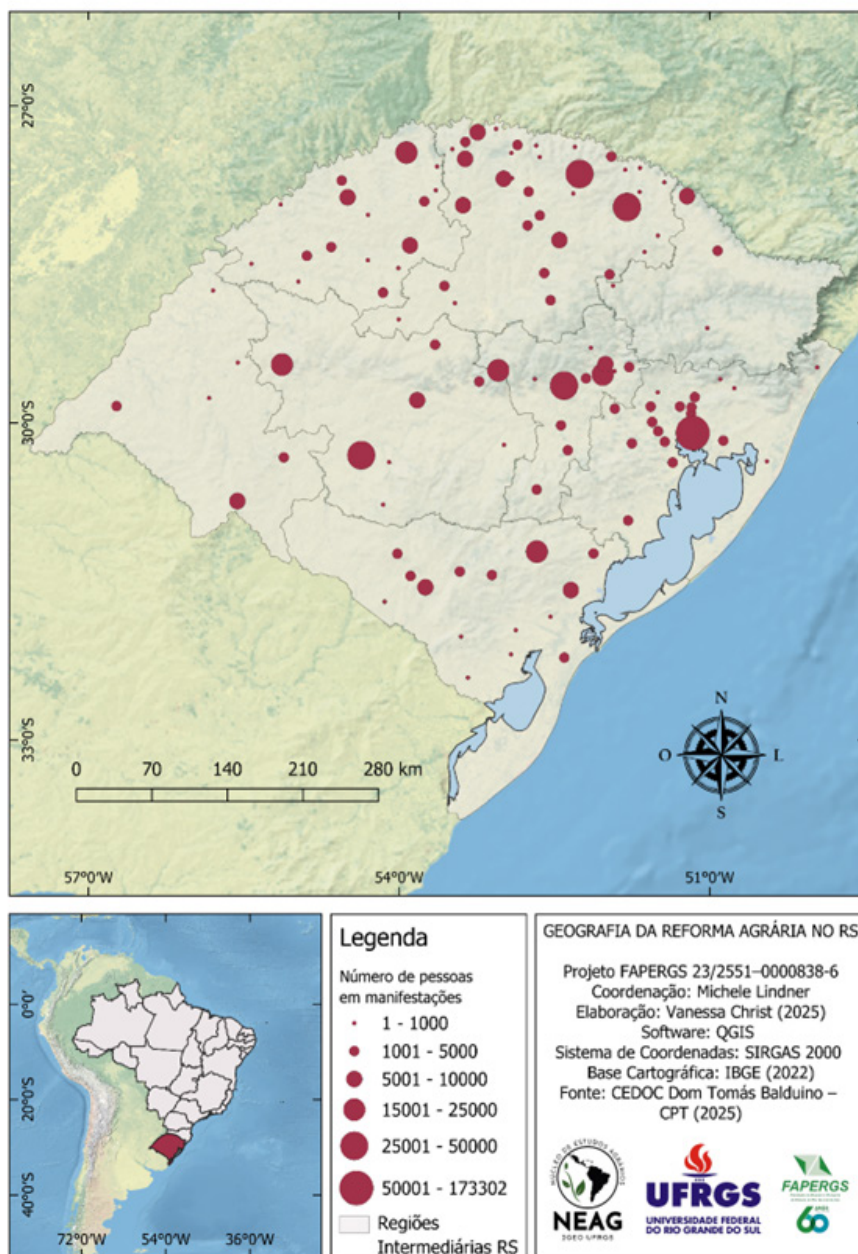
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

Figura 74: Outras manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

Mapa 27: Pessoas em Manifestações de Luta pela Terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019

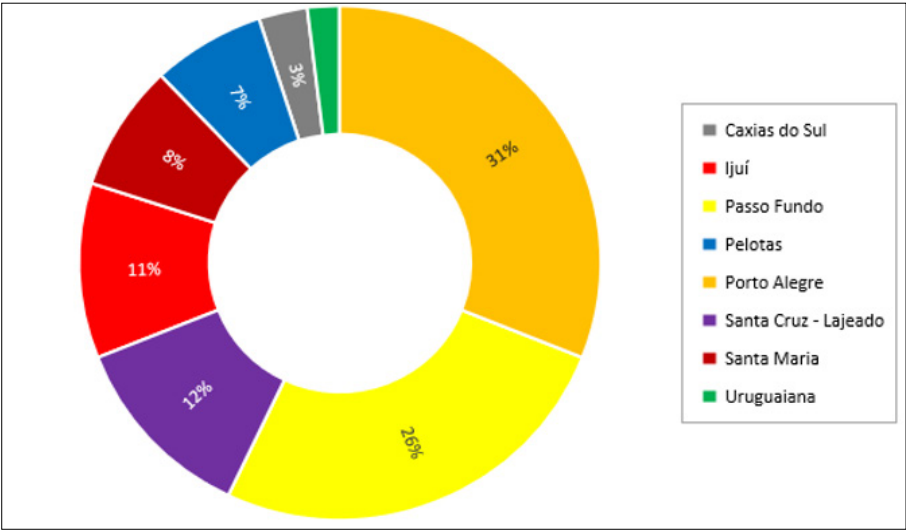


Quadro 9: Pessoas em manifestações de luta pela terra no período entre 2000 e 2019 por região intermediária no Rio Grande do Sul ¹⁸

Regiões Geográficas Intermediárias	Manifestações	%
Ijuí	79.005	11
Passo Fundo	189.342	26
Caxias do Sul	22.020	3
Uruguaiana	10.095	2
Santa Maria	60.285	8
Porto Alegre	226.331	31
Santa Cruz — Lajeado	88.370	12
Pelotas	49.241	7
Total	724.689	100

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

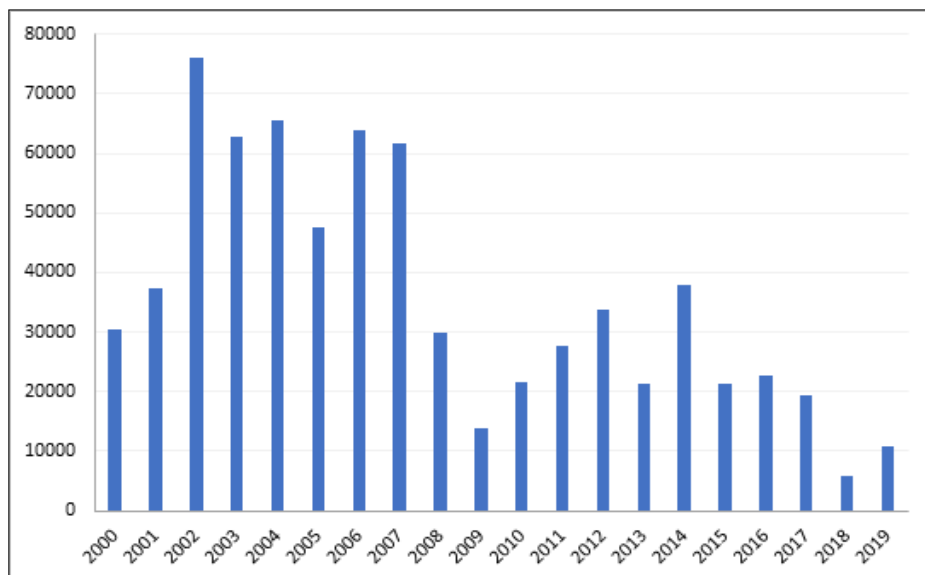
Figura 75: Pessoas em manifestações de luta pela terra no período entre 2000 e 2019 por região intermediária no Rio Grande do Sul



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

¹⁸ Algumas manifestações não apresentam informações sobre o número de pessoas participantes. Assim, foram consideradas somente as informadas.

Figura 76: Pessoas em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2019



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

Mapa 28: Manifestações de Luta pela Terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009

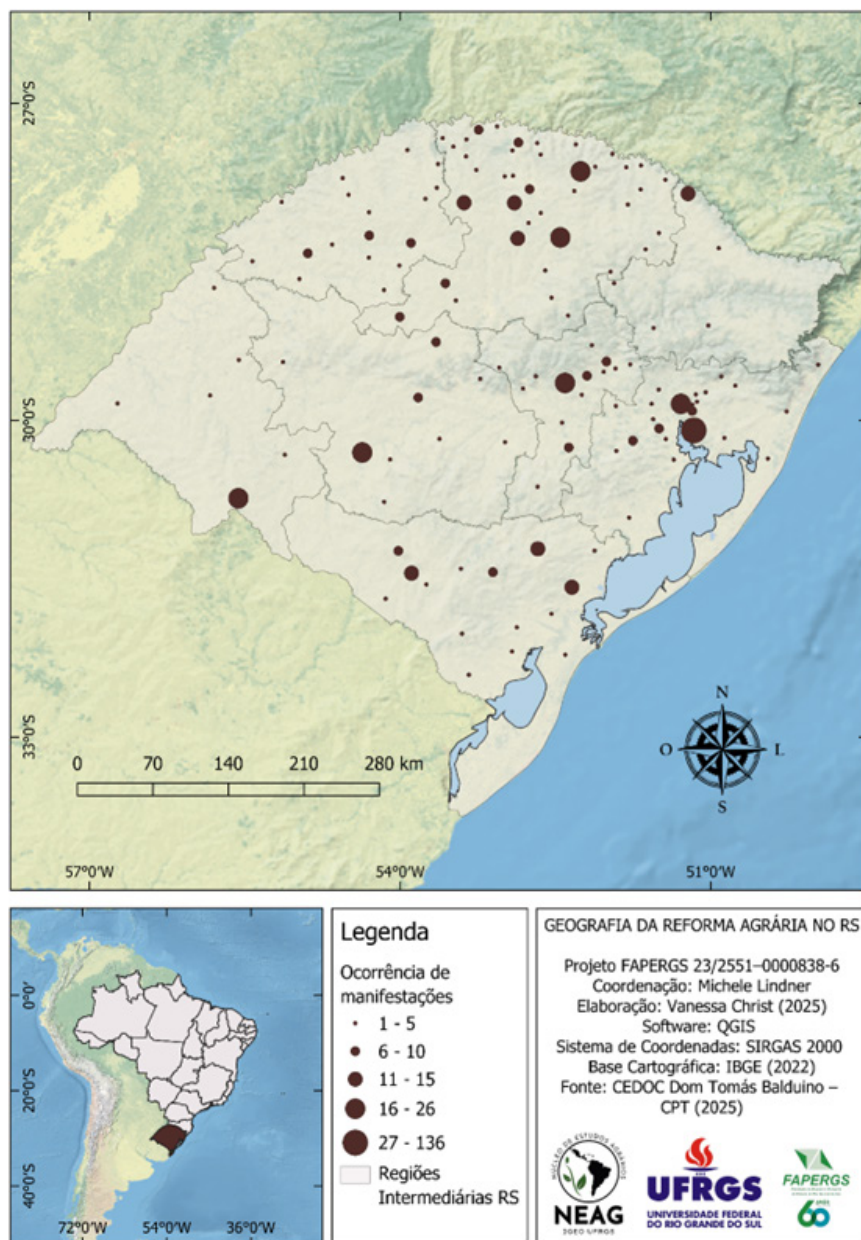
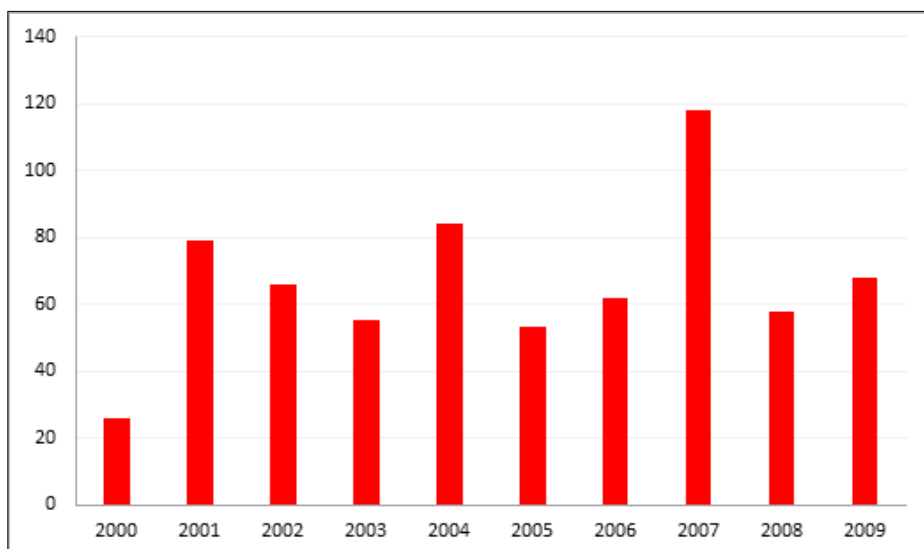
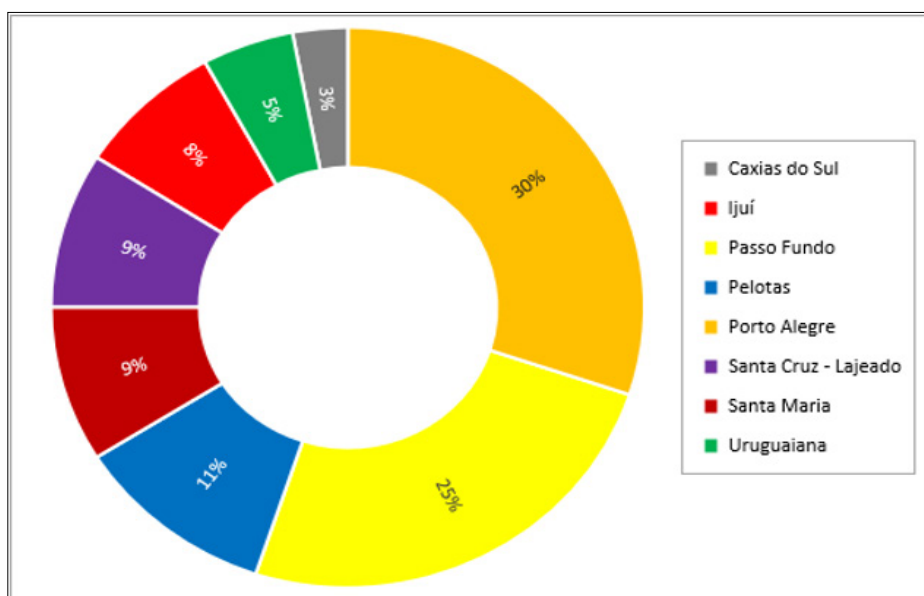


Figura 77: Manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009



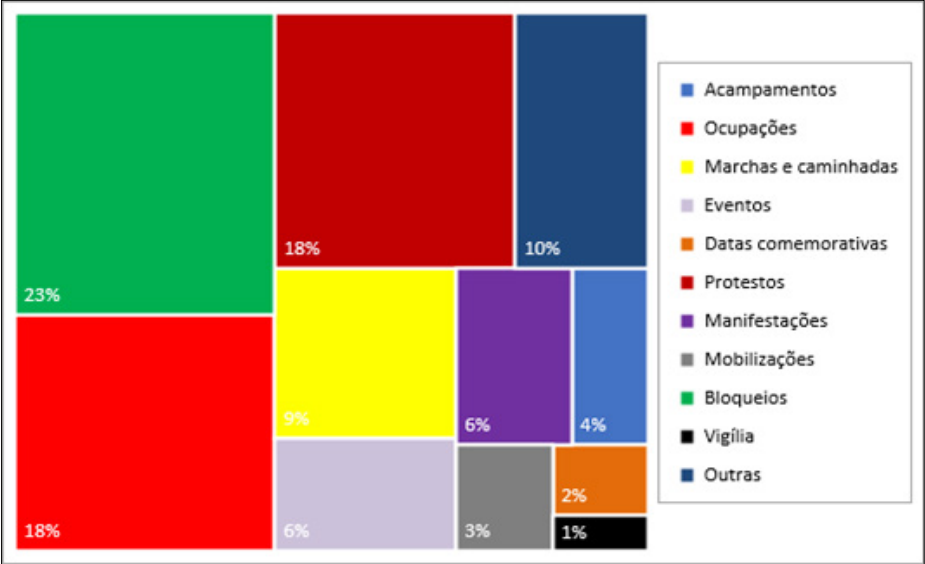
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

Figura 78: Manifestações de luta pela terra no período entre 2000 e 2009 por região intermediária no Rio Grande do Sul



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

Figura 79: Tipos de manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

Mapa 29: Pessoas em Manifestações de Luta pela Terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009

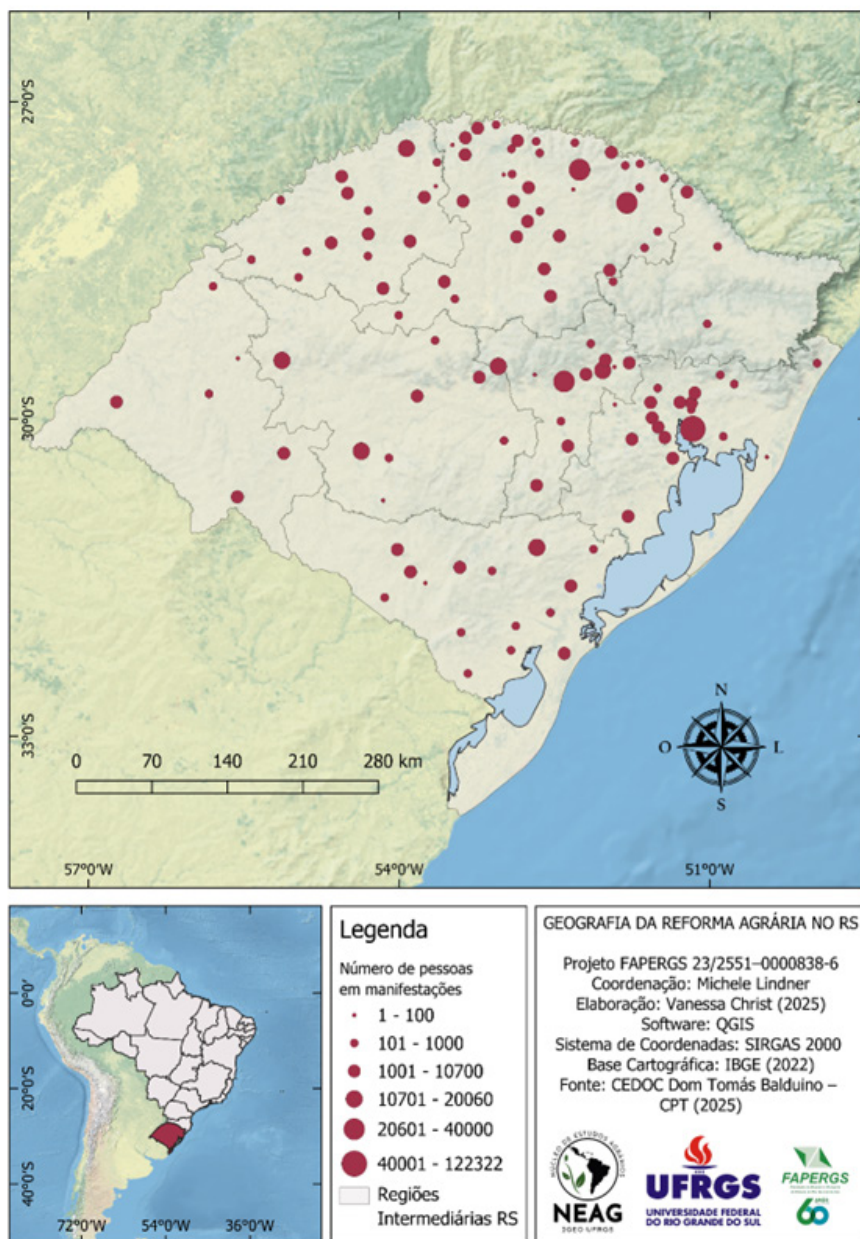
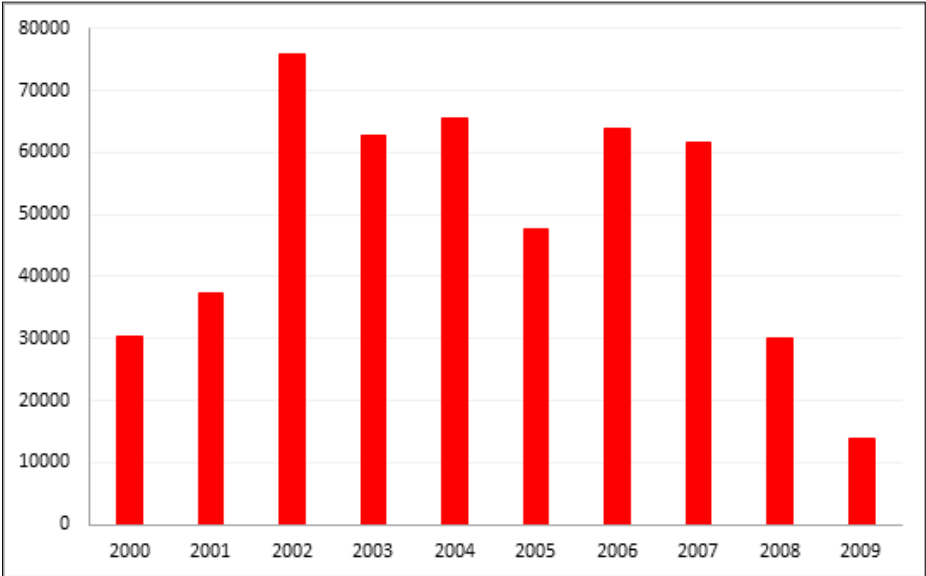
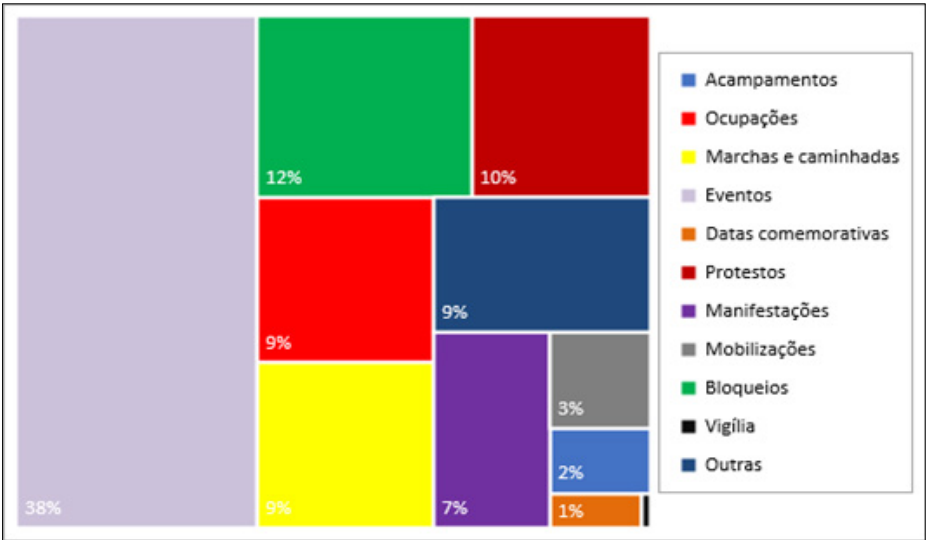


Figura 80: Pessoas em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

Figura 81: Pessoas em manifestações de luta pela terra no período entre 2000 e 2009 por região intermediária no Rio Grande do Sul



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

Mapa 30: Manifestações de Luta pela Terra no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019

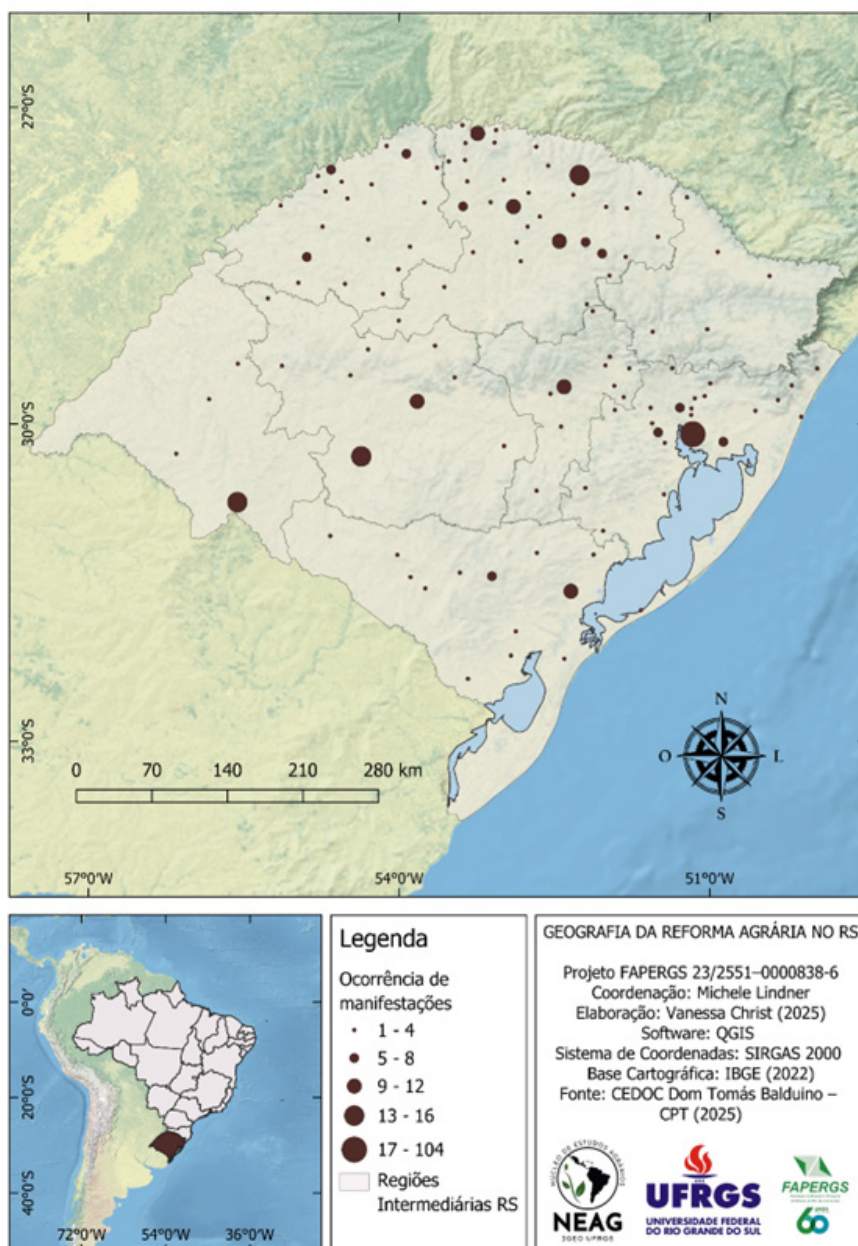
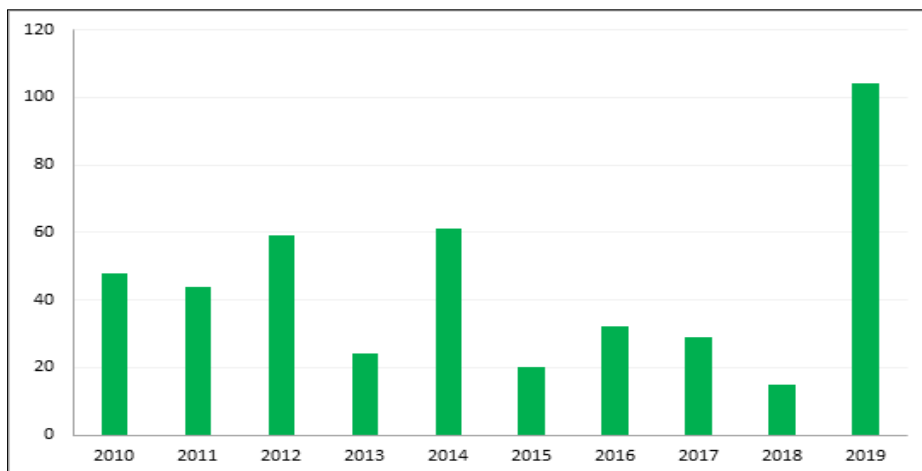
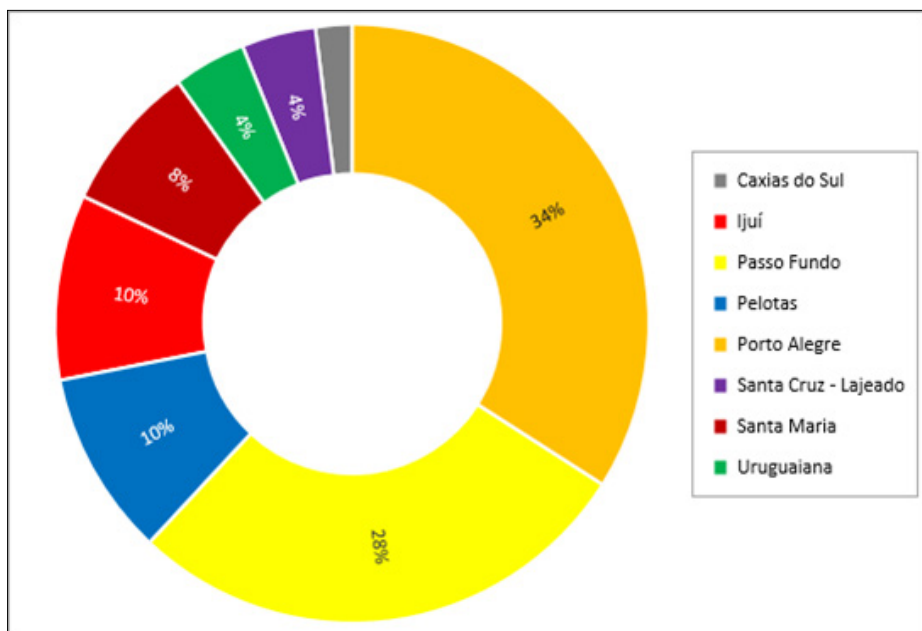


Figura 82: Manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019



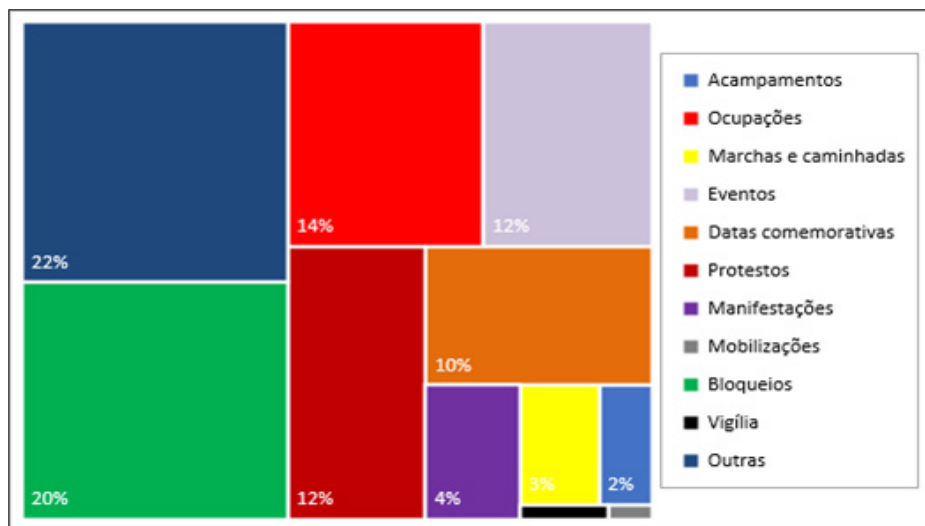
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

Figura 83: Manifestações de luta pela terra no período entre 2010 e 2019 por região intermediária no Rio Grande do Sul



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

Figura 84: Tipos de manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

Mapa 31: Pessoas em Manifestações de Luta pela Terra no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019

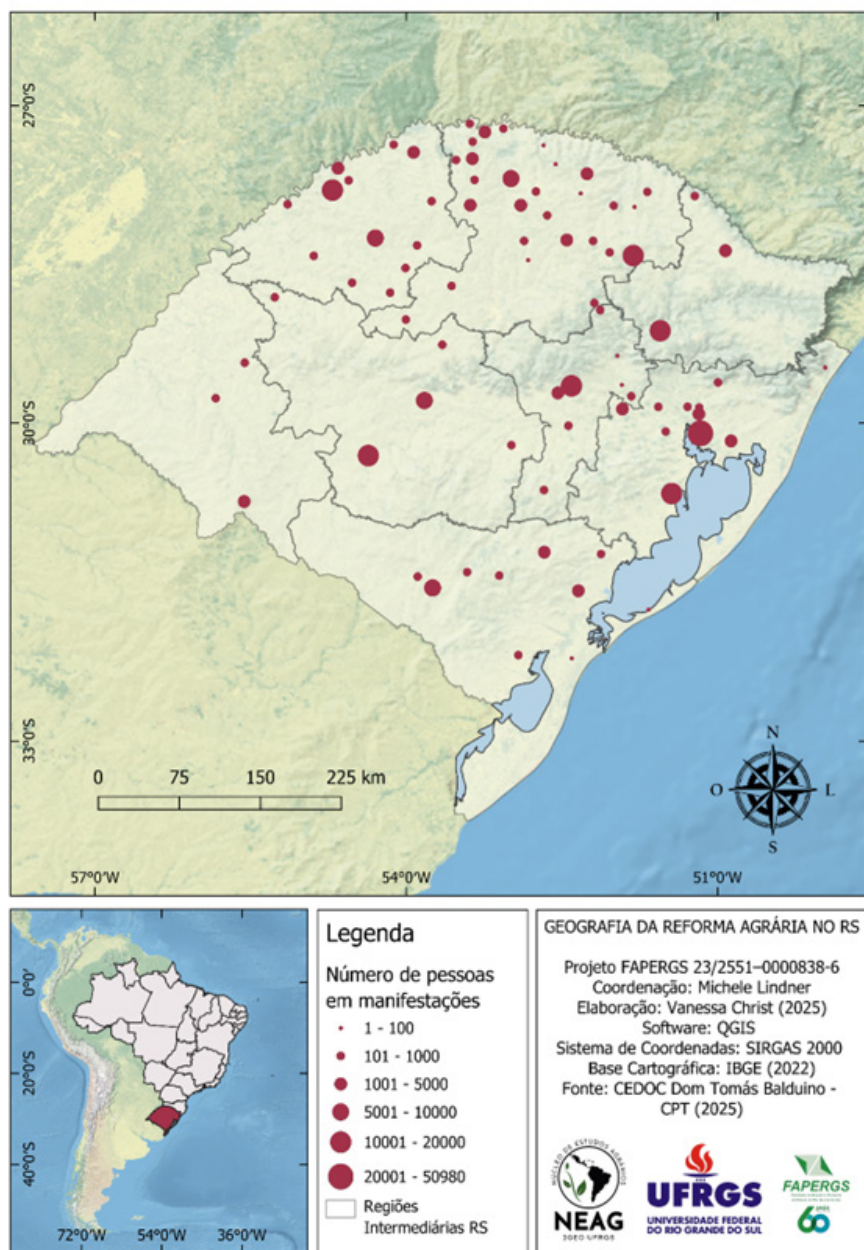
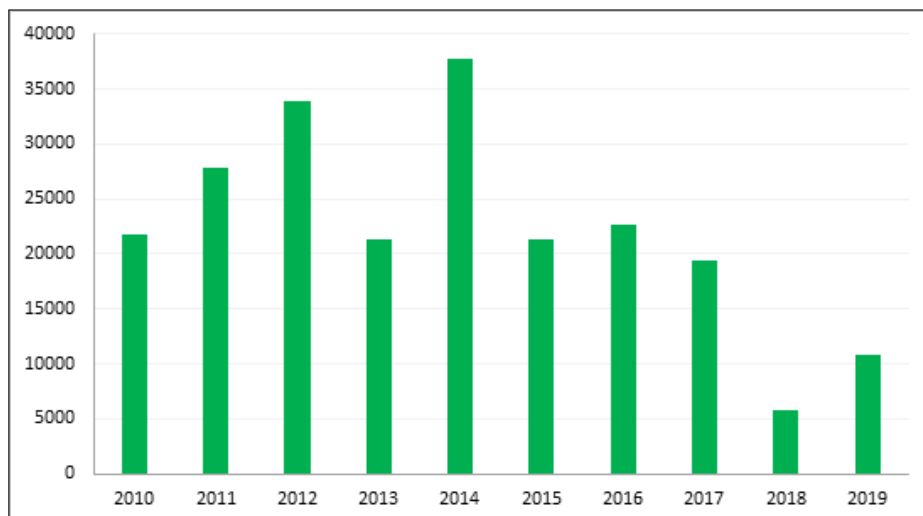
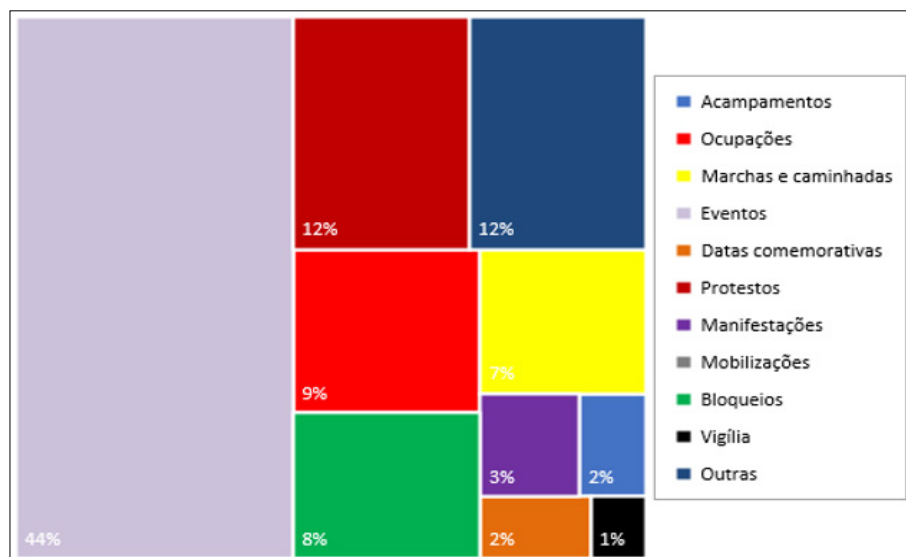


Figura 85: Pessoas em manifestações de luta pela terra no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2019



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

Figura 86: Pessoas em manifestações de luta pela terra no período entre 2010 e 2019 por região intermediária no Rio Grande do Sul



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino — CPT (2025). Organização: Christ; Lindner (2025).

REFERÊNCIAS

CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT. Biblioteca. Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/acervo/biblioteca/>>. Acesso em: 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Acampamento. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. 347 f. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia / Presidente Prudente, 2008.

INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>>. Acesso em: 2025.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. O Rio Grande do Sul e a busca pela Reforma Agrária. In: VERDUM, Roberto; Basso, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (Orgs.). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Frei Betto. **MST — A luta pela terra**. Disponível em: <<https://mst.org.br/2024/06/04/artigo-mst-a-luta-pela-terra/>>. Acesso em: 2025.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 2011.

ROSA, Marcelo Carvalho. Ocupações de terra. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

AUTORES

Michele Lindner

Professora Adjunta no Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IGEO/ UFRGS). Líder do Núcleo de Estudos Agrários (NEAG/UFRGS). Coordenadora do Projeto “*A geografia da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul: espacialização do processo de territorialização dos assentamentos rurais e da luta pela terra*”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). Atuou no levantamento, organização e análise dos dados e elaboração textual e dos materiais gráficos da publicação.

Vanessa Christ

Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestranda em Geografia na Linha de Pesquisa Análise Territorial junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA/UFRGS). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Agrários (NEAG/UFRGS). Atuou no levantamento, organização e análise dos dados e elaboração dos materiais gráficos e cartográficos da publicação.

Gabriel Berlatto da Silva

Bolsista de Iniciação Científica, acadêmico do curso de bacharelado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro do Núcleo de Estudos Agrários (NEAG/UFRGS). Atuou na elaboração dos materiais cartográficos da publicação.

ÍNDICE REMISSIVO

Assentamentos	15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 67, 68, 69, 116
Famílias assentadas	16, 18, 30, 35, 38, 41, 44, 47, 50
Acampamentos	18, 24, 25, 26, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 91, 97
Ocupações	15, 16, 18, 19, 51, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 97
Manifestações	15, 16, 18, 19, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115
Movimentos sociais	53, 67, 69, 90, 91, 92
Região Geográfica Intermediária de Ijuí	23, 25, 29
Região Geográfica Intermediária de Passo Fundo	20, 21, 27
Região Geográfica Intermediária de Caxias do Sul	23
Região Geográfica Intermediária de Pelotas	23, 24, 25, 26, 27, 29, 30
Região Geográfica Intermediária de Porto Alegre	20, 23, 25
Região Geográfica Intermediária de Santa Cruz — Lajeado	
Região Geográfica Intermediária de Santa Maria	21, 22
Região Geográfica Intermediária de Uruguaiana	21, 23, 24

Atlas
**GEOGRAFIA DA
REFORMA
AGRÁRIA NO
RIO GRANDE DO
SUL**



0 70 140 210 260 km



Michele Lindner
Vanessa Christ
Gabriel Gonçalves Berlato da Silva